



# INTERCULTURALIDADE

VOLUME IV

# UMA VISÃO GERAL

## ORGANIZADORES

*Dr. Luis Antônio Monteiro Campos*  
*Universidade Católica de Petrópolis*

*Dr. Alberto Abad*  
*Universidade Federal de Juiz de Fora*

*Dr. José Aparecido da Silva*  
*Universidade Católica de Petrópolis*  
*Universidade de São Paulo*

*Dr. Francisco Cardoso*  
*UTAD - Portugal*



# **INTERCULTURALIDADE**

Uma Visão Geral

## **VOLUME IV**

ORGANIZADORES

LUÍS ANTÔNIO MONTEIRO CAMPOS (UCP)

ALBERTO ABAD (UFJF)

JOSÉ APARECIDO DA SILVA (UCP e USP)

FRANCISCO CARDOSO (UTAD - PORTUGAL)

1ª Edição  
Rio de Janeiro – RJ  
Lugar de Fala  
2024

## **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS**

### **Grão-Chanceler**

Dom Joel Portella Amado

### **Reitor**

Pe. Pedro Paulo Carvalho Rosa

### **Vice-reitor**

Marcelo Vizani Calazans

### **Pró-Reitor de Graduação e de Pós-Graduação e Pesquisa**

Leandro Antônio Rodrigues

### **Pró-Reitor Administrativo**

Anderson de Souza Cunha

### **Pró-Reitor Administrativo Adjunto**

Carlos Henrique Freire Lisboa

### **Coordenador Núcleo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade**

Luís Antônio Monteiro Campos

Copyright © 2024,

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editor: Os autores

Revisão: Elis Crokidakis

Projeto Gráfico e Capa: Alberto Abad

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Interculturalidade [livro eletrônico] : uma visão geral : volume IV / organização Luís Antônio Monteiro Campos...[et al.]. -- Rio de Janeiro : Ed. dos Autores, 2024.  
PDF

Outros organizadores: Alberto Abad, José Aparecido da Silva, Francisco Cardoso.

Bibliografia.

ISBN 978-65-982762-4-9

1. Cultura - Aspectos sociais 2. Direitos humanos  
3. Diversidade cultural 4. Identidade cultural  
I. Campos, Luís Antônio Monteiro. II. Abad, Alberto.  
III. Silva, José Aparecido da. IV. Cardosos,  
Francisco.

24-205736

CDD-306.43

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Interculturalidade : Cultura : Sociologia  
educacional : Educação 306.43

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## **Conselho Editorial e Comitê Científico**

Luís Antônio Monteiro Campos (UCP e PUC-Rio) (presidente)

José Aparecido da Silva (UCP e USP)

Alberto Abad (UFJF)

Francisco Cardoso (UTAD – PORTUGAL)

Rodolfo de Castro Ribas Junior (UFRJ)

Alissandra Marques Braga (UNIGRANRIO)

Jesiane de Souza Marins (FASAP)

Diogo Bonioli (UFRJ e UNILASALLE)

Walfrido Nunes de Menezes (UFP)

### **Avaliadores externos**

Marcos Aguiar (UFRRJ)

Claudia Behar (UNIGRANRIO)

Thelma Mary (UNESA)

Marck Torres (UFAM)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas ad hoc.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1: ETARISMO E INTERCULTURALIDADE: O PRECONCEITO COMO UM FENÔMENO HUMANO SEM FRONTEIRAS.</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 2 - ENTRE COROAS, FITAS E BAILADOS: NOTAS SOBRE A PRESENÇA FEMININA NAS CULTURAS POPULARES A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE IMIGRANTES SÍRIOS NO BRASIL, A SOLIDÃO E A ANGÚSTIA: UM PROCESSO DE RESIGNIFICAÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 4 - INTERCULTURALIDADE E INCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO</b>	<b>56</b>
<b>CAPÍTULO 5: TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E CULTURA: REVISÃO CONCEITUAL</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO 6: MOBILIDADE TRANSCULTURAL DE PESSOAS DOTADAS E TALENTOSAS: PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS</b>	<b>87</b>
<b>CAPÍTULO 7: CONFLITOS HUMANITÁRIOS, FLUXOS MIGRATÓRIOS E INTERCULTURALIDADE</b>	<b>100</b>
<b>CAPITULO 8 - MIGRAÇÕES, INTERCULTURALIDADE E CIDADANIA: ANÁLISE DO MOVIMENTO SOCIAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b>	<b>114</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	<b>134</b>
<b>DOS AUTORES</b>	<b>135</b>

## **APRESENTAÇÃO**

Apresentamos o livro "Interculturalidade: uma visão geral volume III",

## **CAPÍTULO 1: ETARISMO E INTERCULTURALIDADE: O PRECONCEITO COMO UM FENÔMENO HUMANO SEM FRONTEIRAS.**

Iracema Abranches  
Lelio Moura Lourenço

### **Introdução**

O envelhecimento da população é uma realidade no mundo todo, o que inaugura um novo cenário social, político, econômico, cultural e individual, uma vez que envelhecer é um processo que compreende muito além do ciclo de vida biológico de cada ser humano, ou seja, a biologia oferece informações detalhadas sobre as mudanças fisiológicas do homem no envelhecimento, mas as transformações sociais e culturais dependem da época e da sociedade em cada um está inserido, dos valores e crenças, das representações sociais e desenvolvimento de cada sociedade. Portanto, pode-se afirmar que o envelhecimento é algo complexo e que envolve todos os aspectos da vida no planeta.

Sobre a diferença do envelhecimento individual e social, Camarano e Fernandes (2022) destacam que o envelhecimento individual é aquele vivenciado pelo sujeito, como o aumento da idade é percebido, sendo uma experiência pessoal e intransferível. O envelhecimento populacional tem início com a diminuição dos índices da natalidade, o que provoca a redução da população jovem e conseqüente aumento proporcional da população idosa. Conseqüentemente, ocorre o aumento da idade média da população, sendo que a queda da mortalidade da população com 50 anos ou mais desde 1990 também influencia no número crescente de idosos na população mundial.

Debert (1999) diz que a velhice é definida como uma nova categoria social e cultural por causa deste processo de envelhecimento populacional, sendo, geralmente, associada a conteúdos negativos (imagem, estereótipos, cognição, capacidade para o trabalho etc.). Mas, os idosos também são associados a conteúdos positivos de acordo com a época, como afirma a própria autora, Debert (2010), ao relatar que, no final do séc. XIX e início do séc. XX, existiam produtos no mercado que prometiam dar uma aparência mais velha aos jovens que desejavam parecer mais estáveis economicamente e mais responsáveis, pois assim eram considerados os idosos das classes mais favorecidas, valorizados socialmente como representações sociais do sucesso (período da *Belle Epoque*, fase cultural que ocorreu entre os anos de 1871 a 1914).

Simone de Beauvoir escreveu o texto “A Velhice” em 1970, com a segunda edição em 2018, e esta obra continua sendo uma das mais importantes referências para um estudo histórico



do envelhecimento, com fundamentação antropológica e etnológica e com uma análise sobre os fatores sociais e culturais da velhice nas sociedades primitivas até o séc. XX, comparando a forma como os mais velhos eram considerados e os motivos mais evidentes que justificavam tal fato. Assim, Beauvoir (2018) revela a estrutura de povos em vários locais do mundo, com necessidades e culturas diferentes e a sua relação com o envelhecimento. Além desta autora, Sobrinho e Osório (2021) trazem importantes fatos sobre a sociedade japonesa em relação aos mais velhos, e Marques et al. (2015) e Santos (2016) que analisam alguns povos originários da América do Sul.

Como os mais velhos podem ser considerados na sociedade (e por eles mesmos) pode configurar uma forma de preconceito, que é o etarismo, também denominado de ageismo, idadismo, idosismo ou velhismo (Dórea, 2020). O termo *ageism* foi criado por Robert Neil Butler, médico e gerontólogo americano, em 1969 para designar o preconceito relacionado à idade, o que Butler percebia ocorrer com seus pacientes idosos (Achenbaum, 2014). A partir daí, os outros termos foram criados de acordo com o idioma e origem das palavras, como o termo etarismo que é mais utilizado nos países de língua latina e é derivado da palavra etário. Em 1954, o preconceito foi descrito por Allport como uma atitude hostil em relação ao outro somente por esta pessoa fazer parte de um grupo diferente. A partir daí, o preconceito foi estudado por vários autores e relacionado a diversas minorias (Lima, 2013).

### **Sociedades diferentes, épocas diferentes e o mesmo preconceito**

Beauvoir (2018) descreve a forma como alguns povos primitivos se relacionavam com o processo de envelhecimento e constrói uma análise muito interessante do material que adotou como fundamentação, os textos etnológicos. Marques et al. (2015) e Santos (2016) dedicaram-se ao estudo de povos originários da América do Sul, incluindo o Brasil. Alguns dos povos citados existem até os dias atuais, embora a grande maioria tenha se dissipado com o passar do tempo, ou por extermínio ou por expansão territorial e contato com outros grupos sociais. Abaixo, uma demonstração dos povos citados pelos autores de acordo com a localização de cada um e com a relação que construíram com o processo de envelhecimento, se positiva ou negativa.

**Tabela 1. Povos originários e/ou primitivos, continente de origem, localização e tipo de relação com o envelhecimento**

<b>Povos</b>	<b>Continente</b>	<b>Localização</b>	<b>Relação majoritária com o envelhecimento</b>
<b>01 - FANGS</b>	África	Parte superior do Gabão	Negativa
<b>02 - TONGAS</b>	África	Costa leste da África do Sul.	Negativa
<b>03 - HOPIS, ÍNDIOS CREEK e CROW, BOSQUIMANOS</b>	África	África do Sul	Negativa
<b>04 - TIVS</b>	África	Nigéria	Positiva
<b>05 - HOTENTOTES</b>	África	África	Positiva
<b>06 - ZANDES</b>	África	Sudão	Positiva
<b>07 - BUSHONGS</b>	África	Savanas do Congo	Positiva
<b>08 - KIKUYUS</b>	África	Monte Quênia	Positiva
<b>09 - MENDES</b>	África	Serra Leoa	Positiva
<b>10 - CUNAS</b>	América (Central)	Panamá, costa do Atlântico	Positiva
<b>11 - ESQUIMÓS</b>	América (do Norte)	Groenlândia	Negativa
<b>12 - OJIBWAS</b>	América (do Norte)	Norte do Canadá	Negativa
<b>13 - NAVAJOS</b>	América (do Norte)	Noroeste do Arizona – EUA	Negativa
<b>14 - SIRIONOS</b>	América (do Sul)	Florestas Bolivianas	Negativa
<b>15 - XORATIS, MATAÇOS e TOBAS</b>	América (do Sul)	Grande Charco – Argentina e Paraguai	Negativa
<b>16 - YAHGANS</b>	América (do Sul)	Costa da Terra do Fogo	Positiva
<b>17 - JIVAROS</b>	América (do Sul)	Andes Peruanos	Positiva
<b>18 - INCAS</b>	América (do Sul)	Peru, Equador, Colômbia, Argentina, Bolívia e Chile	Positiva
<b>19 - GUARANI MBYÁ</b>	América (do Sul)	Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai	Positiva
<b>20 - BANIWA</b>	América (do Sul)	Brasil e Venezuela	Positiva
<b>21 - IACUTOS</b>	Ásia	Nordeste da Sibéria	Negativa
<b>22 - KORIAKS</b>	Ásia	Sibéria do Norte	Negativa
<b>23 - CHUCKCHEERS</b>	Ásia	Litoral da Sibéria	Negativa

<b>24 - AINOS</b>	Ásia	Japão	Negativa
<b>25 - CHUKCHEES</b>	Ásia	Interior da Sibéria	Positiva
<b>26 - LEPCHAS</b>	Ásia	Himalaia	Positiva
<b>27 - THAÃS</b>	Ásia	Fronteiras do Yunã e de Burma, China	Positiva
<b>28 - ALEÚTES</b>	Ásia	Mongólia, Ilhas Aleutas	Positiva
<b>29 - MIAOS</b>	Ásia	Florestas da China e da Tailândia	Positiva
<b>30 - BALINESES</b>	Ásia	Bali, Indonésia	Positiva
<b>31 - ARANDAS</b>	Oceania	Austrália	Positiva

*Nota:* elaborada a partir de Beauvoir (2018), Marques et al. (2015) e Santos (2016).

A tabela acima demonstra que existem povos com relações positivas e negativas com o processo de envelhecimento em um mesmo continente, o que permite dizer que tal relação pode ter influência geográfica, mas depende de outros fatores, como os sociais, culturais, econômicos e estruturais, que podem ser verificados quando são descritas, resumidamente, as características de cada povo.

Os Fangs, através das conquistas de guerras e da economia que desenvolveram, conseguiram sua subsistência. Nas guerras, os mais jovens dirigiam as expedições e os mais velhos tinham o poder político. O chefe da família era sempre o mais velho dos adultos, desde que estivesse ativo, ou seja, a idade era um trunfo no meio social, mas até que suas capacidades estivessem em boas condições. Nessa sociedade, o declínio das mulheres tinha início no momento em que não poderiam mais ter filhos; o declínio do homem começava quando suas habilidades e capacidades diminuía, sendo desprezados quando não apresentavam mais a capacidade para o trabalho e quando iniciavam alguma demência. Para esse povo, a vida, da infância à maturidade, tinha uma curva ascendente; a partir da maturidade, a vida fazia uma curva descendente até o nível mais baixo, que era o envelhecimento. A curva voltava a ascender depois da morte. Os idosos que se diziam “cansados da vida” cometiam suicídio, e ateavam fogo a si mesmos.

Os Tongas não eram nômades, utilizavam a caça, a pesca e o plantio. A forma como serviam as refeições demonstrava uma ordem de valor, pois os maridos eram os primeiros a serem servidos, seguidos das crianças, mulheres, deficientes e velhos. Os velhos cuidavam dos netos até que fizessem 13 ou 14 anos, mas eram negligentes, além desfavorecidos economicamente. Os jovens moravam juntos em uma cabana, distante dos pais e dos avós. Quando se tornavam adultos, maltratavam os velhos, abandonando-os nos momentos de guerra e/ou deslocamento. Os Hopis, Índios Creek e Crow e os Bosquimanos construía cabanas longe das aldeias, para onde os velhos eram conduzidos para morrer. Eles ficavam nestas

cabanas com pouca água e comida, que não eram repostas. A inanição e a desidratação, na maioria das vezes, causavam a morte dos velhos já debilitados.

Na África, a relação majoritariamente positiva com o envelhecimento era representada da seguinte forma pelos povos estudados: os Tivs valorizavam os mais velhos por causa da contribuição cultural que poderiam dar à comunidade. Este povo associava a senilidade e a incapacidade à magia e à doença, mas não à velhice, e continuavam alimentando os velhos mesmo quando estes perdiam suas capacidades físicas, ainda que os mantivessem à margem da sociedade. Os Hotentotes reverenciavam e sustentavam os idosos, consultando-os para que fossem tomadas as decisões de direcionamento do grupo. Mas, quando os idosos perdiam sua capacidade mental, eram negligenciados; até o início do séc. XX, o filho de pais demenciados tinham o direito de abandoná-los, o que faziam deixando-os em uma cabana distante, com poucos suprimentos, até que morressem.

Para os Zandes, a magia era fundamental e acreditavam que cada um tinha uma substância de poder, relacionada com o fígado, que aumentava com o passar do tempo, o que conferia maior poder ao homem mais velho. Mas, os mais velhos dominavam pelo medo, pois ameaçavam lançar feitiços maléficos nos animais de caça para que faltasse comida caso a tribo o contrariasse. A morte dos idosos era causada porque o Deus *Mborj* desejou ou porque sua substância de poder diminuiu. Os Bushongs destinavam o poder religioso aos idosos, que realizavam cerimônias e fabricavam os remédios. Os homens Kikuyus eram circuncidados e faziam parte de uma classe de idade que era definida pelo ano em que cada um havia realizado a circuncisão, sendo que a classe mais antiga era predominante sobre a mais nova, pois deveria ser mais sábia. Esta sociedade valorizava as mulheres idosas, que formavam um conselho, destinado a manter os costumes e o poder mágico que possuíam. Para os Mendes, o idoso é o chefe da família e aqueles que transmitem a cultura da comunidade, sendo muito valorizado socialmente.

Na América Central, os Cunas eram bastante organizados, os homens cuidavam da caça, da pesca e do comércio; as mulheres gerenciavam o dinheiro que conseguiam. O grupo tinha boa saúde e as pessoas alcançavam 100 anos comumente, continuando ativos e saudáveis. As condições de vida eram semelhantes para todas as idades, e a idade, por si só, não significava superioridade ou inferioridade, a experiência e a inteligência eram mais valorizadas. A relação com o envelhecimento é considerada como positiva porque não havia o isolamento ou a

expulsão do mais velho, mesmo que ele perdesse suas faculdades mentais ou físicas; nesses casos, a família cuidava do mais velho, garantindo que ele tivesse uma vida tranquila.

Na América do Norte, a relação majoritariamente negativa com o envelhecimento é representada pelos seguintes povos: os Esquimós viviam com recursos escassos e qualquer um que se tornasse um fardo era excluído do grupo. Os idosos podiam esperar pela morte deitados na neve ou eram abandonados em alguma expedição de pesca ou, ainda, eram trancados em um iglu para que morressem de fome, sede e frio. Em algumas comunidades de Esquimós, os idosos recorriam ao suicídio quando percebiam que a comunidade precisava cuidar deles. Havia uma confissão pública e, depois de 2 ou 3 dias, o idoso saía em seu caiaque e não voltava mais. Os Ojibwas diferenciavam os homens em “robustos” e “decrépitos”, sendo os “robustos” aqueles que mantinham a juventude e, assim o seu poder mágico, e os “decrépitos” os homens que perdiam suas faculdades ou sua capacidade para o trabalho, o que significava que havia perdido seu poder mágico; estes eram negligenciados pela comunidade e seus filhos poderiam abandoná-lo em uma cabana ou matá-lo, em uma cerimônia específica. Os Navarros cuidavam dos idosos, conferindo a eles um caráter sagrado, desde que possuíssem alguma habilidade (cantores, contadores de história, aqueles que transmitiam a cultura etc.). Quando as pessoas morriam, transformavam-se em espíritos perigosos, mas, quanto mais velho estivesse ao morrer, menos perigoso se tornava, pois rapidamente voltava a nascer.

Na América do Sul, os Sirionos descartavam os mais velhos, principalmente quando havia escassez de alimentos. Este foi um povo que sofreu muito com a fome, indo a outros lugares quando não havia mais condições de conseguir alimento. Nessas situações, os velhos eram esquecidos ou abandonados. Os Xoratis, Maticos e Tobas eram seminômades, chefiados por um homem idoso, eleito por todos quando o chefe anterior morria. Estes povos acreditavam que os idosos tinham um grande poder mágico e os temiam por causa disso. Quando os idosos morriam, transformavam-se em maus espíritos porque, de acordo com a crença vigente, a maldade aumentava com o passar dos anos. Quando os idosos ficavam incapazes, eram mortos com uma flechada no coração e tinham seus corpos cremados.

Já os Yahgans, que eram um povo nômade e tinham condições precárias de vida, tratavam cordialmente a todos, principalmente aos idosos. Os mais velhos eram os primeiros a serem servidos e a eles era reservado o lugar mais confortável. Os Jivaros também respeitavam os idosos, mas os temiam após a morte, pois acreditavam que os velhos retornariam em animais peçonhentos ou ferozes caso fossem maltratados em vida e voltariam para se vingarem de quem os maltratou. Os Incas formaram um império e estavam presentes em vários países da América

Latina, sua sociedade era muito organizada, e o trabalho era essencial em todas as fases da vida, iniciando a vida laboral aos 5 anos de idade. Os homens eram divididos em 10 classes, assim como as mulheres, e estas classes tinham a idade como critério para classificação e eram responsáveis por tarefas específicas na sociedade como, por exemplo, a classe dos 25 aos 50 anos para os homens era a classe dos guerreiros, a mais respeitada entre os Incas. A partir dos 80 anos, os idosos cuidavam da tapeçaria; aqueles que perdessem suas faculdades eram completamente cuidados se fossem ricos; caso fossem pobres, recebiam a caridade da comunidade. Os mais velhos na sociedade dos Guarani Mbyá eram responsáveis por transmitir a cultura e a história do povo, e eram os mais respeitados da tribo. Os Baniwas consideravam os mais velhos como sábios ou profetas, ligados diretamente a Deus e, por isso mesmo, muito considerados. Os povos originários indígenas do Brasil geralmente têm essa relação positiva com o envelhecimento, segundo os autores Marques et al. (2015) e Santos (2016).

Na Ásia, os Iacutos também tinham condições precárias de vida, assim como os Yahgans, mas a relação entre as pessoas era bem diferente. A família era patriarcal, e os pais tinham controle total sobre os filhos, podiam vendê-los ou matá-los. O pai, portanto, era tirano e cruel e, quando envelhecia, os filhos o dominavam e o deixavam morrer; muitas vezes o expulsavam ou o transformavam em mendigos ou escravos. Os Koriaks não abandonavam seus velhos, mas quando os idosos perdiam a capacidade para o trabalho, eram assassinados em cerimônia própria para isso. A comunidade toda presenciava a morte do idoso que era golpeado em regiões fatais do corpo para que não sofressem muito. Os Chuckcheers tinham uma alimentação escassa e muita dificuldade em manter uma qualidade de vida. Os idosos que conseguiam juntar algum dinheiro com o comércio que faziam, eram respeitados; os que permaneciam sem recursos eram maltratados e persuadidos a escolherem a morte, que acontecia em uma cerimônia. Os Ianos não valorizavam a experiência dos idosos; as crianças eram negligenciadas pelos pais que, quando envelheciam, eram maltratados ou ignorados pelos filhos.

Para os Chukchees, a velhice não significava abandono nem decadência. Os pais eram responsáveis pelos filhos que eram seus herdeiros e os obedeciam até que morressem. Para os Lepchas, chamar os irmãos mais velhos de pai e mãe era sinal de respeito, pois quanto mais idade, mais respeito a pessoa merecia. Mas, quando os idosos perdiam a capacidade produtiva, eram tratados com indiferença e considerados um fardo para a sociedade. Os Thaãs valorizavam os mais velhos de acordo com a riqueza que haviam acumulado; se fossem pobres, eram

ignorados socialmente. Os Aleutes viviam em grande vulnerabilidade, mas respeitavam e protegiam os idosos e a experiência de vida que tinham, e o filho que negligenciava os pais era desonrado.

Os Miaos eram atenciosos uns com os outros, independentemente da idade ou gênero. Eles desenvolveram uma forte cultura e, provavelmente, sustentavam-se com as conquistas em guerras. Os idosos eram os conselheiros e guias deste grupo. Os Balineses tinham uma convivência harmoniosa e os idosos eram responsáveis pela medicina, pela transmissão da cultura, pela arte e poesia, sendo bem cuidados até morrerem, mesmo que incapacitados para o trabalho. Na Oceania, os Arandas eram um povo que valorizava os idosos, aos quais chamavam de “homens de cabelos grisalhos”; estes detinham o poder e transmitiam sua experiência aos mais novos. Quando ficavam incapazes, o povo acreditava que haviam se tornado mágicos e que não precisavam nem mesmo de alimentos. Nessa situação, eram chamados de *yenkons* e poderiam ser abandonados porque as mazelas do corpo não os fariam sofrer.

### **Discussão**

A sociedade hoje passa por um questionamento quanto ao etarismo porque enquanto a população mundial está envelhecendo rapidamente, as manifestações de preconceito etário ocorrem em todos os lugares, em todos os grupos sociais, o que representa um paradoxo da atualidade: o número de pessoas mais velhas cresce no mundo todo e o preconceito em relação a ela também. Para Beauvoir (2018), este fato não seria um paradoxo, uma vez que a autora sustenta que as diferenças geracionais se fundamentam na relação de poder, de sustentação do valor social. Daí, seria natural a população mais jovem rejeitar os mais velhos, pois a necessidade de ser mais valorizado socialmente estaria implícita na relação entre as gerações.

É possível entender o etarismo pela disputa das gerações pelo valor social, mas este não é o único fato defendido pela literatura para explicar este preconceito. Cuddy e Fiske (2002), através da Teoria da Modernização, dizem que houve uma redução do *status* da pessoa mais velha com o passar do tempo, mais precisamente a partir da transformação da sociedade agrária em industrial e moderna. Esta transformação social trouxe quatro principais mudanças, segundo os autores, sendo: em primeiro lugar, afirmam que, com o aumento de expectativa de vida, o número de idosos na sociedade aumentou e mais pessoas chegam, hoje, à aposentadoria, mas com menor poder aquisitivo, o que os desvaloriza socialmente. Em segundo lugar, os idosos não dominam as novas tecnologias, advento com rápido desenvolvimento a partir do final do séc. XX e início do séc. XXI, ficando fora do mercado de trabalho, o que os desvaloriza

socialmente. Em terceiro lugar, o crescimento das cidades aumentou o êxodo rural, distanciando fisicamente os mais jovens dos mais velhos, o que enfraqueceu seus vínculos. E, em quarto lugar, o surgimento da educação pública, o que ampliou a alfabetização, retirando do idoso o lugar de transmissor da cultura.

Palmore (1999) classifica o etarismo em negativo e positivo, sendo o negativo (ou hostil) aquele caracterizado por atitudes hostis, e o positivo (ou benevolente) o que promove atitudes protetoras e que infantilizam o idoso, colocando-o em uma situação de incapaz ou inútil. De qualquer forma, é um preconceito contra si mesmo, pois o envelhecimento é inevitável para todo ser humano se a morte não é precoce. Assim, o autor destaca a insensatez do etarismo. No entanto, Tajfel e Turner (1986), através da Teoria da Identidade Social, explicam que há uma tendência dos indivíduos se identificarem mais com pessoas que se parecem mais com eles mesmos. Então, os mais jovens tendem a se identificar com os mais jovens; e os mais velhos tendem a se identificar com os mais velhos. Além disso, os indivíduos tendem a se identificar com quem é valorizado pelo grupo ou pela sociedade em que está e a se distanciar de quem não é valorizado.

Portanto, são várias as tentativas de explicação do preconceito etário, mas nenhuma delas responde totalmente ou justifica plenamente a ocorrência do etarismo. É possível perceber pelos relatos históricos de Beauvoir, Marques e Santos que este preconceito existe desde que os homens construíram os primeiros grupos, ou seja, em todo o seu processo de desenvolvimento social. Os povos primitivos justificaram o preconceito através de regras sociais de sustentabilidade da comunidade, através da forma como os jovens foram tratados pelos mais velhos, pela falta de capacidade para o trabalho. Poderíamos dizer que quando um ser humano perde sua capacidade produtiva, é rechaçado de seu grupo, como fizeram os Koriaks, os Chuckchees, os Ojibwas e os Navajos. Mas existem grupos citados neste estudo que não agiram desta forma, como os Tivs, os Hotentotes, os Chukchees, os Yahgans e os Aleutes. A justificativa poderia ser o fato de serem sociedades muitas vezes com condições precárias de vida, como os Iacutos, os Ainos e os Esquimós. Mas, os povos Aleutes e Yahgans também viviam em condições precárias e não abandonavam nem maltratavam seus idosos. De qualquer forma, é evidente que a cultura influencia e, muitas vezes, pode definir as ações da sociedade, e nem a localização aproximada dos povos garantiu a mesma atitude em relação ao envelhecimento.

Quanto à capacidade produtiva do idoso, Beauvoir (2018) destaca que a reação negativa à perda de tal capacidade com o envelhecimento destaca o caráter de sobrevivência de um povo.



Neri (2013) também estuda essa relação entre a capacidade produtiva e o valor do mais velho na sociedade atual utilizando o conceito sociológico de “defasagem estrutural”, que diz que a sociedade não oferece ao mais velho economicamente improdutivo os mesmos benefícios que oferece aos indivíduos produtivos. Isso pode ser exemplificado com o fato de uma população idosa crescer e aumentar também o custo com a saúde e a previdência, o que, sem uma boa gestão, pode dificultar o acesso de todos aos serviços. Esse tipo de situação tende a aumentar a ocorrência de preconceito etário, como o que aconteceu na época da pandemia de Covid-19, pois identifica o idoso como um fardo social (Abranches & Lourenço, 2022).

### **Considerações finais**

O etarismo é um fenômeno multicultural e intercultural porque está presente na sociedade como um todo e recebe influência de outras culturas, principalmente pela globalização e redes sociais. Existem muitas tentativas para explicar este preconceito, inclusive o medo da finitude, o receio da perda do vigor físico em um mundo imagético. Mas, nenhuma explicação responde, sozinha, ao etarismo. É preciso considerar todos esses fatores para tentar compreender o preconceito etário em sua insensatez.

Através da cultura, as pessoas são informadas sobre valores, crenças, representações sociais relacionadas a determinado objeto. E assim vão determinando a visão de mundo e as reações a ela, com os preconceitos, as discriminações e as sujeições que distinguem os sujeitos em grupos cada vez mais distantes um do outro. Mas, é preciso reconhecer que essa atitude é uma forma de auto preconceito, de autossabotagem e de alienação, pois advém de uma visão distorcida de si mesmo.

A discussão sobre esse tema também precisa ser multicultural e intercultural, com as ações políticas e governamentais em combate ao etarismo, como o Relatório Anual da OMS, de 2021, que é dedicado a essa luta, destacando os efeitos nocivos do etarismo, como índices de adoecimento e suicídio no envelhecimento, índices de desemprego nas faixas etárias acima dos 50 anos e demais consequências para a saúde mental e física do idoso. É preciso sempre questionar o etarismo, destacar o preconceito e apresentar soluções e formas de evitá-lo, tanto na comunidade científica quanto no cotidiano de cada ser humano.

### **Referências Bibliográficas**

- Abranches, I., & Lourenço, L. M. (2022). Pandemia da COVID-19 e etarismo: uma revisão integrativa. *Cadernos de Psicologia*, 01-25. <https://doi.org/10.9788/CP2022.2-04>
- Achenbaum, W. A. (2014). Robert N. Butler, MD (January 21, 1927–July 4, 2010): Visionary leader. *The Gerontologist*, 54(1), 6-12. <https://doi.org/10.1093/geront/gnt015>
- Beauvoir, S. (2018). *A Velhice*. (2ª ed.). Nova Fronteira. ISBN 9788520902165
- Camarano, A. A. & Fernandes, D. (2022) Tratado de gerontologia capítulo Envelhecimento da população brasileira: contribuição demográfica. In E. V. Freitas; L. Py (Orgs.) (2022). *Tratado de geriatria e gerontologia*. (5ª ed.). Guanabara Koogan. ISBN-10 8527737809 / ISBN-13 978-8527737809
- Cuddy, A. J. C., & Fiske, S. T. (2002). Doddering but dear: Process, content, and function in stereotyping of older person. In T. Nelson (Ed.). *Ageism stereotyping and prejudice against older persons* (pp. 3-26). Bradford Books
- Debert, G. G. (1999). Velhice e o curso de vida pós-moderno. *Revista USP*, 42, p. 70-83, jun/ago
- Debert, G. G. (2010). A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes antropológicos*, 16, 49-70. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000200003>
- Dórea, E. L. (2020). *Idadismo: um mal universal pouco percebido*. UNISINOS. ISBN 978-65-87032-00-9
- [Lima, M. E. O. \(2013\). Preconceito.](#) In L. Camino; A. R. R. Torres; M. E. O. Lima & M. E. Pereira (orgs.). *Psicologia social: temas e teoria*. (2 ed.). Technopolitik. ISBN 9 978-85-92918-30-9
- Marques, F. D., Sousa, L. M., Vizzotto, M. M., & Bonfim, T. E. (2015). A vivência dos mais velhos em uma comunidade indígena Guarani Mbyá. *Psicologia & Sociedade*, 27, 415-427. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p415>
- Neri, A. L. (2013). Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In L. F. Malloy-Diniz; D. Fuentes & R. M. Cosenza (Orgs.). *Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional*. Artmed. ISBN 978-85-8271-014-2
- Palmore, E. (1999). *Ageism: Negative and positive* (2 ed.). Springer Publishing Company. ISBN 082617003X
- Santos, N. D. M. (2016). *Permanência de idosos no trabalho: fatores estruturais e psicossociais*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília.

Sobrinho, M. H. D. J. F., & Osório, N. B. (2021). A interpretação da velhice da antiguidade até o século XXI. *Nova Revista Amazônica*, 9(1), 175-187.

<http://dx.doi.org/10.18542/nra.v9i1.10037>

Tajfel, H., e Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel, e W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (2ed.), pp. 7- 24. Nelson-Hall

## **CAPÍTULO 2 - ENTRE COROAS, FITAS E BAILADOS: NOTAS SOBRE A PRESENÇA FEMININA NAS CULTURAS POPULARES A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Mariane Andrea Rocha, Raphaela Schiassi Hernandes e Luana Foroni Andrade

### **RESUMO**

A efetiva participação feminina negra em manifestações de culturas populares, como por exemplo folguedos os confere a característica de coletividade a partir do compartilhamento de experiências, vivências, fazeres e saberes. Outrossim, mulheres negras e culturas populares de maneira simultânea suportam, combatem e resistem aos silenciamentos e hierarquizações em diversos níveis sociais e culturais. A dissidência nos enfrentamentos das relações de poder e sociais, a busca por autonomia e empoderamento na pós-modernidade líquida, e a subversão da realidade pela arte são características de quem luta e de quem se dedica a preservar e dar e continuidade da cultura popular. O trabalho busca então discutir a pertinência da presença das mulheres negras em manifestações culturais populares e como a teoria interseccional pode contribuir para o entendimento de sobreposições de preconceitos quanto ao gênero, bem como maneiras de resistir no cotidiano das manifestações populares em que participação feminina é majoritária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Culturas Populares; Mulheres; Interseccionalidade.

### **INTRODUÇÃO**

Para se opor as relações de poder sociais culturalmente impostas, as pessoas que produzem e vivem as populares se apropriam de maneira veemente de suas manifestações culturais de forma intrépida a fim de que através delas possam fazer com que suas vozes sejam ouvidas, suas histórias sejam lembradas e suas identidades sejam expressas (CUCHE, 1999).

Mulheres que produzem e participam de arte e culturas popular, independente da categoria, conseguem exercer influência, se destacar e promover revolução subvertendo as normas e padrões impostos pelas ideologias patriarcais, tradicionalistas e colonizadoras que regem o sistema-mundo. Concomitantemente no cotidiano as mulheres também acabam tendo

que enfrentar preconceitos, discriminações, silenciamentos e hostilidade em vários âmbitos da vida através dos marcadores sociais que possuem, uma vez que os mesmos expõem a heterogeneidade e as múltiplas formas de viver dentro da mesma categoria – o gênero feminino.

Além disso, a teoria interseccional aqui entendida como uma ferramenta que “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (COLLINS, BILGE, 2021, p. 16), pode nos ajudar a investigar e compreender as articulações de opressões contra as mulheres inseridas na cultura e como podem ser articuladas formas de combater essas opressões sociais existentes além de viabilizar a convivência pacífica, igualitária e equitativa das plurais formas de vida e experiências humanas.

Investigar como “várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem a múltiplos níveis para se manifestarem em termos de desigualdade social” (NOGUEIRA, 2017, p. 54) pode nos fazer entender como as mulheres sistematizam “maneiras de viver com” (CUCHE, 1999, p. 150) as dominações que lhes tentam a todo custo imputar.

Pensando nos apagamentos e obliterações que a história fez sobre as mulheres e em especial mulheres negras, a lembrança e reparação sobre suas histórias precisam acontecer no meio social, mas também nas produções artísticas e culturais populares. As linhas abissais de diferença dentro da categoria de gênero precisam ser extinguidas, e a visibilização da produção feminina dentro de suas comunidades e do meio social em que estão inseridas podem oportunizar que suas vozes continuem ecoando com o passar do tempo.

Esta produção textual é um fragmento de discussões metodológicas de uma dissertação de mestrado que contempla a investigação de mulheres inseridas em um grupo de manifestação cultural popular. Parte da observação e análise das limitações encontradas na literatura quanto à discussão feminista da presença de mulheres negras nas manifestações culturais que, muitas vezes, são as grandes detentoras dos saberes fazeres das brincadeiras e folguedos populares. Além disso, observa-se também que as teorias feministas ao discutir preconceitos e empoderamento pouco se fala sobre essa inserção feminina em culturas populares, seja como mestras, seja como integrantes de grupos culturais.

O texto foi dividido em duas partes. A primeira trata brevemente sobre o que são as culturas populares e como estas se desenvolvem no Brasil e inserem na vida cotidiana e no imaginário dos atores sociais que dela participam, a segunda parte trata sobre a teoria interseccional e como se dá a convergência de preconceitos contra as mulheres, provocando e

refletindo sobre os tensionamentos existentes quanto à participação das mulheres nas culturas populares.

## **AS CULTURAS POPULARES**

Levando em consideração o fato de que hoje vivemos em uma sociedade em que se estabelecem relações de poder contundentes, quem se põe contra essas perspectivas e tenta promover através de novas lógicas de progresso outras possibilidades do ser, ainda vivemos na sociedade de classes que favorecem mais o consumo, a posse e a mercantilização do homem inserido nas dinâmicas do capital.

Ao mesmo tempo, estamos localizados na pós-modernidade que é a era das efemeridades, em que tudo é subjetivo e os atores sociais estão em constante busca pelo individualismo, em que predomina a obsolescência do progresso, declínio das identidades, fragmentação do indivíduo e o desencantamento da realidade (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 1991; HALL, 1992).

A estrutura sociocultural atual que é a modernidade líquida também influencia nossa percepção e cultura. O ator social envolvido com cultura influencia nas construções e percepções sobre as identidades e subjetividades. Nóbrega (2008, p. 04) nos afirma que “as culturas podem ser mais fortes, consistentes e duradouras no plano simbólico do que na fugaz realidade, presentes em vivências concretas, mas também, no imaginário sensível do mundo social”, ou seja, para cada ator social, dentro de suas particularidades e de seu sentimento de pertencimento, a subjetividades e o plano simbólico irão agir aproximando e fazendo com que a arte e a cultura comecem a lhe fazer sentido. Aproximando ainda mais através das vivências e conhecimento que este vai adquirindo com as manifestações da cultura ao longo de sua vida (HALL, 1992).

A partir disso, consideremos então o fenômeno cultura em sua “dimensão humana” (CHAUÍ, 2008) e simbólica de construção social de vida. Apresenta-se também o conceito de cultura de Clifford Geertz (1989) que entende cultura como um fenômeno complexo imbricado e tensionado de sentidos e complexidades. Estas perspectivas entendem o sujeito como alguém que age e vive arte e cultura para além dos momentos de vivência e fruição de suas produções. Esta vida social e cultural do sujeito se constrói a partir das múltiplas identidades que ele possui são nelas que operam as resistências sociais e constroem o ator enquanto cidadão no meio social e ator cultural nas lógicas da cultura. Assim, são esses dois papéis sociais que combinados entre si, dão sustentação à dimensão humana de cultura.

Seguindo com esta perspectiva, a categoria popular da cultura por muito tempo foi considerada de melhor valor e sentido em comparação a produções eruditas justamente por ser algo que era produzida pelo povo. As culturas populares são consequência da miscigenação, contestação, resistência e até mesmo distinção de outras culturas, e possuem significados diferentes para as mais diversas classes sociais. (CUCHE, 1999; BAKHTIN, 1987). O pensamento Marx e Weber de que “um dado espaço cultural, existe sempre uma hierarquia cultural” (CUCHE, 1999, p. 145) nos ajuda a compreender que cultura popular também é cultura de classes sociais não sendo nenhuma totalmente dominante ou totalmente dominada, mas existindo relações de dominação e a subversão dessas relações. Com isso:

a dominação cultural nunca é total e definitivamente garantida e por esta razão, ela deve sempre ser acompanhada de um trabalho para inculcar esta dominação cujos efeitos não são jamais unívocos; eles são às vezes "efeitos perversos", contrários às expectativas dos dominantes, pois sofrer a dominação não significa necessariamente aceitá-la. (CUCHE, 1999, p. 146).

Essa citação é interessante, pois manifesta a importância, a existência e a relevância da sabedoria popular, e a perspicácia dos atores sociais em subverter e se colocar contra as tentativas de dominação socioculturais. Essas estratégias ficam expressas em falar, jeitos de se apresentar, a própria capacidade de assimilar e sincretizar outras culturas junto a sua sem necessariamente descaracterizar suas tradições, e outras formas simbólicas de uso da arte podem ser chaves da contra hegemonia e que não são necessariamente enfrentamentos diretos. A sagacidade popular no uso da arte e da cultura, demonstra o quanto estas são ferramentas potentes e revolucionárias e possuem um caráter político denotando sua relevância para a vida do povo.

Pensando também na autonomia sociocultural das culturas populares promovem a subversão do espaço, do tempo, das trocas simbólicas e das lógicas dominantes tanto no sentido lógico e real quanto no simbólico e emocional. Chega até a ser um paradoxo pensar como as manifestações populares acabam tendo um caráter político e auxiliam na resignificação da vida e das identidades. A brincadeira que é vida real, e a interação do real e do imaginário (que é uma reprodução do real ou da idealização do real) (BORBA, 2006), fazem do cotidiano uma conjunção de “histórias extraordinárias para além da vida ordinária” (MOREIRA, 2015) que humanizam os sentidos das brincadeiras populares e que transgride com o engessamento imposto pelo sistema e pelas percepções do próprio ator social sobre si e sobre o lugar em que vive.

É nesse cotidiano em que as relações sociais instigam o ator social na criação, manutenção e contemporização das culturas. É na convivência e no cotidiano que o ator social estreita os vínculos dentro de suas comunidades, de seus grupos sociais, reinventam suas identidades e repensam seus modos de ser e realizar suas celebrações e manifestações culturais. É no cotidiano que se constituem as motivações para estar junto, para enaltecer suas culturas, além de ocasiões especiais de apresentações (SPINK, 2010).

Ainda é nesse cotidiano que se dá a exteriorização e demonstração do pertencimento isso se evidencia quando o ator social de forma individual, ou grupo cultural busca os símbolos, signos e fontes e inspiração para assentar sua produção cultural. No cotidiano as relações sociais de um grupo são colocadas em ordem e cada ator social desempenha de maneira harmoniosa seu papel em seu grupo. A cidadania também se desenvolve no interior do cotidiano de uma manifestação cultural a legitimando em todos os contextos da vida humana (NETTO; CARVALHO, 2000).

Outra questão considerada por Cuché (1999), é a autonomia das classes populares. Muitas vezes numa compreensão romântica ou extremista de se pensar a cultura e os atores sociais nelas inseridos, deslocamos a autonomia de pessoas ou grupos culturais da sua própria vivência enquanto ser sociocultural. Da mesma forma, para da constituição da cidadania, o ator social enquanto ser sociocultural possui deveres e direitos, e tem, independente de relações de poder e sociais, a sua autonomia assegurada. A autonomia dentro da cultura é outorgada a ele de diversas formas e não precisa ser legitimada por outrem.

Muitas vezes, de forma aguerrida e audaciosa os atores sociais se apropriam de suas manifestações culturais para se contrapor as relações de poder impostas. Usar as danças, músicas e outros elementos como forma de resistir se opor, e questionar as relações de poder, são formas que atores sociais usam para ter suas vozes ouvidas (CUCHE, 1999).

Considerando tudo o que foi dito, faz se necessário articular uma breve reflexão diretamente na compreensão das dinâmicas inerentes a cultura, investigação e representação sobre o povo negro, seus saberes, suas vivências, fazeres, compreensão e configuração social e da produção de arte e de cultura popular. As culturas negras, acabam possuindo dinâmicas próprias, não acessíveis as obviedades e pensamento cartesiano branco, logo não perceptíveis a quem não lhes é inerente, configurada como um segredo e regida como um jogo.

Muniz Sodré (1983, p. 119) relata que os agrupamentos sociais no processo de colonização brasileira operavam “no mesmo campo ideológico cristão do colonizador, fixaram-se as organizações hierárquicas, formas religiosas, concepções estéticas, relações míticas,



música, costumes, ritos, característicos dos diversos grupos negros”, tudo com a finalidade de que se houvesse a "preservação dos dispositivos culturais" (SODRÉ, 1983, p. 120) isso considerando que muitas culturas tinham sido desterritorializadas e dispersadas propositalmente ao redor do Brasil.

No livro *a verdade seduzida*, Muniz Sodré, nos revela pontos que nos fazem compreender como as dinâmicas do povo negro, e em sua inserção e adaptação ao Brasil acabaram sendo subversoras e contra hegemônicas. Destacamos “o jogo duplo” e o “segredo” (SODRÉ, 1983). O jogo duplo, nada mais é do que um tipo de sincretismo. Ao passo que para as lógicas brancas escravocratas os momentos de brincadeira e folga lhes pareciam inofensivos, "os negros reviviam clandestinamente os ritos, cultuavam deuses e retomavam a linha do relacionamento comunitário. Já se evidenciava aí a estratégia africana de jogar com as ambiguidades do sistema, de agir nos interstícios da coerência ideológica." (SODRÉ, 1983, p. 123-124). Até hoje, pode-se perceber essas estratégias são usadas como forma de salvaguardar as tradições. Essa sincretização não só religiosa é um forte dispositivo de subversão e proteção frente à lógica dominante em operacionalização no meio social.

As brincadeiras, das manifestações culturais, também se operacionalizam como um jogo duplo – essa troca de tempo, por uma lógica diferente, de construção identitária pessoal e coletiva, corrompe e inquieta aqueles que dela não as pertence e dela não participam e, e logo não entendem seu funcionamento, articulam significados e regras diferentes para pessoas que não estão ali envolvidas.

Os momentos de brincadeira e folia também podem ser vistos como momentos continuidade das tradições, agregando assim sentido e valor a esses muitos povos, afinal ao chegando aqui, várias etnias foram misturadas a fim de que suas culturas e foram enfraquecidas, o que provavelmente não obteve sucesso afinal as culturas populares, foram se hibridizando com manifestações e costumes indígenas e europeus, mas sempre destacando seus traços e significados e várias categorias (SODRÉ, 1983).

Já o segredo é o que constitui o senso coletivo e o sentimento comunal dentro da cultura negra. Para manifestações culturais populares entendemos o segredo como essa unidade existente entre os pares de uma brincadeira, é a forma de comunicação, das trocas dos segredos, as tensões que fazem parte das trocas entre os envolvidos na cultura, resguardando-os dos de fora (SODRÉ, 1983). O segredo é posto a fim de provocar quem está de fora e quem não conhece as regras “o segredo é uma dinâmica de comunicação de redistribuição de axé de existência e vigor das regras do jogo cósmico” e diferentemente das lógicas brancas “dispensa

a hipótese de que a Verdade existe e de que deve ser trazida à luz”. (SODRÉ, 1983 p. 142-143). Os dois pontos destacados pareceram pertinentes para refletir rapidamente as culturas negras dentro das culturas populares sendo que, por vezes, tentamos analisá-las e entendê-las apenas a partir da visão euro centrada. Descolonizar o pensamento é também uma forma de acessar os dispositivos da cultura negra entendendo, ainda que parcialmente, suas lógicas funcionais.

Em síntese, é nessas perspectivas, sobre a operacionalização e o cotidiano das culturas populares e negras, que atores sociais se autoafirmam e apoiam suas crenças, costumes, modos de vida e visões de mundo. É a partir dessas certezas que atores sociais e o povo negro constroem suas identidades e conseguem ter forças e condições de resistirem dentro de seus grupos culturais.

## **A INTERSECCIONALIDADE E O GÊNERO FEMININO: AS MULHERES E TENSIONAMENTOS NAS CULTURAS POPULARES**

É interessante iniciar esse tópico com essa sentença instigante de Magalhães (1980, p. 123), “hoje em dia, não existe assunto mais polêmico, mais empolgante, mais controvertido e mais mal interpretado como a própria mulher”. Enquanto construção social, a categoria gênero pode ser entendida como o conjunto de percepções que distinguem mulheres de homens. De acordo com Giddens e Sutton (2017, p. 178) gênero pode ser considerado como “as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres”, e diferente deste, o sexo “se refere às diferenças anatômicas e fisiológicas entre os corpos masculino e feminino”. Aqui nos ateremos apenas a discussões concernentes a gênero.

Considerando então gênero como resultado de uma construção cultural ocidental, Fávero (2010, p. 587) relata que a “construção da subjetividade e da identidade dos gêneros reside na emoção, na maneira como essa é entendida e atribuída a significados ditos “femininos” ou “masculinos””, quer dizer, cada sociedade entende, valoriza e difere os gêneros a seu modo. De maneira geral, aqui no Ocidente, e especialmente em países colonizados pela Europa, vemos ainda uma relação horizontal e hierarquizada que favorece o gênero masculino sobre o feminino em termos de privilégio e direitos.

Rememorando a história, sabe-se que por muito tempo, e até hoje as mulheres são vítimas dos silenciamentos da história, e refletir e rememorar e ouvir a história das mulheres, é reparar historicamente os silenciamentos, fazer com que o sentimento de participação

sociocultural, de pertencimento e de cidadania possa ser assimilado a vida das mulheres, quem comumente tem sua vida relatada por terceiros. Michelle Perrot (2005) ratifica que:

As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam. (p. 11).

A história das mulheres é repleta de apagamentos. Sempre acontece a deslegitimação e objetificação das produções femininas, e esse comportamento sexista por muito foi algo naturalizado, e a mulher acabava sendo posicionada como alguém que depende do homem para ser validada e reconhecida na sociedade (PERROT, 2005; 2015).

Em oposição ao feminino, o gênero masculino sempre possuiu privilégios e como caracteriza Ramón Grosfoguel (2016, p. 25) esse privilégio “sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticos do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo”. A partir das teorias Decoloniais entendemos melhor como os projetos coloniais se apropriam, quando conveniente, da figura feminina e como distorcem a imagem das mulheres representando-as como lhes convém, tudo isso em nome de um projeto de estabelecimento de uma soberania através da inferiorização “dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais)” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

Historicamente, o termo interseccionalidade foi pensado e abordado concomitantemente dentro e fora do meio acadêmico. Para Nogueira (2017, p. 54) as “críticas das mulheres negras ao essencialismo do feminismo convencional permitiram instalar a crítica e enfatizar que as feministas que pretendem falar por todas as mulheres não tomam em atenção a classe, a "raça", a orientação sexual etc”. Ora, ainda que as mulheres sejam contempladas dentro do feminismo, através do marcador gênero, devemos pensar que, além de serem mulheres, muitas são de diferentes raças, orientações sexuais, classes sociais, religiões e culturas distintas, logo, como uma ou poucas poderiam falar por todas?

Nos anos 80, uma mulher, acadêmica, advogada, e negra, chamada Kimberlé Crenshaw evidenciou o termo interseccionalidade pela primeira vez. Podemos compreender essa ferramenta metodológica que opera sobre as identidades descentradas do ator social, e esta:

investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 16).

A individualidade, a particularidade, e, principalmente, as diferenças nas formas de viver são o que sustentam e caracterizam as vidas de mulheres em intersecção. Além disso, a interseccionalidade procura, de maneira prática, viabilizar e proporcionar uma percepção de vida mais adequada para as mulheres. Carla Akotirene citando Kimberlé *Crenshaw* (2019, p. 14) explica que, “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo”. É sabido que o feminismo em suas teorias objetiva promover e oportunizar para as mulheres a igualdade e equidade com relação aos homens, e também, dirimir as opressões sociais advindas da convivência entre ambos (JOHNSON, 1997).

O fato é que, por estarem localizadas em configurações de vida diferentes as mulheres vivem vidas diferentes. Conforme Nogueira (2017, p. 55) para Kimberlé “a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e sexismo”, se pensarmos as mulheres, situadas em diferentes avenidas identitárias, ou até mesmo em semelhantes avenidas identitárias, cada mulher terá percepções diferentes e afetamentos diferentes sobre como e quando as opressões se colocam sobre suas vidas, afinal, cada mulher possui, para além dos marcadores, diferentes histórias de vida e diferentes estruturas psíquicas. A teoria interseccional preconiza a reflexão de que marcadores sociais interseccionados ou sobrepostos, reforçam os sistemas de opressão, dominação e injustiça que agem sobre a vida e os corpos das mulheres.

A interseccionalidade, é uma ferramenta que pode ser utilizada para “examinar como as várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem a múltiplos níveis para se manifestarem em termos de desigualdade social” (NOGUEIRA, 2017, p. 54). A autora ainda complementa que:

A recusa da essencialização, a inter-relação entre opressão e privilégio e o contexto são elementos fundamentais para se compreender a teoria da interseccionalidade. É necessário estar atenta e teorizar privilégios e opressões, não como estatutos fixos, mas sim como estatutos fluidos e dinâmicos, permeáveis à mudança quer nas

opressões quer nos privilégios quer nos contextos. (NOGUEIRA, 2017, p. 57).

Com isso, podemos refletir que, a interseccionalidade enfatiza “a "multidimensionalidade" das experiências vividas dos sujeitos marginalizados, referindo que quem acredita que a identidade existe em camadas removíveis e separadas acaba em generalizações abusivas” (NOGUEIRA, 2017, p. 55). Enquanto as dicotomias geralmente utilizadas para pensar a localização de atores sociais no meio que vivem acabam sendo extremamente essencialistas, no pensamento da interseccionalidade, a sobreposição de dois ou mais marcadores de opressão acabam sendo o amplificador de como se pode perceber e analisar as diferenças, as formas de construção identitária e os atravessamentos de um ator a partir de seus marcadores sociais.

Pensar interseccionalidade requer também sensibilidade por parte de quem pesquisa. O cuidado em não objetificar, e não banalizar a realidade dos sujeitos em investigação a fim de não reproduzir as relações de opressão nas quais o ator social já vive sendo inserido. Logo:

Uma análise interseccional resiste à essencialização de todas as categorias (tratando todos os membros de um único grupo social como o mesmo e supondo que compartilham as mesmas experiências) e está atenta às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações. (NOGUEIRA, 2017, p. 56).

Apoiado nessa fala de Nogueira que trata de distintas características da interseccionalidade, podemos pensar que para todas as perspectivas da interseccionalidade, devemos considerar três pontos principais: a) ponto de partida; b) lugar social; e c) vivências dos atores sociais (XONGANI, 2019; AKOTIRENE, 2019).

O que desejo explorar é o fato de que a interseccionalidade pode ser um dispositivo de entendimento das realidades através do entrecruzamento dos marcadores e das identidades. Incontestavelmente, existem circunstâncias em que as relações sociais e de poder se sobrepõem sobre os marcadores acabam elaborando opressão, segregação e outras formas de violência. No que corresponde ao ponto de partida, cada ator social, considerando sua realidade na busca por seu lugar no mundo, parte de lugares diferentes. Cultura, gênero, classe, modos de vida, de criação, realidade e oportunidades os colocam em pontos de partida diferentes. A compreensão dos pontos de partida deve levar em “consideração as formas particulares de subordinação de muitas mulheres” (NOGUEIRA, 2017, p. 55).

Quando se fala sobre lugar social, deve se pensar sobre a localização de mulheres dentro do contexto em que vivem, e isso diz respeito tanto a seu status social quanto a sua classe. Por status entende-se “a posição ocupada por um indivíduo (ator social) dentro de um sistema social” (JOHNSON, 1997, p. 382). O status é sempre algo categórico, ou seja, para um ator possuir um status em um sistema, é porque outros indivíduos também os possuem dentro do mesmo sistema, estabelecendo de forma independente de quem os ocupa (JOHNSON, 1997).

O status, dentro dessa lógica de lugar social, acaba sendo visto, na maioria das vezes, como algo positivo, e que conota prestígio a quem o possui. Porém, se analisarmos de maneira cuidadosa, em todos os sistemas sociais existem a localização do privilégio, mas do outro lado, acaba existindo os status atribuídos pelo viés da opressão e/ou da resistência (JOHNSON, 1997).

Já ocupação de um lugar no meio social, dentro de sua classe, é proveniente das teorias Marxistas e Weberianas de que existe “distinção e uma divisão social que resultam da distribuição desigual de vantagens e recursos, tais como riqueza, poder e prestígio” (JOHNSON, 1997, p. 73). Tais distinções são modos de dividir as pessoas em grupos e essas divisões deixam em destaque as dessemelhanças entre os atores dentro da sociedade. Complementando o pensamento sobre o lugar social, é visto que “Weber fez ainda uma distinção entre classe e status, sendo este (status) formado a partir das percepções de outras pessoas e não da situação econômica objetiva de um indivíduo” (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 144).

De fato, quanto mais elevado for a posição de um ator social em sua classe, maior será a consideração das pessoas sobre seu status. Esse status posiciona verticalmente e põe a à margem quem não está nas posições de privilégios e oportunidades, o que acaba sendo influenciado pelas relações de poder. Essas movimentações afastam os que deveriam possuir algum tipo de status - por relevância no meio cultural ou mesmo relevância social – no entanto, a sociedade privilegia quem está posicionado em altos estratos sociais.

Não irei me ater mais nas diferenças de perspectivas de Marx e Weber sobre classe, mas vale lembrar que enquanto Marx acreditava que as classes eram resultado das “relações entre indivíduos e processo de produção, em especial na propriedade e controle dos meios de produção” (JOHNSON, 1997, p. 73), Weber considerava que “as divisões de classe resultam não só da propriedade ou ausência dela, mas também de habilidades e qualificações, as quais afetam os tipos de trabalho que as pessoas são capazes de assumir” (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 144).

Ao relacionar classe e interseccionalidade devemos sempre considerar o marcador social raça, principalmente, pelo fato que o presente estudo flexiona sobre mulheres negras e culturas negras, ou seja, social e culturalmente falando, esses contextos comungam com influências étnico-raciais. Especificidades que concernem desde modos de vida, os costumes, cotidiano e, perpassam para estigmas sociais e culturais que são sobrepostos sobre as mulheres.

O último ponto, são as vivências de atores sociais. Estas que possuem relação direta com questões emocionais, questões da realidade e de oportunidades sob as quais são continuamente submetidos ou não, e com isso pode se desenvolver na vida de maneira positiva ou negativa. As vivências, ou a ausência das vivências podem causar por vezes gatilhos, perturbações e, ao mesmo tempo por outro lado, podem promover bons sentimentos, lembranças e bem-estar para quem as viveu.

Um último ponto aqui a ser contemplado e que conduz nossa visão sobre interseccionalidade é que esta teoria considera e promove o pensamento e reflexão sobre a diversidade social de grupos, atores sociais, comunidade, mas, particularmente, esta teoria nos instrumentaliza a pensar a diversidade cultural (GIDDENS; SUTTON, 2017). E se cultura são as formas de vida do povo, a produção de sentidos da vida (teia) (GEERTZ, 1989), os modos de conhecimento do mundo, de se adequar e existir nele, a interseccionalidade é, também, uma forma de perceber as sistematizações sociais e culturais do homem.

De forma alguma é fácil interseccionar estas questões, pois possuem muitas vertentes e, de fora separada, possuem uma complexidade no que tange as significações em numerosos contextos. Mas sabendo deste recorte, mulheres podem chegar a uma compreender sua realidade e questões que se colocam implícitas ou até mesmo negligenciadas no dia a dia. É preciso esmiuçar, ouvir os silenciamentos, pausas, o dizível e o indizível ao se observar e pensar sobre as vivências do outro, ainda mais das mulheres.

Neste último tópico de discussão deseja-se fazer a sutura entre os significados do ser mulher junto ao conceito de culturas populares percorrendo os atravessamentos de ambas as categorias considerando as potências e dificuldades concernentes as duas categorias, pensando no fato de que a presença feminina na cultura agrega a esta relevância social em diversos contextos.

Levando em conta as significações e ressignificações ocorridas na cronologia do tempo, o papel social da mulher, na perspectiva da cultura, pode nos fazer refletir sobre como cada cultura narra sua história e define seu rumo. Ainda que observemos o comparecimento feminino na arte e nas culturas populares, essa presença muitas vezes infelizmente só é reconhecida após

uma mediação e validação colonialista, patriarcal, masculina, ou subalternizadora da mulher em questão e de suas produções culturais e artísticas (VICENTE, 2012).

Pensando em um panorama em que a presença das mulheres, sejam autônomas e independentes nas suas produções, é preciso que abordemos um pouco desse papel social e cultural da mulher, principalmente, mulheres negras que estão associadas negativamente a marcadores sociais de diferenças, marginalizados e ojerizados pela sociedade, mas que conseguem através da arte demonstrar suas capacidades, competências além disso, ressignificar socioculturalmente seu entorno e suas próprias vidas.

Com isso, podemos então questionar os silenciamentos que existem a todo momento com as mulheres no dia a dia e que geram “uma falta essencial que é a possibilidade de nossa rememoração e identificação como grupo social” Godinho (2016, p. 37). O que leva então as mulheres as estarem dentro das dinâmicas de cultura? Identificação? A memória? A história? Influências de outras pessoas, mulheres? Por mais que muitas vezes a natureza do pertencimento não seja clara, ou seja pessoal e diferente para cada mulher o fazer parte de algo é importante na construção da cidadania em todas as etapas da vida, além de ser relevante para a própria expressão de quem se é, para a construção pessoal de seu empoderamento. Assim, o que existe é:

Um desejo incontido de vencer barreiras e construir seus canais de expressão. Sobretudo temos mulheres que lutam, ontem e hoje. As que buscam juntar, traçar rumos, definir seus destinos, deixar marcas e caminhos para um mundo com mais igualdade. (GODINHO, 2016, p. 20).

A busca pela igualdade e equidade social são motivações que destacam a presença das mulheres na arte e nas culturas populares. Isso fica perceptível em dois fatores. O primeiro é a factual presença das mulheres enquanto líderes, representantes, mestras, contramestras, matriarcas e vozes representativas de manifestações culturais populares onde essa presença principalmente de mulheres idosas, denota a relevância prestígio e influência dentro de grupos culturais e comunidades. Pelo fato de serem mais velhas, outras pessoas acabam por lhes atribuir mais reconhecimento sobre as manifestações culturais além do conhecimento e sabedoria na tomada de decisões referentes ao grupo.

O outro fator que nos leva a pensar na luta pela equidade e igualdade a partir das mulheres inseridas em culturas populares, são as produções artísticas de seus grupos. A utilização de signos, símbolos, músicas e outros elementos que evidenciam a feminilidade e a força da mulher, nos jeitos de dançar, nos jeitos de se apresentar, no uso do corpo, nas melodias,



nas maneiras de cantar, para quem as apresentações são oferecidas, tudo isso ratifica, que por vezes, o reconhecimento e estabelecimento de que manifestações artísticas e culturais possuem, também, um cunho social e político no que tange a rememoração e inserção de representações femininas.

Todas essas questões, acabam sendo explicitadas ao observarmos, de maneira intrínseca, manifestações culturais populares nas quais têm como líderes e mestras uma mulher, ou até mesmo aquelas formadas majoritariamente por mulheres. Reflexionar essa intensidade da presença da figura feminina dentro da categoria das culturas populares é, também, flexionar que dentro dos recortes interseccionais, cada mulher ou grupos de mulheres em seus pontos de partidas e distintas realidades, acabarão tendo diferentes perspectivas da autopercepção do ser mulher, de seus papéis sociais, e das maneiras esses papéis se desenvolvem.

Dentro das mais variadas categorias de cultura, inseridas ou não na academia e salões de cultura, dentro e fora de grupos hegemônicos, das mais diferentes classes sociais e grupos étnicos, as mulheres são influência na criação, preservação, manutenção e continuidade da arte e das culturas populares.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

BAKHTIN, Mikail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento, São Paulo, Hucitec. 1987.

BORBA, Angela Meyer et al. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. **BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade**, v. 2, p. 33-45, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CUCHÉ, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo. Editora EDUSC. 1999.

FÁVERO, Maria Helena. **A construção social do gênero Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: UFPR, Estudos Feministas,

Florianópolis, 20(2): 583-592, maio-agosto/2012. 2010. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ref/a/VfkdKsJcXnxsrLNHN7nW7mq/?lang=pt&format=pdf>>.  
Acesso em: 01 fev. 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, p. 04, 1989.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. Tradução Claudia Freire. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. Disponível em:  
<https://doceru.com/doc/5ev085>. Acesso em: 01 fev. 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras: reinventando a vida, a história, a cultura**. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.). *Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**. Zahar, 1997.

MAGALHÃES, Teresa Ancona Lopez de. **O papel da mulher na sociedade**. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 75, p. 123-134, 1980.

MOREIRA, Andressa Urtiga. “Brincante é um estado de graça”: sentidos do brincar na cultura popular. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:  
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19128>. Acesso em: 06 nov. 2022.

NÓBREGA, Z. Cultura popular na pós-modernidade. **Anais do IV ENECULT-Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2008.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SODRÉ, Muniz. *A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1988.

SPINK, Mary Jane. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

VICENTE, Filipa Lowndes. **A arte sem história: mulheres e cultura artística (séculos XVI-XX)**. Athena (Babel), 2012.

XONGANI, A. P.; **TÔ DE CACHO**. Saiba o que é interseccionalidade | Conversas Gostosas. Youtube, 09/12/2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZT3rQpvvSY>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

## **CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE IMIGRANTES SÍRIOS NO BRASIL, A SOLIDÃO E A ANGÚSTIA: UM PROCESSO DE RESIGNIFICAÇÃO**

Juliana Monteiro Mansur

José Carlos Tavares da Silva

### **INTRODUÇÃO**

Os sírios são um grupo étnico que tem uma história rica e complexa. Eles são descendentes de várias etnias antigas, como os sumérios, acadianos, babilônios e assírios, que habitaram a região conhecida hoje como Síria por milhares de anos. Os sírios têm uma cultura diversificada e multifacetada, influenciada por suas várias origens étnicas e pela posição geográfica única do país, que faz fronteira com o Líbano, Israel, Jordânia, Iraque e Turquia. Além disso, a Síria abriga locais históricos importantes, como a cidade de Palmira, que é considerada um patrimônio mundial da UNESCO. A maioria dos sírios é muçulmana, sendo a maior parte seguidora do ramo sunita do Islã. No entanto, há também uma minoria significativa de cristãos, incluindo uma variedade de denominações, como os ortodoxos sírios, católicos, maronitas e armênios.

A Síria tem experimentado várias mudanças políticas e sociais ao longo da história. Durante milênios, diferentes impérios e reinos governaram a região até que a Síria se tornou um mandato francês após a Primeira Guerra Mundial. O país finalmente alcançou sua independência da França em 1946, tornando-se uma república árabe. No entanto, a Síria tem enfrentado várias dificuldades e crises nos últimos anos. A guerra civil, que começou em 2011, desencadeou uma série de conflitos, levando a uma grave crise humanitária e causando muitos refugiados sírios em todo o mundo. A guerra também teve um impacto significativo na infraestrutura do país, bem como no seu patrimônio cultural e arquitetônico.

Os sírios demonstraram uma grande resiliência em face dessas adversidades, com muitos indivíduos e comunidades trabalhando arduamente para reconstruir suas vidas e ajudar os outros. Além disso, comunidades sírias em todo o mundo têm mostrado solidariedade e apoio aos seus compatriotas, fornecendo ajuda humanitária e assistência aos refugiados. Embora a situação atual na Síria ainda seja instável e incerta, é importante reconhecer e valorizar a história rica e a diversidade cultural do povo sírio.

A chegada dos sírios no Brasil remonta ao início do século XX, quando muitos imigrantes deixaram a Síria em busca de melhores condições de vida. Essa onda migratória se intensificou principalmente durante e após a Primeira Guerra Mundial e a queda do Império Otomano. Os sírios que vieram para o Brasil eram, em sua maioria, cristãos e pertenciam a diversas etnias, como árabes, armênios, drusos, maronitas, entre outros. Apesar de virem de uma região geográfica específica, eles apresentavam uma grande diversidade cultural e religiosa. Ao chegar ao Brasil, esses imigrantes sírios se estabeleceram principalmente em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, onde buscavam novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Muitos deles se dedicaram ao comércio ambulante, vendendo produtos como tecidos, tapetes, bijuterias e alimentos típicos.

Com o passar dos anos, esses imigrantes sírios conseguiram se estabelecer e formar suas comunidades no Brasil. Ao mesmo tempo em que preservavam sua cultura e tradições, também se integravam à sociedade brasileira, se casando com pessoas de diferentes origens étnicas e religiosas. A segunda metade do século XX foi marcada por instabilidades econômicas e políticas no mundo árabe, o que levou a um aumento no fluxo migratório de sírios para o Brasil. Durante esse período, muitas famílias sírias buscaram refúgio no país devido a conflitos e perseguições em seu país de origem.

Nos últimos anos, a crise na Síria gerou uma nova onda de imigração para o Brasil. Muitos sírios que buscavam escapar da guerra civil e da crise humanitária encontraram abrigo no país. O Brasil foi um dos principais destinos de refugiados sírios na América Latina, oferecendo-lhes condições de vida mais estáveis e oportunidades de trabalho. Atualmente, a comunidade síria no Brasil é estimada em cerca de 300.000 pessoas. Ela se tornou parte integrante da sociedade brasileira, contribuindo com suas tradições culturais, gastronomia, arte e comércio. Além disso, muitos empresários sírios têm investido em diferentes setores da economia brasileira, contribuindo para o desenvolvimento do país. A chegada dos sírios no Brasil ao longo da história foi marcada por desafios, adaptações culturais e busca por melhores condições de vida. No entanto, a comunidade síria conseguiu se estabelecer e prosperar no país, sendo uma parte importante da diversidade étnica e cultural brasileira.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O estudo dos imigrantes sírios, pessoas para as quais, provavelmente, deixar a terra natal não seria a primeira opção, em condições normais de seu país de origem. O conceito de Émile Durkheim (1999) tem sido utilizado nas ciências humanas. Já Serge Moscovici (1961), busca definir os fenômenos múltiplos, estudados e observados nas complexidades individuais e coletivas, psicológicas e sociais. Em tempos atuais, o tema das representações sociais transita também na psicologia social.

As representações sociais, conforme teorizadas por Serge Moscovici *opus cit.*, são formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, que permitem que as pessoas entendam e interpretem o mundo à sua volta. Essas representações são construídas coletivamente por grupos sociais e são influenciadas por fatores socioculturais, históricos e psicológicos. Moscovici (1961) destaca que as representações sociais desempenham um papel importante na construção da realidade social, pois determinam a forma como as pessoas percebem, interpretam e respondem às informações recebidas do meio social. Elas influenciam as atitudes, crenças e comportamentos dos indivíduos, moldando suas interações sociais e suas relações com o mundo. Uma das principais contribuições deste autor foi a teoria do núcleo central das representações sociais. Ele argumentava que as representações são compostas por elementos que variam em termos de sua estabilidade e centralidade. O núcleo central consiste nos elementos mais estáveis e consensuais das representações, que são compartilhados por todos os membros de um grupo social. Já a periferia é composta por elementos mais instáveis e variáveis, que podem ser diferentes de pessoa para pessoa. Moscovici também destacou a importância das representações sociais na comunicação e na construção de sentidos compartilhados. Ele argumentou que as representações sociais servem como guias para a interpretação da realidade e ajudam a sinalizar o que é relevante, aceitável e desejável em uma determinada situação. Elas fornecem um conjunto de valores, normas e significados que orientam o comportamento dos indivíduos e o funcionamento dos grupos sociais.

Além disso, ele enfatizou que as representações sociais podem ser influenciadas por fatores ideológicos e políticos. Ele argumentava que as representações sociais podem ser usadas como ferramentas de poder e controle social, moldando as percepções e visões de mundo das pessoas de acordo com os interesses dominantes. Portanto, as representações sociais não são apenas reflexões neutras da realidade, mas também são produtos da luta pelo poder e pela legitimidade.

Em resumo, as representações sociais de Moscovici são formas de conhecimento socialmente construídas que determinam a forma como as pessoas percebem, interpretam e respondem ao mundo social. Elas desempenham um papel importante na construção da realidade social, na comunicação e na construção de sentidos compartilhados. Além disso, as representações sociais podem ser influenciadas por fatores ideológicos e políticos, refletindo as relações de poder e os interesses dominantes em uma determinada sociedade.

A representação que um grupo elabora sobre o que deve fazer para criar uma rede de relações entre seus componentes faz com que defina os mesmos objetivos específicos. Uma das principais elaborações das representações sociais é a elaboração por uma coletividade, induzida socialmente, desempenhando um papel que não leva em conta a “ realidade” do comportamento social, mas a organização do funcionamento cognitivo de grupo.

As representações sociais se mostram como uma forma de interpretar e pensar a vida cotidiana, sendo uma forma de pensar a realidade cotidiana, um conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e grupos para fixar suas posições ao que tange seus posicionamentos, objetivos, eventos e comunicações. O tecido social se converge pela maneira como o grupo e pessoas interagem, pela apreensão da comunicação, pelo quadro de bagagem cultural, pelos códigos e signos, símbolos ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, as representações sociais é um conhecimento prático, que fornece sentido aos eventos normais da nossa conjuntura real e ajuda na construção do tecido social da realidade.

## **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO DETERMINANTE DA CONDUTA PESSOAL**

As pessoas atribuem posições na sociedade, o que é uma representação. A representação social não é cópia do real, não é o ideal, nem a subjetividade de um certo objeto, mas o processo em que se estabelece entre o mundo e as coisas. O lado figurativo da representação é indissociável ao seu aspecto significativo, ao aspecto da imagem, estrutura que se desdobra em duas faces como o verso e o reverso de uma folha de papel: a fase figurativa e a fase simbólica. Mesmo nas representações sociais mais básicas, a elaboração cognitiva e simbólica que estabelece os comportamentos. As representações sociais inovam face às outras formas de psicologia, pois relaciona processos simbólicos e procedimentos.

Nesse viés, são as representações sociais que desempenham um papel específico na sociedade e Denise Jodelet (2001) apresenta cinco características fundamentais nesse processo:

- 1) A representação de um objeto;
- 2) Há sempre um caráter intercambiável de de sensação de ideia, percepção e conceito;
- 3) Caráter simbólico e significante;
- 4) Tem um caráter construtivo;
- 5) Tem um caráter criativo e autônomo.

A base da teoria apresenta uma questão que representa uma dupla questão da teoria: como o social intervém na elaboração psicológica que constitui a representação social e como essa elaboração psicológica intervém no social?

No caso de relações étnicas, intergrupais e inter-raciais, os exemplos levam a uma tendência de fixar a imagem do outro, nesse caso do sírio dentro de um status “natural” ou biológico.

Esse modelo estereotipado, essa “biologização” do social transforma as diferenças sociais em diferenças da constituição do ser. O que nos leva a uma angústia nas quais a história nos ensina lamentáveis lições.

O núcleo figurativo, a materialização, a espacialização dos elementos lhes conferem o estatuto de ambiência e de instrumentos para orientar as percepções e julgamentos em uma realidade construída.

Nesse caso, são dados os utensílios para este estudo preliminar, pretendendo-se contribuir para ampliar as possibilidades de acesso à dimensão existencial e suas representações sociais dos fluxos migratórios. Deixar o seu país, de forma inesperada ou planejada, é sempre uma situação geradora de estresse. E emigrar por motivações políticas, econômicas ou religiosas traz consequências psicológicas e socioespaciais que demandam uma leitura mais apurada.

A sociedade atual está repleta de fatores que fazem com que o homem se encontre cada vez mais desamparado, vendo o próximo com certa rivalidade, estando envolto da expressão de dor pelas ameaças alheias. A expressão do sofrimento seja no olhar, no choro contido ou consentido, na busca por abraços ou na recusa deles, o pouco ou excessivo uso de palavras demarcam o sofrimento humano em qualquer nacionalidade.



Com base em Bock (1999), o fenômeno psicológico é atravessado por manifestações do aparelho psíquico, que acontece na relação e é o que somos, pensar e sentir o mundo, saber-se indivíduo e seja qual for sua conceituação, aparece descolada da realidade na qual o indivíduo se insere, e mais ainda, descolado do próprio indivíduo que o obriga. A análise é norteadada pela abordagem da psicologia social, cujas bases têm contribuído para os estudiosos da área reinterpretarem as noções de lugar e mundo. A partir da noção das representações sociais dos sírios no mundo, em Heidegger *apud* Haar (1990) e Dubois (2005), identificou-se formas de luto vivenciadas por imigrantes e refugiados: luto por referências, por privacidade, perda do vínculo anterior, reconhecimento, pelo sonho não realizado no País de origem, pelo respeito à dignidade humana, ausência do conhecido e amado, saúde, orientação e direção, autoestima, convívio social e luto pelo impedido ou negado.

Investigar a representação social dos sírios no contexto nacional, visando realizar, com base em estudo conceitual, uma discussão reflexiva sobre a adaptação, a solidão e a angústia que avassala esses imigrantes refugiados no Brasil.

As representações sociais elaboram e partilham socialmente uma visão prática para uma realidade comum de um conjunto social (JODELET, 2001), pois, o homem se depara com a necessidade de lidar com questões subjetivas que interagem com o seu próprio comportamento, o comportamento alheio e o ambiente em que convive: “vivemos, portanto, um tempo de muitas mudanças. Vivemos o ritmo acelerado de um tempo transitório e líquido (BAUMAN, 2004).

Considerando que todo tipo de prática envolve certa quantidade de poder (GUARESCHI, 1992), toda pessoa situada dentro de um contexto socialmente estruturado tem, em virtude de sua localização, diferentes quantidades e diferentes graus de acesso a recursos disponíveis.

Isso significa que tal localização e as qualificações associadas a essas posições, nas instituições e na sociedade, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de “poder”.

Já a dominação é uma relação, e se dá quando determinada pessoa expropria poder (capacidades) de outro, ou quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, fazendo com que determinados agentes, ou grupo de agentes, não possam participar de determinados benefícios, sendo assim injustamente deles privados, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

A complexidade multifacetada faz-se presente nesse imigrante, que delinea sua vida pautada em emergências sociais e condições privativas de vida. Seus laços afetivos são construídos de forma sólida em seu país, mas, quando são refugiados, se veem frente a uma nova situação: “modernidade líquida”. Em tempos em que a política não parece fazer sentido no significado de “arte”, de “governar” em prol ao bem comum, para os sírios, a reconstrução entendida como “aquela atividade que reinventa o social (LACLAU,1994), torna-se imperativo. Acompanhar e trazer à luz tal processo sociopolítico nos países árabes, em especial a Síria, permite avaliar posições e lugares sociais na cadeia geracional, e examinar criticamente como e por que as relações culturais parecem limitadas sem potencial emancipatório.

Vale salientar que se “O Espírito das Leis”, Montesquieu procura compreender as leis tais como existem para explicá-las segundo as situações reais que a geraram, o Contrato Social (ROUSSEAU, 1748 *apud* ROUSSEAU, 1991)), procura o que as leis “podem ser” e devem ser para corresponder às vicissitudes, individuais e coletivas dos “homens como são.” Rousseau parte, pois, do conhecimento profundo e genérico do homem para estabelecer as regras da organização consciente da sociedade: “É preciso estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade.”

## **A TRANSCULTURALIDADE COMO FENÔMENO PSICOSSOCIOLÓGICO**

Diante do cenário aqui exposto, se reconhece a importância de se redefinir o fenômeno psicológico, apresentar o mundo social e o mundo psicológico que caminham juntos em seu movimento. Para compreender o mundo psicológico dos imigrantes sírios no Brasil e dos brasileiros face a essas manifestações, a psicologia terá que trazer para seu âmbito a realidade social na qual o fenômeno psicológico se constrói; e por outro lado, ao estudar o mundo psicológico, estará contribuindo para a compreensão do mundo social. Trabalhar assim para aliviar o sofrimento psicológico dessas pessoas e desenvolver um estudo que vise à compreensão deste cenário em que o social é coletivamente edificado e o ser humano é construído através do social. Nesse sentido é importante distinguir dois conceitos: o conceito de poder e o conceito de dominação.

Poder é definido como sendo uma capacidade de produzir algo, capacidade essa específica de cada prática (GUARESCHI,1992). Todo tipo de prática envolve, assim, certa quantidade de poder. Além disso, toda pessoa situada dentro de um contexto socialmente

estruturado tem, em virtude de sua localização, diferentes quantidades e diferentes graus de acesso a recursos disponíveis. Isso significa que tal localização e as qualificações associadas a essas posições, nas instituições e na sociedade, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de “poder”.

Já a dominação é uma relação, e se dá quando determinada pessoa expropria poder (capacidades) de outro, ou quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, fazendo com que determinados agentes; não possam participar de determinados benefícios, sendo assim injustamente deles privados, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

Por assim exposto, Durkheim ao falar sobre a consciência coletiva na vida mental, faz representações que transcendem a esfera individual, por sua superioridade e atua com força sobre as consciências individuais. A consciência coletiva é fruto de pequenas contribuições individuais, que juntas, formam o todo, sendo fruto de teorias metafísicas.

Os aspectos socioeconômicos relacionados aos sírios refugiados no Brasil incluem desafios de acesso ao trabalho e à renda, habitação, educação e assistência médica. Muitos refugiados sírios enfrentam dificuldades para encontrar empregos formais devido a barreiras linguísticas, falta de qualificações reconhecidas no Brasil e preconceito por parte dos empregadores. Isso muitas vezes leva à inserção em trabalhos informais, com remuneração abaixo da média e condições precárias.

No aspecto cultural, os sírios trazem suas próprias tradições, língua, religião e costumes para o Brasil, enriquecendo a diversidade cultural do país. Eles mantêm sua identidade cultural através da preservação de sua língua materna, culinária, música e dança. No entanto, o relacionamento humano nessa conjuntura pode enfrentar desafios. O preconceito e a xenofobia ainda são presentes em algumas áreas da sociedade brasileira, o que pode dificultar a integração dos refugiados sírios e criando barreiras para o relacionamento humano. Além disso, a falta de conhecimento e compreensão sobre a cultura síria pode levar a estereótipos negativos. Por outro lado, existem iniciativas e ações de solidariedade por parte da população brasileira, organizações da sociedade civil e do governo, visando promover a integração e acolhimento dos refugiados. Essas ações contribuem para uma maior compreensão e sensibilização sobre a realidade dos sírios refugiados e promovem um relacionamento humano mais acolhedor e solidário. Em resumo, os aspectos socioeconômicos e culturais dos sírios refugiados no Brasil trazem desafios e oportunidades para o relacionamento humano. A

xenofobia e o preconceito são obstáculos que precisam ser superados, enquanto o acolhimento e a solidariedade podem levar a uma maior compreensão e integração entre brasileiros e refugiados sírios.

A atual crise na Síria tem consequências profundamente negativas na vida dos sírios, incluindo a experiência de solidão e angústia. Com o surgimento de diferentes grupos e ideologias na região, os sírios têm reagido de maneiras diversas. Muitos sírios têm sido impactados pela solidão, especialmente aqueles que foram deslocados de suas casas e comunidades devido ao conflito. A separação de familiares e amigos, bem como a perda de laços sociais, levam a sentimentos intensos de solidão. Além disso, a violência e a instabilidade na região criam um ambiente de incerteza, aumentando ainda mais essa sensação de isolamento.

A angústia é outra questão profundamente enraizada entre os sírios. A violência e a destruição causadas pela guerra estão associadas a um aumento significativo de transtornos mentais, como o estresse pós-traumático e a depressão. A perda de entes queridos, as condições precárias de vida e a falta de acesso a serviços básicos, como saúde mental, contribuem para um ambiente de angústia generalizada.

Para enfrentar esses desafios, muitos sírios têm buscado diferentes formas de lidar com a solidão e a angústia. É notável o papel das famílias e das comunidades no fornecimento de apoio social e suporte emocional. A solidariedade e a coesão social se tornaram fundamentais para muitos sírios, pois ajudam uns aos outros a enfrentar as dificuldades diárias e compartilhar suas experiências.

## **A IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Além disso, organizações humanitárias e grupos de defesa dos direitos humanos têm desempenhado um papel crucial na prestação de assistência psicossocial aos sírios afetados pelo conflito. Eles oferecem serviços de aconselhamento, grupos de apoio e atividades recreativas para aliviar o sofrimento emocional. No entanto, é importante mencionar que essas medidas são insuficientes diante da escala e da gravidade da crise na Síria. Uma solução política para o conflito, juntamente com o apoio da comunidade internacional, é essencial para proporcionar um ambiente mais estável e seguro para os sírios. Somente assim eles poderão superar a solidão e a angústia associadas a esses tempos difíceis.

Ressignificar as influências do mundo ocidental em prol de uma convivência mais saudável na humanidade requerem uma abordagem abrangente que aborde questões sociais, culturais, econômicas e políticas. Aqui estão algumas sugestões de como isso pode ser feito: 1. Valorizar as culturas e perspectivas não-ocidentais: Reconhecer a diversidade cultural e valorizar as contribuições de diferentes culturas é essencial para uma convivência mais saudável. Isso pode ser feito por meio da promoção de intercâmbios culturais, educação multicultural e apoio a iniciativas que preservem e promovam culturas não-ocidentais. 2. Repensar o capitalismo ocidental: O sistema econômico capitalista ocidental tem sido dominante globalmente, mas também tem contribuído para desigualdades sociais e ambientais. Uma ressignificação desse sistema pode envolver a busca por alternativas mais justas e sustentáveis, como economia solidária, cooperativas e modelos econômicos mais equitativos. 3. Combater o imperialismo cultural: O ocidente muitas vezes exporta sua cultura e valores de forma dominante, o que pode suprimir a diversidade cultural e promover a homogeneização cultural. Resignificar as influências ocidentais requerem resistência ao imperialismo cultural e promover a valorização e preservação das diversas culturas ao redor do mundo. 4. Combater atitudes etnocêntricas: O etnocentrismo é a crença na superioridade da própria cultura em detrimento das outras. Para uma convivência mais saudável, é necessário combater essa mentalidade e promover a empatia, o respeito e a compreensão mútua entre as culturas.

5. Incentivar a colaboração global: Ao invés de uma abordagem dominadora, é preciso promover a cooperação global em questões como o desenvolvimento sustentável, a paz e os direitos humanos. Isso requer ouvir e envolver pessoas de diferentes partes do mundo, buscando soluções conjuntas e valorizando os conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis de diferentes culturas. 6. Educação inclusiva: Uma ressignificação das influências ocidentais também requer repensar a educação para promover uma visão mais inclusiva e plural, que não seja centrada apenas na história e perspectivas ocidentais, mas que também abrace as contribuições e experiências de outras culturas.

Essas são apenas algumas sugestões iniciais para a ressignificação das influências ocidentais em prol de uma convivência mais saudável na humanidade. É um trabalho contínuo e complexo, que envolve uma transformação profunda da mentalidade e estrutura global. As representações sociais de brasileiros sobre sírios podem variar amplamente, dependendo da experiência individual, da educação e do conhecimento sobre o assunto. É importante lembrar que qualquer generalização é simplista e pode não se aplicar a todos os indivíduos da mesma nacionalidade. Em geral, muitos brasileiros têm uma visão positiva dos sírios e de sua cultura,

especialmente devido à imigração síria histórica que ocorreu no país no início do século XX. Os sírios são frequentemente vistos como pessoas trabalhadoras, empreendedoras e com forte senso de comunidade.

No entanto, há também alguns estereótipos negativos que algumas pessoas podem ter sobre os sírios. Por exemplo, pode haver uma associação errônea entre a cultura síria e extremismo religioso, devido à cobertura desproporcional que os meios de comunicação podem dar aos atos de terrorismo ocorridos em alguns países de maioria muçulmana. Isso pode levar a estereótipos que generalizam toda a comunidade síria. Além disso, alguns podem ter preconceitos baseados em aparências físicas, associando erroneamente sírios ao estereótipo de pessoas do Oriente Médio, como terroristas ou refugiados economicamente dependentes.

É importante ressaltar que esses estereótipos são simplificações grosseiras e não refletem a diversidade e a complexidade da comunidade síria. O melhor caminho é sempre buscar informações confiáveis e conhecer as pessoas individualmente, evitando a criação de preconceitos baseados em estereótipos generalizados.

## **COMENTÁRIOS FINAIS**

O estudo das representações sociais de imigrantes sírios no Brasil, a solidão e a angústia revelaram um processo de ressignificação desses indivíduos em sua nova realidade. Ao longo deste capítulo, pudemos perceber que a chegada dos imigrantes sírios ao Brasil traz consigo uma série de desafios e dificuldades, que muitas vezes resultam em sentimentos de solidão e angústia.

As representações sociais dos imigrantes sírios no Brasil são, em grande parte, construídas a partir de estereótipos e preconceitos. A mídia, por exemplo, muitas vezes retrata esses imigrantes de forma negativa, associando-os a problemas sociais ou econômicos. Essas representações contribuem para a marginalização e exclusão desses indivíduos na sociedade brasileira.

No entanto, ao longo do tempo, os imigrantes sírios têm procurado ressignificar essas representações, buscando se adaptar e se inserir na sociedade brasileira. Eles desenvolvem estratégias de sobrevivência e integração, como aprender o idioma local, buscar emprego e formar redes de apoio com outros imigrantes e comunidades locais. A solidão e a angústia são sentimentos comuns entre os imigrantes sírios, que se sentem deslocados e distantes de sua

cultura de origem. Eles enfrentam dificuldades para se comunicar, encontrar trabalho e enfrentam a saudade da família e amigos deixados para trás.

No entanto, ao longo do processo de ressignificação, os imigrantes sírios também descobrem novas oportunidades e perspectivas. Eles passam a conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, estabelecem laços afetivos com outras pessoas e encontram formas de expressar sua cultura de origem no novo país.

É necessário, portanto, combater os preconceitos e estereótipos em relação aos imigrantes sírios no Brasil, promovendo uma maior compreensão e empatia em relação às suas experiências. Também é importante oferecer suporte e oportunidades de integração para esses imigrantes, de forma a facilitar o processo de ressignificação e promover uma sociedade mais inclusiva e diversa. Em suma, o estudo das representações sociais de imigrantes sírios no Brasil, a solidão e a angústia evidenciam um processo de ressignificação desses indivíduos em sua nova realidade. Apesar dos desafios enfrentados, os imigrantes sírios encontram formas de se adaptar e se inserir na sociedade brasileira, buscando mudar as representações negativas e construindo uma nova identidade no país de acolhida.

## 7. REFERÊNCIA

BAUMAN, Zygmunt.(1998) **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar.

BOCK, A.M.F, Furtado, O., e Teixeira . M.L ( 1996). **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva.

DUBOIS, Christian.( 2005) **Heidegger: introdução a uma leitura**. Rio de Janeiro: Zahar,.

DURKHEIM, É (1999) **Sociologia** vol 1. 9ª Edição, Rio de Janeiro: Ática.

GUARESCHI, P.A. (1992). **Sociologia da Prática Social**. 1ª Edição Petrópolis: Vozes.

HAAR, Michel. (1990) **Heidegger e a essência do homem**. Lisboa: Jérôme Millon,.

JODELET, D. (2001). **Representações sociais: um domínio em expansão**. In D. Jodelet(Org.), *As representações sociais*. Rio de Janeiro : Ed. UERJ

MOSCOVICI, S. (2003). **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ Vozes.

ROUSSEAU, J.J. (1999). **O Contrato Social**. 3ª Edição 3ª Tiragem, São Paulo: Martins Fontes.



## **CAPÍTULO 4 - INTERCULTURALIDADE E INCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO**

Rosaura Baião (UERJ /  
FFP)

*“A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele.”*

**(Paulo Freire. A importância do ato de ler)**

### **INTRODUÇÃO**

Muito se tem vivenciado e comentado a respeito da violência, em vários setores da sociedade. Muito se tem constatado e se comentado também sobre a condição humana, condição de degradação, em que grande parte da população vive nas ruas, grande parte da população não tem o que comer, grande parte da população vive à margem da sociedade e não tem acesso a direitos básicos, condição que tira das pessoas o direito de cidadão/ cidadã.

Tal realidade desproporcional também é constatada pela linguagem, em que expressões racistas são ditas pelo discurso, onde o racismo é aprendido. As pessoas, portanto, aprendem a ser racistas no convívio social, em casa, na escola, em diferentes ambientes e interações. Conforme descreve Teun A. Van Dijk, 2019, em relação à questão do racismo no discurso, em que afirma que esse processo de aprendizagem é amplamente discursivo, na conversação, no contar histórias diárias, nos livros, na literatura, na TV, enfim, devido a formas de texto e de fala, numa ampla variedade de eventos comunicativos. Daí a importância de atuarmos em atividades de linguagem com o intuito de conscientizar sobre escolhas linguísticas no discurso.

Neste escrito, serão feitas algumas reflexões sobre questões como desrespeito, intolerância, preconceito, violência... que contribuem de maneira significativa para a instalação da desigualdade, um aspecto extremamente nocivo para a convivência social saudável.

Sabemos que a questão da desigualdade é algo que marca duramente o acesso de determinadas pessoas a atividades culturais: viagens, exposições, feiras culturais, enfim, pessoas que vivem longe de oportunidades de adquirir conhecimento em vários espaços. Sendo assim, a população com pouco ou nenhum acesso aos meios culturais fica sujeita ao que o poder

público pode oferecer. Esta realidade, na maioria dos casos, não inclui essa população mais vulnerável nos avanços contemporâneos, o que pode resultar num desafio muito grande para determinadas pessoas conseguirem o mínimo de atuação social e respeito. Nessa perspectiva, podemos refletir sobre alguns pontos relacionados à Educação:

- É possível melhorar o desempenho intelectual, social de pessoas mais vulneráveis por meio da Educação?

- Podemos considerar o acesso à Educação e a diferentes formas de conhecimento uma maneira de diminuir a violência?

- As formas de preconceito e falta de oportunidade estão relacionadas à falta de conhecimento, de informação?

- A inclusão social está ligada à consideração da diversidade cultural presente na sociedade?

- Incluir significa reconhecer a existência, respeitar o outro?

Enfim,

- Por meio da Educação podemos diminuir o quadro de desigualdade?

Esses e outros questionamentos fazem parte desta reflexão. Na sequência, vamos apresentar a organização do assunto.

## **ANALFABETISMO E DESIGUALDADE**

*“Sem livros, não há futuro possível. Sem leitura, o destino dos povos é mais ignorância e pior qualidade de vida. Para enfrentar essa questão crucial são necessárias políticas públicas de fomento do livro e da leitura.”*

**(Mempo Giardinelli. Voltar a ler – propostas para ser uma nação de leitores)**

Viver em uma sociedade implica em interagir dentro da estrutura social, fazer parte dela significa desempenhar papel de cidadão/ cidadã, com direitos e obrigações. Quando se pensa, então, em uma sociedade letrada, as implicações são muitas, principalmente no que diz respeito à leitura e à escrita, como questão de sobrevivência.

Partindo dessa constatação, não é difícil perceber a relevância da atuação dos membros de uma sociedade, e quando essa sociedade se comunica grandemente por meio de leitura e de escrita, é fundamental que seus integrantes sejam letrados, caso contrário ficarão à margem de oportunidades, de avanços, do andamento social.

Nesse sentido, é possível entender uma relação entre a falta de letramento e a violência, já que pessoas não letradas que vivem em sociedades letradas ficam à margem ou podem ficar à margem dos acontecimentos sociais, o que provoca desigualdade social.

O trabalho com a Educação permite que se possa fazer uma análise sobre tantas exclusões sociais. Considerar somente um tipo de cultura de determinada classe social, faz com que culturas de determinadas pessoas não existam na estrutura social, ou seja, é como se essas pessoas não existissem, acentuando cada vez mais a desigualdade. Portanto, se é urgente que a desigualdade social necessita ser diminuída, sanada, para que se vislumbre uma convivência social harmoniosa, é urgente também que, para tal, ações no âmbito educacional precisam ser praticadas, com o objetivo de diminuir a desigualdade e, conseqüentemente, a violência.

Mollica, Batista, Quadrio e Fonseca, em “Do analfabetismo à violência”, 2020, fazem uma discussão acerca de padrões linguísticos que refletem a violência no ambiente de aprendizagem, refletindo sobre como a ciência da linguagem pode contribuir com uma convivência harmoniosa. Ao questionarem, por exemplo, se há um entendimento claro, por parte dos educadores, sobre a apropriação da cultura letrada, descrevem situações e possibilidades de um trabalho com a linguagem que pode ser mais efetivo. Em um dos momentos em que trazem um panorama da situação violenta na aprendizagem afirmam que:

***“Do analfabetismo à violência: contribuições da ciência da linguagem coloca em cena a violência do interior do ambiente de aprendizagem, provavelmente trazida dos contextos de que os alunos são egressos, com o objetivo de introduzir as bases linguísticas em que se assentam algumas ideias sobre como é a linguagem do noviço e como se quer desenvolvê-la no processo escolar. (...)”*** (p.9).

Atestada essa violência que, infelizmente, já faz parte do ambiente educacional, reafirmamos a necessidade de práticas de alfabetização, letramento e possibilidades de integração na cultura letrada para exercício legítimo do papel de cidadão/ cidadã.

Algumas sugestões podem ser feitas para contribuir com um trabalho voltado para diminuir a desigualdade social por meio de práticas educacionais. Iniciaremos refletindo sobre a atividade de leitura, como uma das formas de contribuir para a formação do cidadão/ cidadã e para promover a inclusão social.

## **CONVIVENDO E SE RECONHECENDO**

*“Como alcançar a unidade na (apesar da) diferença e como preservar a diferença na (apesar da) unidade”*

**(In: Zygmunt Bauman, Identidade)**

A questão da identidade chama atenção quando se pretende refletir sobre a vida em sociedade, esta que é composta de identidades diversas que necessitam habitar em um mesmo espaço. Daí somos expostos a um mundo diversificado, em que vários princípios e ideias se desenvolvem, para que se possa pensar sobre elas, fazer escolhas, por vezes, tentar conciliar ideias distintas, reconsiderar opiniões. São tentativas de manter a individualidade e não abrir mão dela, mas conviver com outras individualidades mantendo uma espécie de harmonia social, o que poderíamos argumentar como favorável ao respeito ao pensamento do outro, mesmo que não seja similar ao seu. Talvez possamos considerar o respeito como um dos pilares da boa convivência, em qualquer relação. E esse respeito passa também pela nossa identidade, por nossos valores e crenças. É como afirma Baumann:

*“Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a*

*maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”.* (Identidade. P. 17).

Importante perceber que necessitamos ter identidade dentro da estrutura social, ou seja, importante perceber que essa estrutura necessita de todos para continuar existindo enquanto sociedade. Nesse sentido, a percepção de que somos muitos e somos diferentes, e que cada um necessita desempenhar seu papel para que a estrutura social se sustente, é absolutamente fundamental. Perceber as diferenças pode contribuir para desenvolvermos o respeito, a tolerância, o entendimento, a aceitação de que essa convivência é fundamental, necessária e principalmente possível.

Vou trazer neste espaço uma reflexão sobre atividades de leitura como forma de inclusão social, como possibilidade de aquisição de conhecimento, de informações, de questionamentos e de entendimento sobre a realidade, sobre entender quanto a diversidade nos constitui, o que pode conduzir à compreensão de que a constituição do cidadão/ cidadã passa essencialmente pelo respeito a identidades diferentes, convivendo em um mesmo espaço.

## **LEITURA E INCLUSÃO**

A palavra “inclusão” passou, há algum tempo, a ser uma espécie de palavra de ordem. Os relatos de situações violentas passaram a ser evidenciados como forma de repúdio e clamor por justiça. Atualmente, há a percepção da conscientização de uma desigualdade que necessita ser combatida, percebe-se o trabalho de conscientização do quanto a desigualdade atrasa o bom andamento social. Por conta disso, é fundamental enxergarmos o fato de que o verdadeiro trabalho em prol de uma sociedade mais justa, passa por incluir as pessoas que quase sempre foram consideradas como minorias (o que é discutível), como vulneráveis e que, tal como todas as outras, são parte da estrutura social. Junto com essa conscientização há a constatação de que a desigualdade provocada pelo fato de essas pessoas menos privilegiadas serem colocadas à margem, é o que gera a desigualdade social, que só aumentou nos últimos tempos. Atualmente, há uma espécie de consenso entre a relação de desigualdade e violência, gerando diversos males para a sociedade.

Em termos de “inclusão”, uma das formas que pode ser considerada como legítima é a leitura, como forma de aquisição de conhecimento, de enriquecimento intelectual, de possibilidade de reflexão, de exercício mental. Sob esse aspecto, as discussões sobre leitura

estão sendo trazidas aqui como uma espécie de mais um instrumento de combate à violência, combate ao preconceito (em todas as instâncias), combate à intolerância (em todas as instâncias), atividade de leitura como possibilidade de pensar sobre tudo isso e poder fazer escolhas que contribuam para a harmonia social.

Tornou-se recorrente ouvir uma série de considerações a respeito da leitura ou da falta dela, por parte de nossas crianças, jovens e adultos. Segundo esses comentários, parece que o que está atrelado a isso é a falta de interesse das pessoas em relação à leitura. E quando se pondera a respeito de tais comentários, percebe-se que o objeto do desinteresse gira em torno do livro, podendo-se deduzir daí que leitura só é feita com livros. Há que se perguntar o motivo dessa falta de interesse.

Em torno dessa reflexão, apoiamo-nos em muitos estudiosos que refletem sobre a leitura: Dehaene, Morais, Wolf, Kleiman etc., como também em estudiosos que não consideram especificamente a leitura, mas sabem de sua importância, como o educador Paulo Freire, com a proposta de leitura do mundo. Ler livros, anúncios, cartazes, ações, atitudes, relações.... enfim, ler o contexto em que estamos inseridos, para melhor entender nossa realidade. Daí surge uma questão:

A leitura proporciona um exercício de reflexão, elaboração de inferências e suposições que conduzem à prática de pensar, pensar sobre a realidade, consolidando a característica humana: o exercício da linguagem.

Nesse sentido, considerando que grande parte das pessoas não se encontra inserida em determinados contextos sociais que favoreçam a leitura, como aquisição de livros, por exemplo, esta reflexão segue na direção da inclusão social, exercitando-se a linguagem por meio da reflexão sobre situações, emoções, princípios, regras sociais, relações humanas e o que mais envolver o convívio social, por meio da leitura. Para tanto, o trabalho com a linguagem, desenvolvendo habilidades cognitivas como inferências, suposições, deduções, conclusões etc., torna-se fundamental na prática da leitura, juntamente com a consciência de ser leitor que entendemos fazer parte do evento de leitura. O desenvolvimento dessas habilidades e consciência de participação na atividade de leitura parece que estão na base da construção de um leitor com autonomia para decidir, inclusive, o que vai ler.

Portanto, entendemos que a prática da leitura é extremamente necessária e urgente, para que tenhamos cidadãos/ cidadãs capazes de refletir e agir sobre a realidade, incluindo direitos

e obrigações, com ideias e discurso próprio, sendo capazes de perceber aspectos preconceituosos tanto no discurso como nas ações, colaborando significativamente com a diminuição de desigualdade social, grande fator gerador de violência. Práticas em relação a atividades de leitura estão presentes em outro texto voltado para esta finalidade, o que não diz respeito a esta discussão, contudo, adiantamos que projetos sociais dessa natureza estão contribuindo bastante para a inserção social de muitas pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenhamos chegado a uma sessão deste texto com nome de “considerações finais”, é preciso esclarecer que a denominação obedece à organização do texto para exposição e discussão de determinado assunto, mas que as reflexões e discussões sobre o tema não se esgotam aqui. Pelo contrário, podem iniciar um grande debate necessário. Precisamos discutir a questão da inclusão social como forma de crescimento social respaldado pelo respeito, como forma de reconhecimento da diversidade que faz parte do corpo social.

Procuramos trazer para este espaço a contribuição que acreditamos que a Educação pode fazer em relação à diminuição de desigualdades sociais. Ter conhecimento torna-se uma forma de se estar seguro, de se produzir ideias, reflexões, elaborar discursos. Nesse sentido a Educação tem muito a contribuir para libertar as pessoas de preconceitos, de inseguranças, de incapacidade. A Educação pode proporcionar clareza em fazer escolhas, tomar decisões que por vezes são tão necessárias.

Acreditamos ser importante falar sobre tudo isso, discutir sobre intolerância, desrespeito, acessibilidade, convivência social, porque tudo isso faz parte da formação do cidadão/ cidadã. Agora, em que tantas situações de violência são evidenciadas e nos conduzem à perplexidade, não podemos imaginar que essas e outras situações vão melhorar ou se resolverem sozinhas, precisamos pensar sobre elas e agir, afinal, a sociedade necessita de que cada membro que a compõe tenha a consciência de que faz parte disso tudo.

É como diz Paulo Freire em *Pedagogia da indignação*:

***“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”***

Por fim, para finalizar este texto, ressalto que este tema voltará em outros escritos, por todas as razões aqui expostas, entretanto, é necessário evidenciar o aspecto positivo do trabalho de inclusão, afinal, poderemos ter mais pessoas impulsionando a estrutura social, teremos mais pessoas envolvidas numa reconstrução com verdade, com esperança, esperançando, como bem diz Freire:

*“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo....”*

O que resta, agora, é encerrar este texto e deixar que as reflexões sigam conforme a beleza do pensamento de Paulo Freire.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE**, Paulo. A importância do ato de ler, 9ª ed., São Paulo, editora Cortez, 1985.
- , Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo. UNESP, 2000.
- BAUMAN**, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro, editora Zahar, 2005.
- VAN DIJK**, Teun A. (org.). Racismo e discurso na América Latina. São Paulo. Editora Contexto, 2019.
- MOLLICA**, Maria Cecília; **BATISTA**, Hadiney Ribeiro; **QUADRIO**, Andreia Cardozo; **FONSECA**, Mariana Fernandes (orgs.) . Do analfabetismo à violência – contribuições da ciência da linguagem. São Paulo, editora Contexto, 2020.
- ROJO**, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo, editora Parábola, 2009.
- DAHEANE**, Stanislas. Os neurônios da leitura - Como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Tradução: Leonor Scliar – Cabral. Porto Alegre, editora Penso, 2012.



**WOLF, Maryanne.** O cérebro no mundo digital - Os desafios da leitura na nossa Era. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo, editora Contexto, 2019.

**BRASIL, M. D. E. D.** Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental. Língua portuguesa, Brasília, 1998.

**GIARDINELLI, M.** Voltar a Ler. Propostas para ser uma nação de leitores. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2010.

**KLEIMAN, Â.** Texto e Leitor, Aspectos cognitivos da leitura. 4ª Ed., São Paulo, editora Pontes, 1995.

-----, Â.. Oficina de leitura. Teoria e Prática. 14ª Ed., São Paulo, editora Pontes, 2012.

**MARCUSCHI, L.A.** Cognição, linguagem e práticas interacionais. Rio de Janeiro, editora Lucerna, 2007.

**MORAIS, J.** Criar leitores. São Paulo, editora Manole, 2013.

**VYGOTSKY, L. S.** A formação social da mente. São Paulo, editora Martins Fontes, 1988.

## **CAPÍTULO 5: TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E CULTURA: REVISÃO CONCEITUAL**

Rodolfo de Castro Ribas Júnior

Marcos Aguiar de Souza

Luís Antônio Monteiro Campos

### **Introdução**

Os transtornos de ansiedade representam um desafio significativo à saúde mental global, representando a doença mental mais comum em virtualmente todo o mundo, afetando indivíduos nos mais diversos contextos culturais (Yang et al., 2021). Se de um lado podemos reconhecer que o impacto dos transtornos de ansiedade é praticamente universal, de outro devemos salientar que a experiência, a expressão e o tratamento da ansiedade são reconhecidamente influenciados por fatores culturais (Kirmayer, 2001; Kirmayer, Young, & Hayton, 1995; R. Lewis-Fernández et al., 2010). Este capítulo está inserido na série “Interculturalidade” (Campos & Silva, 2023) e tem como objetivo central explorar as complexas relações entre transtornos de ansiedade e cultura, apresentando resultados de pesquisa que evidenciam a importância da cultura na manifestação, na percepção e no manejo da ansiedade.

Ao nos determos nesta intersecção, podemos obter uma compreensão mais profunda dos transtornos de ansiedade e fornecer cuidados mais culturalmente competentes às pessoas afetadas. São destacadas as questões relacionadas às transformações sociais, que têm se tornado cada vez mais rápidas e imprevisíveis, diante de um mundo cada vez mais interligado. Assim, apesar de serem discutidos aspectos que se referem à ansiedade em diferentes contextos culturais, o capítulo é desenvolvido dentro da concepção de um mundo no qual as fronteiras entre os países estão cada vez mais tênues. Os meios de transporte, os meios de comunicação, a lógica do funcionamento da economia, o comércio global e como nós vivenciamos nos últimos anos, uma pandemia que atinge a todos, enfim, todos esses fatores tendem a contribuir para uma visão de um mundo cada vez mais interconectado.

## **Interculturalidade, Sensibilidade Intercultural e Competência Intercultural**

Na apresentação dos Volume 1 da Série “Interculturalidade” os organizadores apontaram que a interculturalidade pode ser definida como “o encontro e a interação entre diferentes culturas, promovendo a compreensão mútua, a cooperação e o respeito entre elas.” (Campos & Silva, 2023). Os organizadores ressaltaram ainda que a interculturalidade envolve “o reconhecimento e a valorização de diferenças culturais, buscando construir pontes de diálogo e aprender uns como outros.

De fato, muitos autores têm apontado que a interculturalidade é uma perspectiva que valoriza a capacidade de interação e integração entre diferentes culturas de uma forma que respeite e valorize a identidade e as contribuições únicas de cada cultura (Griner & Smith, 2006). Essa abordagem enfatiza, entre outros aspectos, o reconhecimento da diversidade cultural, a promoção do diálogo, da compreensão e da cooperação entre indivíduos ou grupos de diferentes origens culturais (Bird, Mendenhall, Stevens, & Oddou, 2010; Deardorff, 2006; Moore-Jones, 2018).

Em um aprofundamento das discussões sobre interculturalidade pelo menos dois outros conceitos relacionados podem ser mencionados: a sensibilidade intercultural e a competência intercultural. A sensibilidade intercultural pode ser entendida como a forma como as pessoas respondem às diferenças interculturais (Straffon, 2003), enquanto que a competência intercultural se refere a um conjunto de competências cognitivas, afetivas e comportamentais que apoiam interações eficazes e apropriadas envolvendo contextos culturais variados (Moore-Jones, 2018). Para muitos, a sensibilidade cultural estaria diretamente relacionada à competência intercultural (Bird et al., 2010).

Neste ponto, vale fazer uma menção ao Modelo de Desenvolvimento da Sensibilidade Intercultural (DMIS) proposto por Milton J. Bennett. Citando autores como J. Piaget e Lev Vygotsky, Bennet (1986; 2013) forneceu uma estrutura conceitual para compreensão e avaliação de atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação às diferenças culturais. Tal como em Piaget e Vygotsky, o modelo sugere que os indivíduos progrediriam através de uma série de fases ou estágios no seu desenvolvimento intercultural, que iria desde uma orientação totalmente etnocêntrica até uma orientação mais etnorrelativa. O DMIS vem sendo considerado uma ferramenta valiosa para avaliação e desenvolvimento de competências interculturais em vários contextos, incluindo educação, aprendizagem de línguas e formação profissional (Hernandez & Kose, 2011; VanHoose & Eigsti, 2023).

Os 6 estágios do desenvolvimento da sensibilidade intercultural definidos Bennet (1986) por serem: 1) Negação: desinteresse pelas diferenças culturais, negando ou ignorando sua existência, 2) Defesa: reconhecimento da existência de diferenças culturais, mas com reação negativa a elas. Entendimento de que suas próprias normas culturais ou visões do mundo devam ser a “padrão” correto a ser seguido, 3) Minimização: capacidade de apreciar diferenças culturais, mas ainda assim tender a ver a sua própria cultura como superior, 4) Aceitação: reconhecimento de que todas as culturas são válidas, mesmo sendo diferentes, 5) Adaptação: Capacidade de adaptação a contextos interculturais diversos, mantendo as próprias raízes culturais, 6) Integração: Nível mais elevado do etnorrelativismo onde se pode reconhecer que a própria cultura é uma entre muitas outras. Nesta fase, as pessoas podem funcionar em múltiplos planos de culturas, na medida em que podem interagir e colaborar de forma adequada com outras culturas (Moore-Jones, 2018).

O Modelo de Desenvolvimento da Sensibilidade Intercultural é particularmente relevante no contexto da educação de competências culturais, pois fornece uma abordagem estruturada para desenvolver a sensibilidade e a mentalidade intercultural nos alunos. Oferece uma base teórica para avaliar e abordar a competência intercultural dos profissionais, especialmente em programas que visam internacionalizar a educação e promover a diversidade (Moore-Jones, 2018; Puspitasari, 2023).

### **Relevância da perspectiva transcultural para Psicologia Clínica e para a Psiquiatria**

A perspectiva transcultural tem sido cada vez mais relevante tanto na Psicologia Clínica quanto na Psiquiatria, particularmente em um mundo cada vez mais globalizado, onde indivíduos de diversas origens culturais entram em contacto com mais frequência (Griner & Smith, 2006). Podemos salientar essa relevância considerando pelo menos três aspectos: Sensibilidade Cultural, Acurácia nos Diagnósticos e Eficácia dos tratamentos psicológicos e psiquiátricos.

Sensibilidade Cultural. A sensibilidade cultural é relevante tanto na Psicologia Clínica quanto na Psiquiatria, pois envolve, entre outros aspectos, compreender e respeitar as origens culturais dos indivíduos que procuram cuidados de saúde mental. O conceito de competência cultural nos cuidados de saúde mental envolve a modificação da prática clínica e do

desempenho organizacional para melhor servir diversas populações (Bhui, Warfa, Edonya, McKenzie, & Bhugra, 2007). Na Psiquiatria, por exemplo, é importante ensinar competências culturais a estudantes de medicina e residentes, enfatizando a importância de abordar as barreiras linguísticas e de combinar médicos com pacientes de origens culturais semelhantes (Good & Hannah, 2014). Isto realça a necessidade de os psiquiatras e psicólogos estarem conscientes do impacto dos fatores culturais na saúde mental e nos resultados dos tratamentos.

Na mesma direção, pode-se dizer que a integração da sensibilidade cultural na Psicologia Clínica é essencial para a prestação de serviços de saúde mental eficazes e relevantes. Envolve compreender a relação entre processos psicológicos universais e sistemas de regras culturais, enfatizando a necessidade de uma abordagem culturalmente sensível à ciência psicológica (Gergen, Gülerce, Lock, & Misra, 1996). Além disso, as preocupações conjuntas da Psicologia Transcultural e da Psicologia Clínica sublinham a constituição mútua da cultura, da mente e do cérebro, enfatizando a interligação destes domínios na compreensão do comportamento humano e da saúde mental (Ryder, Ban, & Chentsova-Dutton, 2011).

Acurácia nos Diagnósticos. Estudos têm enfatizado variações culturais substantivas na prevalência e na sintomatologia dos transtornos mentais, ressaltando a necessidade de considerações culturais nas práticas diagnósticas (Roberto Lewis-Fernández et al., 2011).

Os estudos têm ainda ressaltado a importância de critérios metodológicos rigorosos para garantir avaliações diagnósticas precisas, especialmente quando fatores culturais podem influenciar a interpretação dos sintomas (Rutjes et al., 2006). De fato, a necessidade de procedimentos de diagnóstico rigorosos e culturalmente sensíveis tem sido ressaltadas na busca de avaliações precisas em diversos contextos culturais (Hennus, Kort, Bosch, Jong, & Geert, 2014).

Eficácia dos tratamentos. A integração de contextos culturais nas intervenções de saúde mental tem sido defendida por muitos autores (Griner & Smith, 2006). Esta integração é essencial para responder às necessidades e preferências de diversas populações, reduzir as disparidades raciais e étnicas nos cuidados de saúde mental e alcançar melhores resultados de tratamento (Cabassa & Baumann, 2013; Garabiles, Shehadeh, & Hall, 2019). Com efeito, a adaptação cultural das intervenções tem sido considerada crucial na busca por melhores resultados de tratamento, especialmente quando se trabalha com populações culturalmente diversas (Ramia et al., 2018).

A adaptação cultural das intervenções não é apenas crucial para aumentar o benefício dos tratamentos. Em muitos casos, a eficácia das intervenções simplesmente não pode ser alcançada sem o desenvolvimento e testagem de intervenções em contextos culturais e sociais de grupos específicos (exemplo: mulheres negras afrodescendentes) (Reyes, Constantino, Arenas, Bombard, & Acupan, 2018).

### **Impactos dos Transtornos de Ansiedade na Saúde Global**

De acordo com o *Global Burden of Disease Study*, os transtornos de ansiedade são a doença mental mais comum em todo o mundo, contribuindo significativamente para a carga global de doenças. Os transtornos de ansiedade são destacados como o segundo contribuinte mais influente para incapacidade, depois apenas dos transtornos depressivos, enfatizando o seu impacto substancial na saúde global (Yang et al., 2021).

Além disso, as implicações econômicas dos transtornos de ansiedade são substanciais. Um estudo realizado nos Estados Unidos revelou que os transtornos de ansiedade estão entre as doenças mentais mais dispendiosas, representando uma parcela significativa dos gastos com saúde (Rice & Miller, 1998). Da mesma forma, uma investigação no Canadá demonstrou que as perturbações de ansiedade estão associadas a um elevado grau de utilização de serviços, particularmente no setor médico geral, evidenciando a carga econômica destas perturbações (Koerner et al., 2004). Além disso, os transtornos de ansiedade têm sido associados à perda de produtividade e ao absentismo, aumentando ainda mais os seus impactos econômicos e sociais (Durgam et al., 2016).

Os impactos dos transtornos de ansiedade vão além do nível individual, afetando o funcionamento familiar. Estudos têm associado a ansiedade em crianças aos funcionamento familiar, particularmente ao ajustamento parental (Towe-Goodman, Franz, Copeland, Angold, & Egger, 2014). Autores têm ainda destacado a necessidade de investigar, por exemplo, o impacto dos transtornos de ansiedade dos indivíduos em outras pessoas significativas em suas vidas, indicando as implicações mais amplas desses transtornos nos cuidadores e familiares (Kalra, Kamath, Jk, & Janca, 2008).

A análise da ansiedade em uma perspectiva intercultural se justifica diante do reconhecimento por parte de diversos autores de como é o mundo em que vivemos e suas características que têm sido salientadas nas últimas décadas. Assim surge a concepção de um

mundo VUCA, expressão que foi introduzida no Exército dos Estados Unidos para entender a tomada de decisão em uma liderança estratégica, mas que vem sendo empregada em diversos contextos, englobando o mundo dos negócios, as organizações e a sociedade como um todo (Calimag & Navidad, 2021).

Assim, viver em um mundo Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo (Volatile, Uncertain, Complex and Ambiguous) requer um esforço constante por parte do indivíduo, seja qual for o contexto ao qual estamos nos referindo. O indivíduo então, tem que ser capaz de lidar com um mundo que está mudando rapidamente, conduzindo a incertezas na maior parte do tempo. Além disso, a interconexão entre os fatores políticos, culturais, sociais, tecnológicos torna o mundo complexo e ambíguo (Das & Ara, 2014; Mack & Khare, 2016).

De acordo com Sinha e Sinha (2020), a volatilidade se refere ao fato de que as coisas estão mudando rapidamente ao nosso redor, levando à percepção de que o mundo é altamente instável. E quanto maior a volatilidade do mundo, mais rápidas são as mudanças. As decisões passam a ter um período cada vez menor de duração de sua efetividade, necessitando ser constantemente revistas. A incerteza é característica presente em um ambiente instável, complicado e complexo, tornando tarefa quase impossível a antecipação de resultados. Não se pode fazer previsões acerca de pessoas ou do ambiente. A complexidade se refere à interconectividade e interdependência do mundo como um todo. É uma característica facilmente ilustrada por eventos como a pandemia da COVID-19 e os atuais conflitos Rússia x Ucrânia e Israel x Hamas. As consequências para o mundo como um todo são discutidas diariamente, levando a uma mobilização mundial em relação a tais temas. Finalmente, a ambiguidade se refere ao fato de que as coisas atualmente raramente são absolutamente claras ou precisamente determináveis. Os desafios atuais são, normalmente, caracterizados por muitas contradições. A tomada de decisão, então, se torna cada vez mais difícil.

As competências para lidar com a ansiedade e incerteza que caracteriza o mundo atual são cruciais para indivíduos de públicos diversos porque o mundo VUCA se manifesta não apenas em nível interpessoal (como por exemplo, conhecer novas pessoas) ou a nível organizacional (como entrar para uma nova organização), mas também a nível intercultural (visto que as mudanças afetam a todas as culturas, com maior ou menor intensidade) (Ni & Schlupp, 2011). As demandas geradas pelo mundo VUCA levam ao desenvolvimento de estratégias de adaptação que são definidas dentro da cultura. A adaptação de cada cultura, então, passa a ser um novo fator a ser considerado. Dada a interconexão do mundo, como uma cultura

se adapta às mudanças, pode gerar consequências para a forma como outras culturas irão também se adaptar. Novamente a interconexão do mundo é destacada.

A natureza dinâmica e em rápida mudança do nosso mundo é melhor descrita como VUCA e este é, de fato, o novo normal. Os indivíduos e as organizações empresariais que se estão se adaptando a estas mudanças terão sucesso no futuro e aqueles que não forem capazes de se adaptar a estas mudanças serão obsoletos e considerados inadequados. Agilidade, resiliência e sustentabilidade devem ser o novo mantra para fazer face à nova normalidade (Raja M, 2021). Parece compreensível e necessária, então, a discussão da ansiedade em uma perspectiva intercultural.

Godoy e Ribas Filho (2022) centram a discussão do mundo atual a partir da sigla BANI, indicando um mundo frágil (**Brittle**), ansioso (**Anxious**), não linear (**Non-Linear**) e incompreensível (**Incomprehensible**). Outras siglas começam a ser discutidas, trazendo uma complexidade adicional para a descrição e entendimento do mundo atual a partir de um referencial teórico específico. Entretanto, para fins da discussão proposta no presente capítulo, parece adequado considerar que o mundo atual, por si só, é fonte de ansiedade, não sendo profícuo buscar novas siglas que, em essência, pouco diferem entre si.

### **Transtornos de Ansiedade. Breve definição**

Os transtornos de ansiedade abrangem uma série de condições caracterizadas por sentimentos de preocupação, medo ou desconforto em um nível tal que há sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, acadêmico, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana, esses transtornos podem ser classificados em vários tipos. No DSM-5, a classificação inclui, por exemplo, ansiedade generalizada, transtorno de pânico, ansiedade social, ansiedade de separação e fobias específicas (Tieskens et al., 2021). Como veremos na sequência. Evidências indicam a relevâncias de fatores culturais em todas essas modalidades de transtornos.

Os transtornos de ansiedade são prevalentes em adultos e crianças, muitas vezes concomitantes com outros transtornos psiquiátricos, como depressão, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e abuso de substâncias (Al-Biltagi, 2016; Rechenberg et al., 2017). A prevalência de transtornos de ansiedade específicos varia, sendo o transtorno de



ansiedade generalizada, o transtorno de ansiedade social e o transtorno de pânico comuns em ambientes de cuidados primários (Szuhany & Simon, 2022).

Em essência, a perspectiva transcultural é crucial para promover cuidados de saúde mental culturalmente sensíveis, eficazes e equitativos. Enfatiza a importância de compreender e respeitar a diversidade cultural na avaliação, diagnóstico e tratamento de problemas de saúde mental.

### **A relevância da perspectiva transcultural nos transtornos de ansiedade**

Os transtornos de ansiedade são condições multifacetadas influenciadas por diversos fatores, incluindo aspectos culturais. Estudos têm explorado as dimensões transculturais dos transtornos de ansiedade, enfatizando a importância de compreender como diferentes culturas conceituam e vivenciam a ansiedade (S. Hofmann, Asnaani, & Hinton, 2010; S. G. Hofmann & Hinton, 2014). De fato, evidências indicam que fatores culturais desempenham um papel substancial na prevalência, expressões e tratamentos dos transtornos de ansiedade, sublinhando a necessidade de uma abordagem diferenciada que considere a diversidade cultural (S. Hofmann et al., 2010). Estudos demonstraram variações culturais na apresentação e interpretação dos sintomas de ansiedade, destacando a importância de avaliações e intervenções culturalmente sensíveis (Mohammadi et al., 2019). As comparações interculturais tem sistematicamente revelado diferenças na manifestação dos transtornos de ansiedade, enfatizando a importância de considerar os contextos culturais tanto na pesquisa quanto na prática clínica (Zhou, Xu, & Rief, 2020; Zhu et al., 2014).

Estudos têm sistematicamente indicado que a prevalência dos transtornos de ansiedade varia entre regiões, sugerindo que as diferenças culturais podem contribuir para estas disparidades (Baxter, Scott, Vos, & Whiteford, 2012). E como já apontamos, é importante considerar nuances culturais ao avaliar os transtornos de ansiedade para garantir um diagnóstico preciso e um tratamento eficaz (Varela & Hensley-Maloney, 2009; Varela, Sanchez-Sosa, Biggs, & Luis, 2008). Os fatores culturais podem influenciar as percepções de ansiedade dos indivíduos e a sua vontade de procurar ajuda, enfatizando a importância de intervenções adaptadas culturalmente (Ma, Huang, Chang, Yen, & Lee, 2010). Além disso, percepções distorcidas influenciadas por fatores culturais podem exacerbar transtornos como a ansiedade social, ilustrando a intrincada interação entre cultura e saúde mental (Bai, Ding, & Jia, 2022).

Vale ainda observar que a comorbidade dos transtornos de ansiedade com outras condições, como a depressão, varia entre as culturas, destacando a necessidade de abordagens culturalmente informadas para abordar essas interações complexas (Schrier et al., 2011).

### **O papel da cultura no transtorno da Ansiedade Social**

O transtorno de Ansiedade Social (AS) é uma condição prevalente e crônica caracterizada por um medo intenso e persistente de situações sociais ou de desempenho, afetando aproximadamente 7% a 13% da população em geral (Schmidt, 2008). A AS tem sido associada a aspectos específicos da Teoria da Mente e é frequentemente observada em indivíduos com mais de 7 anos (Pearcey et al., 2020). O transtorno pode levar à restrição do funcionamento social e à evitação de encontros sociais (Olfson et al., 2000). Embora a maioria das formas de ansiedade social apareça como manifestações não clínicas, os níveis dessa ansiedade, não raro, alcançam níveis patológicos. O transtorno é marcado por uma resposta cognitiva e emocional a eventos potencialmente negativos, com os indivíduos temendo o escrutínio e a avaliação negativa por parte de outros (Barnett, Maciel, Johnson, & Ciepluch, 2020).

Um volume expressivo de estudos tem evidenciado as relações entre componentes culturais e a fobia social (S. Hofmann et al., 2010; Mohammadi et al., 2019; Zhu et al., 2014). Por exemplo, Hofman et al (2010) conduziram uma revisão de literatura sobre as taxas de prevalência, expressões e tratamentos da ansiedade social considerando cultura, raça e etnia. A revisão considerou diferentes culturas, incluindo individualismo/coletivismo, percepção de normas sociais, autoconstrução, papéis de gênero e identificação de papéis de gênero. Entre outros aspectos, os autores concluíram que culturas asiáticas apresentam, em média, taxas de prevalência mais baixas, em comparação a amostras russas e norte-americanas. Os autores discutiram, por exemplo a Taijin kyofusho (TKS) como uma expressão cultural específica dos transtornos de ansiedade que se acredita ser particularmente prevalente no Japão e na Coreia do Sul. No sistema de diagnóstico japonês, o TKS seria classificado em quatro subtipos, dependendo do conteúdo do medo do paciente em relação a desagradar ou envergonhar os outros. Esses subtipos seriam: sekimen-kyofu (o medo de corar), shubo-kyofu (o medo de ter uma imagem corporal deformada, semelhante a uma dismorfia corporal), jikoshisen-kyofu (o medo do contato olho no olho) e o jikoshu-kyofu (o medo de estar exalando odor corporal desagradável) (S. Hofmann et al., 2010).

O impacto da cultura na disposição de procurar tratamento para ansiedade social também tem sido investigado. Hsu e Alden (2008) avaliaram a disposição de buscar tratamento em estudantes de herança chinesa de primeira e segunda gerações e seus colegas de herança europeia. Os resultados mostraram que entre os participantes com níveis moderados de ansiedade social, os participantes de herança chinesa da primeira geração estavam significativamente menos dispostos a procurar tratamento em comparação com os outros grupos. A relutância dos participantes chineses da primeira geração em procurar tratamento foi associada a herança cultural chinesa. De acordo com os autores, as descobertas apoiam a afirmação geral de que os asiáticos na América do Norte tendem a adiar o tratamento de problemas de saúde mental (Hsu & Alden, 2008).

Em outro estudo, Heinrichs e colegas (2006) investigaram as relações entre a adesão a normas culturais e pessoais e sua relação com níveis de ansiedade social e o medo de corar em uma amostra de 909 participantes de oito países. Entre outros aspectos o estudo revelou que indivíduos de países coletivistas relataram mais ansiedade social e mais medo de corar do que indivíduos de países individualistas. Verificou-se ainda que nas sociedades coletivistas os comportamentos socialmente retraídos são mais valorizados, enquanto nos países individualistas há uma visão mais positiva sobre comportamentos socialmente extrovertidos (Heinrichs et al., 2006).

Em um estudo parecido, 478 estudantes de graduação de países individualistas foram comparados com 388 estudantes de graduação de países coletivistas (incluindo Leste Asiático e América Latina). Os resultados indicaram que os participantes de países latino-americanos apresentaram níveis significativamente mais baixos de ansiedade social em comparação com participantes de países individualistas e do Leste Asiático. De acordo com os autores, esses resultados indicam que embora as normas sociais possam ser mediadas pela cultura a ter impacto sobre a ansiedade social, podendo lançar luz sobre etiologia do transtorno de ansiedade social, a dimensão individualismo-coletivismo pode não capturar totalmente as diferenças observadas (Heinrichs et al., 2006).

### **O papel da cultura no transtorno da Ansiedade Generalizada**

O Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) é uma forma prevalente e grave de transtorno de ansiedade, caracterizada pela preocupação excessiva com vários aspectos da vida

diária (Stein & Hill, 2023). É uma condição usualmente crônica e recidivante, muitas vezes comórbida com transtorno depressivo maior (TDM) (Zbozinek et al., 2012). A definição diagnóstica do TAG tem sido tema de debate, com discussões sobre sua classificação e sintomas associados (Comer, Pincus, & Hofmann, 2012; Ruscio et al., 2007).

O TAG é altamente prevalente e pode impactar negativamente a qualidade de vida e atrapalhar as atividades diárias (Guo et al., 2018; Jacobson & Feng, 2022). Distingue-se do transtorno de ansiedade social pela natureza da ansiedade vivenciada, sendo o TAG caracterizado por preocupações não relacionadas a situações específicas (Whitmore, Kim-Spoon, & Ollendick, 2013). O TAG também está associado ao comprometimento de diversas funções cognitivas e à intolerância à incerteza, o que pode contribuir para níveis elevados de raiva (Fracalanza, Koerner, Deschênes, & Dugas, 2014; Hendriks et al., 2014).

Embora menos numerosos, também podemos identificar estudos sobre as relações entre aspectos culturais e o TAG. Por exemplo, em um trabalho de revisão sobre variações transculturais na prevalência e apresentação dos transtornos de ansiedade, Marques, Robinaugh, LeBlanc, & Hinton (2011) resumiram as seguintes informações: existe uma ampla variação na prevalência do TAG entre culturas. Em países predominantemente caucasianos, as taxas de TAG variam de 1,7 a 3,6%, enquanto a prevalência nos EUA tem variado entre 2,1 e 2,9%. Nos países asiáticos e latino-americanos evidências indicam uma prevalência menor (Marques et al., 2011). Mais uma vez, os resultados apontam para a importância de fatores culturais nos transtornos de ansiedade.

Expectativas apreensivas, um componente comum da ansiedade, foi investigada em um estudo transnacional envolvendo 10 países (Brasil, Chile, EUA, Hungria, Índia, Reino Unido, Sérvia, Tunísia, Venezuela) (Halbreich et al., 2007). Os pesquisadores pediram aos psiquiatras que descrevessem a experiência dos seus pacientes com vários tipos de disforia, incluindo expectativa apreensiva. Embora algumas experiências de preocupação semelhantes tenham sido apresentadas, também foram identificadas expressões muito específicas para determinados países. Estas descrições variaram desde expectativas de perigo (por exemplo, “algo ruim vai acontecer comigo ou com minha família”, “esperando o pior”), puro medo franco (por exemplo, “sentir medo”), até experiências mais corporificadas/somáticas (por exemplo, “algo que não me dá descanso”). Os autores terminaram por apontar que em muitas culturas não-ocidentais, os sintomas e construções que são interpretados e tratados como transtornos disfóricos são principalmente somáticos e não podem ser facilmente enquadrados dentro dos sistemas de

classificação da Associação Psiquiátrica Americana (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM) e do Classificação Internacional de Doenças da OMS (Halbreich et al., 2007).

Finalmente, podemos citar aqui um estudo no campo da Psicologia Organizacional que explora as relações entre cultura organizacional e ansiedade. Yip, Levine, Brooks e Schweitzer (2020) apresentam uma detalhada argumentação sobre como a cultura organizacional poderia influenciar a forma como os funcionários pensam e se comportam. Os autores apontam que as normas da cultura organizacional podem influenciar a forma como os funcionários vivenciam as emoções e em especial a emoção generalizada, a ansiedade. Yip e colegas afirmam, por exemplo que quando as normas são orientadas para resultados, os funcionários precisam lutar por objetivos com metas e sob pressão de tempo, e são mais propensos a sentir ansiedade. Por outro lado, quando as normas são pouco definidas, os funcionários têm dificuldade em definir como devem se comportar e se envolvem em comportamentos desviantes que aumentam a incerteza e promovem a ansiedade. A falta de consenso sobre as normas geralmente cria conflitos entre grupos dentro das organizações aumentando a ansiedade. O quarto ponto apontado pelos autores é que, quando há um descompasso entre os valores dos funcionários e as normas e valores organizacionais, o desajuste também gera ansiedade entre os funcionários. Dessa forma, fica claro como diferentes características das normas culturais organizacionais podem influenciar de forma independente a magnitude da ansiedade dos trabalhadores (Yip et al., 2020).

De fato, os autores deste trabalho apontaram em determinado momento que situações de anomia organizacional podem gerar sentimentos de alienação, inutilidade, despropósito, isolamento, confusão e ansiedade (Souza & Ribas Junior, 2013).

### **Considerações Finais**

O presente capítulo teve como objetivo a discussão sobre ansiedade e cultura. O destaque recai então, sobre as diferenças que podem ser observadas em diferentes países sobre a forma pela qual a ansiedade é manifestada socialmente. As diferenças ainda existentes entre os países estão relacionadas, em parte, à forma como se adaptam a um imperativo de nível mundial. O mundo tem gerado demandas em praticamente todas as áreas da atividade humana. A própria relação entre os países, em consequência, passa a ser fator gerador de ansiedade.

O mundo ainda observa conflitos que se estendem por meses ou mesmo anos. A incerteza é a característica marcante para diversas sociedades em um mundo em constante mudança. Assim, em cada cultura, os esforços tanto de governantes como do homem comum são dirigidos para lidar com as demandas atuais e se preparar para novas demandas que podem surgir a qualquer momento. É como afirma Chen (2005), ao considerar que a lógica que domina o mundo atualmente, como um rápido avanço da tecnologia, tem aproximado as culturas. E o que acontece em qualquer parte do mundo tem despertado a atenção de outros países. Estamos caminhando então para um modo de pensar e de agir que tem se tornado cada vez mais uniforme.

Comércio internacional, abastecimento mundial de alimentos, relações internacionais, a atuação da ONU, o que está acontecendo no Haiti, no conflito Israel x Hamas, Rússia x Ucrânia, a economia mundial, as questões climáticas, o movimento migratório, enfim, a lista é grande e parece não ter fim em um mundo no qual as barreiras geográficas são cada vez mais tênues. A saúde física e mental passou então a ser uma preocupação crescentemente observada em diversos países.

A ansiedade e o conseqüente adoecimento físico e mental tem sido preocupação tanto da sociedade em geral como das organizações. No Brasil, foi sancionada a Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024, que institui o Certificado de Empresa Promotora de Saúde Mental. É um certificado que será atribuída às empresas que desenvolvem ações e políticas visando a promoção da saúde mental de seus membros. É um reconhecimento que atingimos um nível intolerável de ansiedade e depressão, com um conseqüente adoecimento mental no ambiente de trabalho.

Em nível mundial, atualmente estamos observando o início das discussões acerca da indústria e da sociedade 5.0. A lógica da indústria 5.0 se apoia na inteligência artificial para o desenvolvimento de estratégias visando fazer com que seres humanos e máquinas trabalhem junto, de forma harmoniosa, de modo que permita uma maior eficiência da indústria de produção. Além dos benefícios pensados para a indústria e para a sociedade, a indústria 5.0 é também caracterizada pela busca de sistemas sustentáveis e do uso de energia renovável (Adel, 2022). Novas mudanças, novas demandas para o indivíduo se adaptar. Novas demandas para as organizações em diferentes culturas se adaptarem.

As mudanças estão previstas não só para as organizações, mas também para a sociedade como um todo. Assim, a sociedade 5.0 vai além da busca por maior produtividade e eficiência

nos processos relacionados às novas tecnologias. O objetivo é converter as novas tecnologias para tornar a vida mais fácil para as pessoas. Há um esforço para o desenvolvimento de soluções tecnológicas que proporcionem reais benefícios visando o bem-estar, a qualidade de vida e a resolução de problemas sociais para os cidadãos comuns em sociedade (Serpa & Ferreira, 2018; Hitachi-UTokyo Laboratory, 2018).

Como cada cultura irá se adaptar à indústria e a Sociedade 5.0, ainda é uma incógnita. Virtualmente todas as áreas da sociedade serão atingidas. O mundo do trabalho sofrerá transformações drásticas, rápidas e inéditas na história. Se conseguiremos reduzir os índices atualmente alarmantes de ansiedade, entretanto, é algo que também está no campo das incertezas. Também, não sabemos a extensão dos êxitos alcançados. Serão privilégio de apenas alguns países ou estamos falando de um bem comum mundial?

Como discutido anteriormente, a perspectiva transcultural é crucial para promover cuidados de saúde mental culturalmente sensíveis, eficazes e equitativos. Isso permanece verdadeiro em um mundo altamente interconectado? A indústria e a sociedade 5.0 poderão alterar de fato o atual estado de coisas? Teremos soluções para lidar com os alarmantes níveis de adoecimento mental na sociedade e nas organizações? Ou teremos novas formas de adoecimento?

## Referências

- Adel, A. (2022). Future of industry 5.0 in society: human-centric solutions, challenges and prospective research áreas. *Journal of Cloud Computing: Advances, Systems and Applications*, 11 (40), 1-15.
- Bai, T., Ding, W., & Jia, H. (2022). The Impact of Distorted Perception on Social Anxiety Disorder and Relevant Cultural Factors. *Proceedings of the 2022 6th International Seminar on Education, Management and Social Sciences (ISEMSS 2022)*, 27(12), 1117-1127. doi:10.2991/978-2-494069-31-2\_95
- Barnett, M. D., Maciel, I. V., Johnson, D. M., & Ciepluch, I. (2020). Social Anxiety and Perceived Social Support: Gender Differences and the Mediating Role of Communication Styles. *Psychological Reports*, 124 (1), 70-87. doi:10.1177/0033294119900975
- Baxter, A. J., Scott, K. M., Vos, T., & Whiteford, H. (2012). Global Prevalence of Anxiety Disorders: A Systematic Review and Meta-Regression. *Psychological Medicine*, 43(5), 897-910. doi:10.1017/s003329171200147x
- Bennett, M. J. (1986). A Developmental Approach to Training for Intercultural Sensitivity. *International Journal of Intercultural Relations*, 10, 179-196. doi:10.1016/0147-1767(86)90005-2
- Bhui, K., Warfa, N., Edonya, P., McKenzie, K., & Bhugra, D. (2007). Cultural Competence in Mental Health Care: A Review of Model Evaluations. *BMC Health Services Research*, 7 (15), 1-10. doi:10.1186/1472-6963-7-15
- Bird, A., Mendenhall, M. E., Stevens, M. J., & Oddou, G. (2010). Defining the Content Domain of Intercultural Competence for Global Leaders. *Journal of Managerial Psychology*, 25 (8), 810-828. doi:10.1108/02683941011089107
- Cabassa, L. J., & Baumann, A. A. (2013). A Two-Way Street: Bridging Implementation Science and Cultural Adaptations of Mental Health Treatments. *Implementation Science*, 8 (90), 1-14. doi:10.1186/1748-5908-8-90
- Calimag, M. M. P. & Navidad, F. C. (2021) . Embracing the VUCA Response to Overcome the Mental Health Challenges of the VUCA World. *Journal of Social Health*, 4 (2), 1-4.



Campos, L. A. M. C., & Silva, J. A. d. (2023). *Interculturalidade. Uma Visão Geral* (E. d. Autores Ed. 1 ed. Vol. 1). Rio de Janeiro: Ed. dos Autores.

Chen, Guo-Ming. (2005). A model of global communication competence. *China Media Research*, 1(1), 3–11.

Cieslak, R., Anderson, V., Bock, J., Moore, B. A., Peterson, A. L., & Benight, C. C. (2013). Secondary Traumatic Stress Among Mental Health Providers Working With the Military Prevalence and Its Work and Exposure Related Correlates. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 201(11), 917-925. doi:10.1097/nmd.0000000000000034

Comer, J. S., Pincus, D. B., & Hofmann, S. (2012). Generalized Anxiety Disorder and the Proposed Associated Symptoms Criterion Change for DSM-5 in a Treatment-Seeking Sample of Anxious Youth. *Depression and Anxiety*, 29 (12), 994–1003. doi:10.1002/da.21999

Das, K. K., & Ara, A. (2014). Leadership in VUCA world: A case of Lenovo. *International Journal of Current Research*, 6 (4), 6410–6419. doi [10.1504/ejccm.2021.116890](https://doi.org/10.1504/ejccm.2021.116890)

Deardorff, D. K. (2006). Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization. *Journal of Studies in International Education*, 10 (3), 241-266. doi:10.1177/1028315306287002

Durgam, S., Gommoll, C., Forero, G., Nunez, R., Tang, X., Mathews, M., & Sheehan, D. V. (2016). Efficacy and Safety of Vilazodone in Patients With Generalized Anxiety Disorder. *The Journal of Clinical Psychiatry*, 77 (12), 1687-1694. doi:10.4088/jcp.15m09885

Fracalanza, K., Koerner, N., Deschênes, S. S., & Dugas, M. J. (2014). Intolerance of Uncertainty Mediates the Relation Between Generalized Anxiety Disorder Symptoms and Anger. *Cognitive Behaviour Therapy*, 43 (2), 122-132. doi:10.1080/16506073.2014.888754

Garabiles, M. R., Shehadeh, M. H., & Hall, B. J. (2019). Cultural Adaptation of a Scalable World Health Organization E-Mental Health Program for Overseas Filipino Workers, *Jmir Formative Research*, 3 (1), 1-13. doi:10.2196/11600

Gergen, K. J., Gülerce, A., Lock, A., & Misra, G. (1996). Psychological Science in Cultural Context. *American Psychologist*, 51 (5), 496-503. doi:10.1037/0003-066x.51.5.496

- Godoy, M. F. de, & Ribas Filho, D. (2022). Facing the BANI World. *International Journal of Nutrology*, 14 (2), 33. doi [https://doi.org/ 10.1055/s-0041-1735848](https://doi.org/10.1055/s-0041-1735848).
- Good, M. J. D., & Hannah, S. D. (2014). “Shattering Culture”: Perspectives on Cultural Competence and Evidence-Based Practice in Mental Health Services. *Transcultural Psychiatry*, 52 (2), 198-221. doi:10.1177/1363461514557348
- Griner, D., & Smith, T. B. (2006). Culturally Adapted Mental Health Intervention: A Meta-Analytic Review. *Psychotherapy*, 43(4), 531-548. doi:10.1037/0033-3204.43.4.531
- Guo, Z.-N., Lv, S., Liu, J., Wang, Z., Jin, H., Qiu, Q., . . . Yang, Y. (2018). Compromised Dynamic Cerebral Autoregulation in Patients With Generalized Anxiety Disorder: A Study Using Transfer Function Analysis. *BMC Psychiatry*, 18 (1), 164-171. doi:10.1186/s12888-018-1713-z
- Halbreich, U., Alarcon, R. D., Calil, H., Douki, S., Gaszner, P., Jadresic, E., . . . Trivedi, J. K. (2007). Culturally-sensitive complaints of depressions and anxieties in women. *Journal of Affective Disorders*, 102(1-3), 159-176. doi:10.1016/j.jad.2006.09.033
- Heinrichs, N., Rapee, R. M., Alden, L. A., Bögels, S., Hofmann, S. G., Oh, K. J., & Sakano, Y. (2006). Cultural differences in perceived social norms and social anxiety. *Behaviour Research and Therapy*, 44(8), 1187-1197. doi:10.1016/j.brat.2005.09.006
- Hendriks, S. M., Licht, C. M., Spijker, J., Beekman, A. T., Hardeveld, F., Graaf, R. d., & Brenda, W. J. H. P. (2014). Disorder-Specific Cognitive Profiles in Major Depressive Disorder and Generalized Anxiety Disorder. *BMC Psychiatry*, 14 (96), 1-9. doi:10.1186/1471-244x-14-96
- Hennus, P. M. L., Kort, L. M. d., Bosch, J. L. H. R., Jong, T. P. d., & Geert, J. M. G. v. d. H. (2014). A Systematic Review on the Accuracy of Diagnostic Procedures for Infravesical Obstruction in Boys. *Plos One*. doi:10.1371/journal.pone.0085474
- Hernandez, F., & Kose, B. W. (2011). The Developmental Model of Intercultural Sensitivity. *Education and Urban Society*, 9 (2), 1-7. doi:10.1177/0013124510393336
- Hitachi-UTokyo Laboratory (2018). Society 5.0. *A People-centric Super-smart Society*. New York. Springer open.

Hofmann, S., Asnaani, M. A. A., & Hinton, D. E. (2010). Cultural Aspects in Social Anxiety and Social Anxiety Disorder. *Depression and Anxiety*, 27(12), 1117-1127 doi:10.1002/da.20759

Hofmann, S. G., & Hinton, D. E. (2014). Cross-Cultural Aspects of Anxiety Disorders. *Current Psychiatry Reports*, 16(6), 1-9. doi:10.1007/s11920-014-0450-3

Hsu, L., & Alden, L. E. (2008). Cultural Influences on Willingness to Seek Treatment for Social Anxiety in Chinese- and European-Heritage Students. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*, 14(3), 215-223. doi:10.1037/1099-9809.14.3.215

Jacobson, N. C., & Feng, B. (2022). Digital Phenotyping of Generalized Anxiety Disorder: Using Artificial Intelligence to Accurately Predict Symptom Severity Using Wearable Sensors in Daily Life. *Translational Psychiatry*, 12 (1), 1-7. doi:10.1038/s41398-022-02038-1

Kalra, H., Kamath, P., Jk, T., & Janca, A. (2008). Caregiver Burden in Anxiety Disorders. *Current Opinion in Psychiatry*, 21 (1), 70-73. doi:10.1097/ycp.0b013e3282f2dfca

Kirmayer, L. J. (2001). Cultural/variations in the clinical presentation of depression and anxiety: Implications for diagnosis and treatment. *Journal of Clinical Psychiatry*, 62, 22-30.

Kirmayer, L. J., Young, A., & Hayton, B. C. (1995). The Cultural-Context of Anxiety Disorders. *Psychiatric Clinics of North America*, 18(3), 503-521. doi:10.1016/s0193-953x(18)30037-6

Koerner, N., Dugas, M. J., Savard, P., Gaudet, A., Turcotte, J., & Marchand, A. (2004). The Economic Burden of Anxiety Disorders in Canada. *Canadian Psychology/Psychologie Canadienne*, 45(3), 191–201. doi:10.1037/h0088236

Lewis-Fernández, R., Hinton, D. E., Laria, A. J., Patterson, E. H., Hofmann, S. G., Craske, M. G., . . . Liao, B. (2010). Culture and Anxiety disorders: recommendations for DSM-V. *Depression and Anxiety*, 27(2), 212-229. doi:10.1002/da.20647

Lewis-Fernández, R., Hinton, D. E., Laria, A. J., Patterson, E. H., Hofmann, S. G., Craske, M. G., . . . Liao, B. (2011). Culture and the Anxiety Disorders: Recommendations for DSM-V. *Focus the Journal of Lifelong Learning in Psychiatry*, 27 (2), 212-229. doi:10.1176/foc.9.3.foc351

Ma, W. F., Huang, X. Y., Chang, H. J., Yen, W. J., & Lee, S. (2010). Impact of Taiwanese culture on beliefs about expressing anxiety and engaging in physical activity: a discursive analysis of the literature. *Journal of Clinical Nursing*, 19(7-8), 969-977. doi:10.1111/j.1365-2702.2009.02840.x

Mack, O., Khare, A. (2016). Perspectives on a VUCA World. In: Mack, O., Khare, A., Krämer, A., Burgartz, T. (eds) *Managing in a VUCA World*. Springer, Cham.

Marques, L., Robinaugh, D. J., LeBlanc, N. J., & Hinton, D. (2011). Cross-cultural variations in the prevalence and presentation of anxiety disorders. *Expert Review of Neurotherapeutics*, 11(2), 313-322. doi:10.1586/ern.10.122

Mohammadi, A., Abasi, I., Soleimani, M., Moradian, S. T., Yahyavi, S. T., & Zarean, M. (2019). Cultural Aspects of Social Anxiety Disorder: A Qualitative Analysis of Anxiety Experiences and Interpretation. *Iranian Journal of Psychiatry*, 14 (1), 33-39 doi:10.18502/ijps.v14i1.420

Moore-Jones, E. D. P. (2018). Intercultural Sensitivity, Intercultural Competence & Intercultural Intelligence: A Review of the Literature and a Proposition of a Linear Relationship. *Journal of Education and Culture Studies*, 2 (2), 75-86. doi:10.22158/jecs.v2n2p75

Ni, L. & Schlupp, Q. W. (2011) Anxiety and Uncertainty Management in an Intercultural Setting: The impact on Organization-Public Relationships. *Journal of Public Relations Research*, 23 (3), 269-301. doi [10.1080/1062726X.2011.582205](https://doi.org/10.1080/1062726X.2011.582205)

Olfson, M., Guardino, M., Struening, E. L., Schneier, F. R., Hellman, F., & Klein, D. F. (2000). Barriers to the Treatment of Social Anxiety. *American Journal of Psychiatry*, 157 (4), 521-527. doi:10.1176/appi.ajp.157.4.521

Pearcey, S., Gordon, K., Chakrabarti, B., Dodd, H. F., Halldorsson, B., & Creswell, C. (2020). Research Review: The Relationship Between Social Anxiety and Social Cognition in Children and Adolescents: A Systematic Review and Meta-analysis. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 62(7):805-821. doi:10.1111/jcpp.13310

Puspitasari, F. (2023). Intercultural sensitivity in the online multicultural community: Indonesian students' experiences. *LingTera*, 10 (1), 41–53. <https://doi.org/10.21831/lt.v10i1.59649>

Raja M, A. S. (2021). Business Research in the VUCA World (Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity) . *Ushus-Journal of Business Management*, 20 (1), 5-16.

Ramia, J. A., Shehadeh, M. H., Kheir, W., Zoghbi, E., Watts, S., Heim, E., & Chammay, R. E. (2018). Community Cognitive Interviewing to Inform Local Adaptations of an E-Mental Health Intervention in Lebanon. *Cambridge Prisms Global Mental Health*, 27 (5), 1-15. doi:10.1017/gmh.2018.29

Reyes, A. T., Constantino, R. E., Arenas, R. A., Bombard, J. N., & Acupan, A. R. (2018). Exploring Challenges in Conducting E-Mental Health Research Among Asian American Women. *Asian/Pacific Island Nursing Journal*, 3 (4), 139-153. doi:10.31372/20180304.1016

Rice, D. P., & Miller, L. E. (1998). Health Economics and Cost Implications of Anxiety and Other Mental Disorders in the United States. *The British Journal of Psychiatry*, 34, 4-9 . doi:10.1192/s0007125000293458

Ruscio, A. M., Chiu, W. T., Roy-Byrne, P., Stang, P., Stein, D. J., Wittchen, H. U., & Kessler, R. C. (2007). Broadening the Definition of Generalized Anxiety Disorder: Effects on Prevalence and Associations With Other Disorders in the National Comorbidity Survey Replication. *Journal of Anxiety Disorders*, 21 (5), 662-676. doi:10.1016/j.janxdis.2006.10.004

Rutjes, A. W. S., Reitsma, J. B., Nisio, M. D., Smidt, N., Rijn, J. C. v., & Bossuyt, P. M. (2006). Evidence of Bias and Variation in Diagnostic Accuracy Studies. *Canadian Medical Association Journal*, 174 (4), 469-476. doi:10.1503/cmaj.050090

Ryder, A. G., Ban, L., & Chentsova-Dutton, Y. E. (2011). Towards a Cultural–Clinical Psychology. *Social and Personality Psychology Compass*, 5(12), 960–975. doi:10.1111/j.1751-9004.2011.00404.x

Schmidt, L. A. (2008). Social Anxiety Disorder: A Review of Environmental Risk Factors. *Neuropsychiatric Disease and Treatment*, 4(1), 123-143. doi:10.2147/ndt.s1799

Schrier, A. C., Matty, A. S. d. W., Coupé, V. M., Fassaert, T., Verhoeff, A. P., Kupka, R., . . . Beekman, A. T. (2011). Comorbidity of Anxiety and Depressive Disorders: A Comparative Population Study in Western and Non-Western Inhabitants in the Netherlands. *International Journal of Social Psychiatry*, 58 (2), 186-194. doi:10.1177/0020764010390433

Serpa, S., & Ferreira, C. M. (2018). Society 5.0: Innovation, uncertainty and social sciences. *Management and Organizational Studies*, 5(4), 26-31. doi <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.121787>

Sinha, D. & Sinha, S. (2020). Managing in a VUCA World: Possibilities and Pitfalls. *Journal of Technology Management for Growing Economies*, 11 (1), 17-21. doi [10.15415/jtmge.2020.111003](https://doi.org/10.15415/jtmge.2020.111003)

Souza, M. A., & Ribas Junior, R. d. C. (2013). Anomia organizacional: Discussão conceitual e desenvolvimento de escala. *Psicologia Argumento*, 31(75), 677-686. doi:10.7213/psicol.argum.31.075.AO05

Stein, M. B., & Hill, L. (2023). Are There Reasons to Fear Anxiety Screening? *Jama*, 329(24), 2132-2134. doi:10.1001/jama.2023.7239

Stevanovic, D., Bagheri, Z., Atilola, O., Vostanis, P., Stupar, D., Moreira, P., . . . Ribas, R. (2017). Cross-cultural measurement invariance of the Revised Child Anxiety and Depression Scale across 11 world-wide societies. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, 26(4), 430-440. doi:10.1017/s204579601600038x

Straffon, D. A. (2003). Assessing the intercultural sensitivity of high school students attending an international school. *International Journal of Intercultural Relations*, 27(4), 487-501. doi:10.1016/s0147-1767(03)00035-x

Towe-Goodman, N. R., Franz, L., Copeland, W. E., Angold, A., & Egger, H. L. (2014). Perceived Family Impact of Preschool Anxiety Disorders. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 53 (4), 437-446. doi:10.1016/j.jaac.2013.12.017

VanHoose, L., & Eigsti, H. (2023). The Changing Landscape of Intercultural Mindset in 616 Doctor of Physical Therapy Students Over the Past 7 Years and the Implications for Doctor of Physical Therapy Cultural Competence Education. *Journal of Physical Therapy Education*, 37(4), 271-277. doi:10.1097/jte.0000000000000303

Varela, R. E., & Hensley-Maloney, L. (2009). The Influence of Culture on Anxiety in Latino Youth: A Review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 12 (3), 217-233. doi:10.1007/s10567-009-0044-5

Varela, R. E., Sanchez-Sosa, J. J., Biggs, B. K., & Luis, T. M. (2008). Anxiety symptoms and fears in Hispanic and European American children: Cross-cultural measurement

equivalence. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 30 (2), 132-145.  
doi:10.1007/s10862-007-9056-y

Whitmore, M. J., Kim-Spoon, J., & Ollendick, T. H. (2013). Generalized Anxiety Disorder and Social Anxiety Disorder in Youth: Are They Distinguishable? *Child Psychiatry & Human Development*, 45(4),456-463. doi:10.1007/s10578-013-0415-5

Yang, X., Fang, Y., Chen, H., Zhang, T., Yin, X., Man, J., . . . Lü, M. (2021). Global, Regional and National Burden of Anxiety Disorders From 1990 to 2019: Results From the Global Burden of Disease Study 2019. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, 6 (30), 1-11.  
doi:10.1017/s2045796021000275

Yip, J. A., Levine, E. E., Brooks, A. W., & Schweitzer, M. E. (2020). Worry at work: How organizational culture promotes anxiety. *Research in Organizational Behavior*, 40, 1-13.  
doi:10.1016/j.riob.2020.100124

Zbozinek, D. B. A. T., Rose, R. D., Wolitzky-Taylor, K., Sherbourne, C. D., Sullivan, M., Stein, M. P. H. M. B., . . . Craske, M. G. (2012). Diagnostic Overlap of Generalized Anxiety Disorder and Major Depressive Disorder in a Primary Care Sample. *Depression and Anxiety*, 29 (12),1065-1071. doi:10.1002/da.22026

Zhou, Y., Xu, J., & Rief, W. (2020). Are Comparisons of Mental Disorders Between Chinese and German Students Possible? An Examination of Measurement Invariance for the PHQ-15, PHQ-9 and GAD-7. *BMC Psychiatry*, 20, 1-11. doi:10.1186/s12888-020-02859-8

Zhu, X. Z., Yao, S. Q., Dere, J., Zhou, B. R., Yang, J., & Ryder, A. G. (2014). The cultural shaping of social anxiety: concerns about causing distress to others in han chinese and euro-canadian outpatients. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 33(10), 906-917.  
doi:10.1521/jscp.2014.33.10.906

## **Capítulo 6: MOBILIDADE TRANSCULTURAL DE PESSOAS DOTADAS E TALENTOSAS: PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS**

Alberto Abad

Thais Marluce Marques Abad

### **Introdução**

A globalização ressalta a diversidade de perspectivas socioculturais sobre a dotação e talento, destacando a importância de criar oportunidades e incentivar uma mentalidade exploradora na aprendizagem entre os indivíduos mais talentosos globalmente (Tourón & Freeman, 2018). É crucial que as pessoas dotadas e talentosas desenvolvam suas habilidades em ambientes educacionais favoráveis (Recommendation 1248 on Education for gifted children, 1994) para se destacarem em várias áreas em um mundo globalizado (Ibata-Arens, 2012), potencialmente se tornando recursos valiosos para o fortalecimento das nações (Chan, 2018) diante dos desafios em constante evolução. Portanto, é relevante considerar a D&T como um bem comum. No entanto, há muitos indivíduos talentosos não reconhecidos em todo o mundo que, independentemente de sua localização geográfica, status socioeconômico, orientação sexual, etnia, ideologia política ou gênero, poderiam ter contribuído significativamente para a humanidade (Maree, 2018).

Embora seja tentador buscar uma definição universal e homogênea de dotação e talento, devemos reconhecer que tal concepção não é nem possível nem desejável (Chan, 2018). A cultura é um conjunto complexo que engloba crenças, moral, artes, costumes, leis, conhecimento e outras capacidades e hábitos aprendidos pelos membros de uma sociedade (Geertz, 1973), ou um sistema de significados e práticas compartilhadas por um grupo e transmitidas através das gerações (Matsumoto & Juang, 2004). Contudo, o desenvolvimento da educação formal para dotados no contexto ocidental transcendeu fronteiras nacionais e culturais, com pesquisadores e educadores sensíveis à diversidade cultural advogando e promovendo a educação para dotados em outras sociedades (Chan, 2018). É essencial realizar atividades culturalmente sensíveis, apropriadas e informadas (pesquisa, ensino, supervisão, consultoria, avaliação, interpretação, etc.), conforme recomendado pelas Diretrizes Multiculturais da Associação Psicológica Americana (American Psychological Association, 2017).



Assim, o texto busca apresentar diversas perspectivas socioculturais sobre dotação e talento para compreender o fenômeno da Mobilidade Transcultural de Pessoas com dotação e talentosas. Para alcançar esse objetivo, depois de definir os conceitos de dotação e talento segundo Gagné (2018), apresentaremos algumas perspectivas socioculturais sobre dotação e talento em diferentes regiões geográficas – África, Ásia e Oceania . Em seguida, abordaremos a Mobilidade Transcultural de Pessoas Dotadas e Talentosas (MTPDT) e suas consequências econômicas, políticas e sociais.

### **Modelo de desenvolvimento de talentos**

Os principais conceitos do Modelo de Desenvolvimento de Talentos são fundamentados no trio básico de dotação, talento e Processo de Desenvolvimento (Abad & Abad, 2021; Gagne, 1998; Gagné, 2005, 2015, 2018). Embora sejam teoricamente distintos, esses construtos estão intrinsecamente relacionados e interdependentes, pois fazem parte de um processo contínuo que envolve a evolução progressiva da dotação para talentos (Gagné, 2018). O modelo foi concebido para destacar a diferença entre dotação e talento. Nele, a dotação é definida como a posse e utilização de capacidades naturais excepcionais, enraizadas biologicamente e desenvolvidas informalmente (Gagné, 2018), a um nível que posiciona o indivíduo entre os 10% mais talentosos de seus pares. Por outro lado, o talento é visto como a manifestação dessas habilidades ou competências em pelo menos uma área específica da atividade humana, após um desenvolvimento sistemático, colocando o indivíduo entre os 10% mais destacados em sua especialidade (Gagné, 2015).

Segundo Gagné (2018), ambos os conceitos envolvem um processo abrangente e dinâmico, que pode ser distinguido em dois momentos distintos: no primeiro, a fase da dotação, enfatiza-se o potencial e a capacidade, com foco no futuro; já no segundo momento, a fase do talento, concentra-se na realização de habilidades ou competências, com ênfase no presente. Isso implica uma diferenciação entre aptidões e realizações, embora ambas constituam formas de desempenho. Como observado por Gagné (2015), não há necessariamente uma separação rígida entre esses momentos, pois eles são parte de um processo mais amplo.

Nesse sentido, consideremos o caso de um jovem com traços de dotação em matemática. Inicialmente, sua dotação pode ser identificada através de um talento natural para números e padrões. Conforme ele recebe oportunidades de desenvolvimento e treinamento específico, seu talento é refinado e ele se destaca em competições e projetos acadêmicos, demonstrando seu

talento matemático. Aqui, vemos a transição do potencial (dotação) para a realização (talento), evidenciando a interdependência desses conceitos no contexto do DMGT.

### **Perspectivas Socioculturais da dotação e talento**

A perspectiva sociocultural, conforme delineada pela Associação Americana de Psicologia (APA), destaca os fatores ambientais da sociedade, cultura e interação social (VandenBos, 2015). Para explorar as perspectivas socioculturais da dotação e talento, duas abordagens são comumente adotadas: uma comparação entre culturas (estudos *etic*) ou análises detalhadas dentro de um contexto cultural específico (estudos *emic*) (Pike, 2015). Ao utilizar uma abordagem *emic*, é possível compreender melhor a diversidade sociocultural da dotação e talento a partir de sua cultura original (Phillipson & McCann, 2007). A cultura desempenha um papel fundamental na formação da identidade e influencia as experiências emocionais e cognitivas individuais e coletivas (APA, 2017), levando em consideração também a interseccionalidade (Hays, 2016). Esse processo está em constante mudança e desenvolvimento, tornando-se mais inclusivo à medida que a pessoa amplia sua consciência para além do âmbito familiar (Erikson, 1968).

No entanto, uma abordagem universal (*etic*) pode negligenciar facilmente a diversidade de concepções culturalmente específicas de dotação. Mesmo dentro de contextos geográficos compartilhados, como os países do Oriente Médio, africanos (Maree, 2018), Austrália e Nova Zelândia (Kronborg, 2018), os valores que influenciam as construções de dotação variam significativamente. A dotação tem um significado relativo a um contexto cultural específico; portanto, cada cultura deve defini-la à sua própria maneira (Taylor & Kokot, 2000). Apesar da adequação da abordagem *emic*, há uma escassez de estudos nesse campo e um viés anglo-americano na pesquisa transcultural sobre dotação, destacando a necessidade de perspectivas sensíveis de pesquisa transcultural para uma educação mais culturalmente inclusiva (Phillipson & McCann, 2007).

Diante da impossibilidade de revisar todas as variações culturais existentes de dotação e talento, optamos por abordar três regiões geográficas para abranger uma ampla gama de conceitos e perspectivas de dotação e talento em todo o mundo. Reconhecemos a limitação de selecionar apenas estes exemplos, mas buscamos demonstrar a diversidade que existe mesmo dentro dos países.

## **África: o impacto do colonialismo na educação para dotados e talentosos**

Numerosos pesquisadores têm investigado o impacto do colonialismo no desenvolvimento social (Ocheni & Nwankwo, 2012), econômico (Heldring & Robinson, 2012) e político e educacional na África. O colonialismo não apenas explorou os recursos humanos e físicos em benefício das nações colonizadoras, mas também estabeleceu sistemas econômicos e agrícolas baseados em commodities e culturas comerciais (Settles, 1996). Além disso, a educação foi frequentemente utilizada como uma ferramenta de dominação pelos colonizadores, contribuindo para a moldagem do sistema educacional nos países africanos.

Um conjunto complexo de fatores históricos, políticos e culturais influenciou profundamente o cenário educacional na África. Por exemplo, diferentes interpretações dos direitos educacionais iguais, o objetivo da educação ocidentalizada, a segregação, as condições econômicas e os conflitos armados são apenas alguns dos elementos que moldaram a educação na região (Taylor & Kokot, 2000). Esses fatores desempenharam papéis cruciais na formação das estruturas educacionais e nas oportunidades de aprendizagem disponíveis para as populações africanas.

Conforme observado por Ocheni e Nwankwo (2012), a educação colonial na África não estava arraigada em sua cultura e, portanto, não contribuía significativamente para o desenvolvimento dentro do contexto africano. Os autores destacam que essa educação era predominantemente literária, carecendo de uma base tecnológica (Ocheni & Nwankwo, 2012). Essa abordagem deixou um legado que ainda afeta os desafios contemporâneos da educação e do desenvolvimento de habilidades na África (Ekuma, 2019). Tal legado ajuda a explicar por que a educação para dotados e talentosos tem sido negligenciada em muitos países africanos e por que tantos alunos dotados na região não conseguem alcançar seu potencial máximo (Maree, 2018).

Os conceitos de dotação na África frequentemente contrastam com os do Ocidente (Freeman, 2002). Na cultura africana, a dotação é valorizada como uma habilidade destinada ao benefício coletivo da família e da comunidade, em contraste com o foco no bem-estar individual encontrado em algumas perspectivas ocidentais (Taylor & Kokot, 2000). Nesse sentido, examinaremos os Vhavenda, uma comunidade localizada na fronteira entre a África do Sul e o Zimbábue, para ilustrar uma perspectiva sociocultural específica de dotação africana.

## **Pessoas Vhavenda: presentes dados pelos antepassados pelo bem da sociedade**

Os Vhavenda residem na região fronteira entre a África do Sul e o Zimbábue, conhecida como Venda, com uma população estimada em cerca de 700.000 pessoas. Conforme observado por Loubser (1989), tanto a sociedade Vhavenda ocidental quanto a oriental preservaram muitas ideias e práticas distintas devido ao seu isolamento, enquanto na zona sul, onde houve uma mistura com outros grupos, houve uma influência maior de diferentes culturas e religiões. Apesar dessas influências, os Vhavenda continuaram a manter suas tradições e crenças. Ngara (2006) destaca o papel crucial dos espíritos ancestrais na sociedade, refletido na frase em língua Vhavenda "*Midzimu yo la*" (os espíritos ancestrais estão dormindo) quando as coisas vão bem (Ngara, 2006).

A língua Vhavenda faz parte da família de línguas Bantu, compartilhando um termo para dotação enraizado no verbo "dar" (*isipho* na África do Sul/Zimbábue; *chipo* no Zimbábue/Moçambique; *mpho* no Lesoto; *ukupelwa* na Zâmbia; *kipawa* na Tanzânia/Quênia) (Ngara, 2006). De acordo com Ngara (2006), essas capacidades excepcionais (dotação) são consideradas um presente especial de Deus. Os Vhavenda atribuem todo o sucesso que alcançam à intervenção de seus espíritos ancestrais (Lumadi, 1998). Nessa cultura, a dotação é definida como a concessão, por parte de um antepassado, de uma habilidade incomum que permite a um indivíduo se destacar com uma expertise incomparável, mesmo nos domínios mais desafiadores (Ngara, 2017).

Uma característica interessante do conceito de dotação e talento em algumas sociedades africanas, como a cultura Shona, é a capacidade de alcançar o sucesso apesar da adversidade (Ngara, 2017), com uma correlação notável com a resiliência (Bland et al., 1994). Essa perspectiva ressalta não apenas as habilidades excepcionais, mas também a capacidade de superar obstáculos e persistir em face de desafios significativos.

Segundo as tradições dos Vhavenda, é fundamental para as famílias desenvolverem gradual e firmemente as habilidades desejáveis de seus filhos, conforme determinado pelos antepassados. Notavelmente, muitas dessas habilidades são voltadas para o benefício da família ou do grupo étnico. Isso inclui, entre outras coisas, o respeito e a obediência aos deuses e aos mais velhos, o trabalho árduo em prol da família e da nação, a cooperação, a produção de implementos agrícolas e outras ferramentas úteis, bem como a expressão da criatividade artística (Ngara, 2006).

Essas habilidades são cultivadas visando não apenas fortalecer os laços familiares e étnicos, mas também promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens Vhavenda. Por exemplo, a prática da disciplina e a preservação da cultura são valorizadas como meios de manter a coesão dentro da família e da comunidade (Ngara, 2006). Ao mesmo tempo, incentiva-se os jovens a competir por causas nobres e a se envolverem em atividades que promovam o bem-estar coletivo e individual (Ngara, 2006).

As famílias Vhavenda não só valorizam, mas também incentivam ativamente o desenvolvimento de uma ampla gama de habilidades entre seus filhos. Isso inclui não apenas artes tradicionais como cerâmica, marcenaria, cestaria e trabalho em arame, mas também o cultivo de habilidades de liderança e a participação em esportes tradicionais, como khororo, thulwi e tsimbe (Taylor & Kokot, 2000). A música desempenha um papel particularmente significativo nesse processo, não apenas como uma expressão cultural, mas também como um meio de orientar os jovens sobre comportamentos adequados em diferentes situações sociais (Ngara, 2006).

Além disso, os anciãos africanos tradicionalmente usavam uma variedade de atividades, incluindo dança, canto, desenho e ritos de passagem tradicionais, para preparar as crianças africanas para as responsabilidades baseadas em gênero que enfrentariam na vida adulta (Maree, 2018). Muitos Vhavenda também demonstram habilidades excepcionais em contar histórias e fazer discursos, o que destaca a riqueza da tradição oral dessa comunidade (Ralushai, 1977). Essa tradição oral não apenas preserva a história e os valores culturais, mas também demonstra um alto nível de habilidade e domínio da linguagem entre os Vhavenda (Ngara, 2006).

Nesse contexto, podemos observar a distinção entre os conceitos de dotação nas perspectivas ocidentais e africanas. Enquanto a cultura ocidental muitas vezes enfatiza habilidades individuais e realizações pessoais, a abordagem africana valoriza uma combinação de qualidades como respeito, confiabilidade, obediência e cuidado com os outros (Maree, 2018). Na visão africana, a dotação e o talento são valorizados principalmente quando contribuem para os interesses coletivos das famílias e da comunidade, refletindo a ideia de que o indivíduo deve ser sacrificado em prol do bem comum (Ngara, 2006). Um aspecto central da dotação é, portanto, promover o bem-estar do grupo por meio de relacionamentos interpessoais e harmonia (Sternberg, 2007). Por exemplo, o povo Chewa, da Zâmbia e do Malawi, destaca valores como obediência, cooperação e responsabilidade social (Serpell, 2014).

Os princípios da filosofia Ubuntu, presentes em toda a África, refletem um profundo senso de humanidade, conexão e respeito pela dignidade dos outros (Maree, 2018). Conceitos como "*Sinti*", que significa a crença de que todos os seres humanos fazem parte de uma grande família, e "*Ujamaa*", que denota uma ideia de comunidade ou família estendida, são fundamentais nessa filosofia (Nussbaum, 2010). O provérbio "*Umntu ngumntu ngabantu*" encapsula esses valores, transmitindo a ideia de que a identidade e a humanidade de uma pessoa são realizadas em relação aos outros membros da comunidade (Maree, 2018). Esses princípios essenciais informam a compreensão africana da dotação e influenciam profundamente a maneira como as habilidades e talentos são percebidos e desenvolvidos dentro das comunidades africanas.).

### **Ásia: diferenças qualitativas na concepção de talento e dotação**

Assim como na África, é desafiador definir de forma homogênea os povos asiáticos dotados e talentosos. Com 48 países distribuídos em cinco regiões geográficas (Ásia Central, Ásia Oriental, Ásia Meridional, Sudeste Asiático e Ásia Ocidental), as concepções asiáticas de dotação diferem qualitativamente do Ocidente. Elas abrangem esferas naturais, interpessoais, sociais e espirituais, visando alcançar a benevolência mundana (ensino confucionista) ou a iluminação espiritual (ensino budista) (Chan, 2018).

Na Ásia, a ideia de sabedoria, conhecida como *zhihui* em chinês, *chie* em japonês e *jihyeo* em coreano, descreve uma conceituação holística de dotação, como apontado por Zhang (2017), o que descreve a conceituação holística de dotação na Ásia. Na Índia, Raina e Srivastava (2000) argumentam que existe uma diferença crucial na concepção de dotação desde tempos antigos, enfatizando a excelência do "ser", representada por valores como veracidade, generosidade, compaixão, discurso positivo, sacrifício e serviço à sociedade. A palavra *Pratibha*, em sânscrito, é frequentemente utilizada para descrever uma revelação, um insight, uma expressão espontânea da verdade, e é considerada o princípio primordial de sabedoria e dotação (Raina & Srivastava, 2000).

Além disso, há uma conexão destacada pelo autor entre os conceitos ocidentais e asiáticos de dotação, sugerindo uma relação entre dotação como habilidade (desempenho) e como talento (potencial). Assim, ser dotado implica a capacidade de realizar atividades especiais e, ao mesmo tempo, possuir um grande potencial para realizá-las (Chan, 2018).

Os asiáticos consideram que a verdadeira dotação requer o desenvolvimento tanto da mente quanto do coração (Chan, 2018). Valorizando profundamente uma visão holística da dotação, os asiáticos acreditam numa integração da mente, do corpo e do espírito. Na perspectiva chinesa, a dotação está associada à competência e à virtude (Chan, 2018). Por virtude, os chineses se referem à capacidade de compreender e aplicar sabiamente as lições da vida, de demonstrar preocupação pelo bem-estar dos outros e de se libertar de maus hábitos (Chan, 2018).

As tradições confucionistas, taoístas e budistas da China e de outras regiões asiáticas exercem uma forte influência nas percepções de dotação. Os confucionistas, como observado por Raina e Srivastava (2000), enfatizam o estudo dos textos clássicos, a etiqueta, a música e o aprimoramento pessoal como meio de alcançar a excelência moral. Já os taoístas concentram-se na compreensão da natureza e do curso natural das coisas, buscando a transformação interna do egoísmo para a compaixão. Os budistas, por sua vez, veem a dotação como a capacidade de experimentar a paz interior, ter clareza de propósito e demonstrar ações compassivas (Chan, 2018).

Assim, podemos observar uma grande diversidade nas percepções de dotação em diferentes partes da Ásia, influenciada pelas características culturais e religiosas únicas dessas regiões. Cada cultura tem sua própria abordagem para entender e valorizar a dotação, refletindo suas crenças, valores e prioridades singulares.

### **Oceania: dois sistemas de educação para dotados e talentosos**

Tanto a Austrália quanto a Nova Zelândia possuem sistemas educacionais voltados para alunos dotados e talentosos que refletem suas próprias culturas e valores distintos. No entanto, ambos os países enfrentam desafios significativos na identificação e apoio a esses alunos, especialmente aqueles pertencentes a grupos minoritários e de baixa renda (Borland, 2005). Esses desafios incluem questões de acesso igualitário a oportunidades educacionais avançadas, bem como a necessidade de programas e recursos adequados para atender às diversas necessidades desses alunos em um ambiente educacional inclusivo e diversificado.

O sistema educacional para alunos dotados e talentosos na Oceania, especificamente na Austrália e na Nova Zelândia, reflete uma ênfase na igualdade de oportunidades e na justiça social (Gubbels et al., 2014). Na Austrália, os programas são desenvolvidos e implementados

pelos governos estaduais e territoriais, assim como por escolas independentes, abrangendo uma variedade de atividades extracurriculares, aceleração de classe, agrupamento de alunos, enriquecimento do currículo e programas de mentorado. No entanto, a falta de consistência e coordenação entre os programas em diferentes regiões resulta em variações significativas na identificação e no suporte aos alunos dotados e talentosos em todo o país (Gubbels et al., 2014)..

Na Nova Zelândia, a situação é semelhante, com uma ênfase na igualdade de oportunidades e justiça social, mas também enfrenta desafios de consistência e coordenação entre os programas em diferentes regiões. Os programas na Nova Zelândia também incluem atividades extracurriculares, agrupamento de alunos, aceleração de classe, enriquecimento do currículo e programas de mentorado. No entanto, assim como na Austrália, há uma necessidade de melhorar a identificação e o apoio aos alunos dotados e talentosos, especialmente aqueles de grupos minoritários e de baixa renda, além de promover maior consistência e coordenação entre os programas em todo o país.

Ambos os países reconhecem a importância de proporcionar oportunidades educacionais equitativas para todos os alunos, independentemente de suas habilidades, e estão trabalhando para melhorar a identificação e o apoio aos alunos dotados e talentosos em todo o país.

### **Desafios e oportunidades da mobilidade transnacional de pessoas dotadas e talentosas**

A globalização tem sido um catalisador tanto de oportunidades quanto de desafios para a mobilidade de pessoas dotadas e talentosas. Por um lado, a mobilidade transnacional oferece a esses indivíduos a chance de explorar novos ambientes, ampliar seus horizontes e contribuir para o avanço global. Por outro lado, ela também traz consigo desafios, como a necessidade de se adaptar a diferentes culturas, superar barreiras linguísticas e lidar com desafios emocionais.

É crucial reconhecer e valorizar a diversidade de perspectivas socioculturais sobre dotação e talento em todo o mundo. Cada cultura possui sua abordagem única para compreender e apreciar esses conceitos, o que reflete suas próprias crenças, valores e prioridades distintas. Por exemplo, enquanto algumas culturas podem enfatizar a excelência acadêmica e o desempenho individual, outras podem valorizar mais a contribuição para o bem comum e a conexão comunitária como sinais de dotação e talento. Ao reconhecer e respeitar essas diferenças



culturais, podemos criar um ambiente inclusivo e acolhedor para pessoas dotadas e talentosas de diversas origens.

Além disso, é fundamental aprimorar a identificação e o suporte aos alunos dotados e talentosos globalmente, especialmente aqueles de grupos minoritários e com baixa renda. Isso requer um compromisso com a igualdade de oportunidades e a justiça social em todos os aspectos da educação, desde a identificação precoce até a oferta de programas e serviços adequados. Somente por meio de esforços colaborativos e abordagens centradas no aluno poderemos garantir que todos os alunos dotados e talentosos alcancem seu pleno potencial, independentemente de sua origem cultural ou socioeconômica.

## Referências

Abad, A., & Abad, T. M. (2021). Dotação e talento: Um olhar na teoria de Gagné. *Educação Por Escrito*, 12(1), e35339. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2021.1.35339>

American Psychological Association. (2017). *Multicultural Guidelines: An Ecological Approach to Context, Identity, and Intersectionality*, 2017.

Bland, L. C., Sowa, C. J., & Callahan, C. M. (1994). An overview of resilience in gifted children. *Roeper Review*, 17(2), 77–80. <https://doi.org/10.1080/02783199409553629>

Borland, J. H. (2005). Gifted education without gifted children. *Conceptions of giftedness*, 1–19.

Chan, D. W. (2018). Gifted education in Asia. Em S. I. Pfeiffer, E. Shaunessy-Dedrick, & M. Foley-Nicpon (Orgs.), *APA handbook of giftedness and talent*. (p. 71–84). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/0000038-005>

Ekuma, K. (2019). Postcolonialism and national HRD: understanding contemporary challenges to skills development in sub-Saharan Africa. *Human Resource Development International*, 22(4), 321–342.

Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis* (Reissued as Norton paperback 1994). W. W. Norton & Company.

Freeman, J. (2002). Out-of-school educational provision for the gifted and talented around the world. *A report for the Department of Education and Skills*. London.

Gagne, F. (1998). A Proposal for Subcategories Within Gifted or Talented Populations. *Gifted Child Quarterly*, 42(2), 87–95. <https://doi.org/10.1177/001698629804200203>

Gagné, F. (2005). From Gifts to Talents: The DMGT as a Developmental Model. Em R. J. Sternberg & J. E. Davidson (Orgs.), *Conceptions of Giftedness* (2<sup>o</sup> ed, p. 98–119). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511610455.008>

Gagné, F. (2015). De los genes al talento: La perspectiva DMGT/CMTD = From genes to talent: the DMGT/CMTD perspective. *Revista de Educación*, 368. <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2015-368-289>

Gagné, F. (2018). Academic talent development: Theory and best practices. Em S. I. Pfeiffer, E. Shaunessy-Dedrick, & M. Foley-Nicpon (Orgs.), *APA handbook of giftedness and talent*. (p. 163–183). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/0000038-011>

Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures: Selected essays* (3rd edition). Basic Books.

Gubbels, J., Segers, E., & Verhoeven, L. (2014). Cognitive, socioemotional, and attitudinal effects of a triarchic enrichment program for gifted children. *Journal for the Education of the Gifted*, 37(4), 378–397.

Hays, P. A. (2016). *Addressing cultural complexities in practice: Assessment, diagnosis, and therapy* (3rd ed.). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14801-000>

Heldring, L., & Robinson, J. A. (2012). *Colonialism and economic development in Africa*. National Bureau of Economic Research.

Ibata-Arens, K. C. (2012). Race to the Future: Innovations in Gifted and Enrichment Education in Asia, and Implications for the United States. *Administrative Sciences*, 2(1), 1–25. <https://doi.org/10.3390/admsci2010001>

Kronborg, L. (2018). Gifted education in Australia and New Zealand. Em S. I. Pfeiffer, E. Shaunessy-Dedrick, & M. Foley-Nicpon (Orgs.), *APA handbook of giftedness and talent*. (p. 85–96). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/0000038-006>

Loubser, J. H. (1989). Archaeology and early Venda history. *Goodwin Series*, 54–61.

Maree, J. G. (2018). Gifted education in Africa. Em S. I. Pfeiffer, E. Shaunessy-Dedrick, & M. Foley-Nicpon (Orgs.), *APA handbook of giftedness and talent*. (p. 131–142). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/0000038-009>

Matsumoto, D. R., & Juang, L. P. (2004). *Culture and psychology* (3rd ed). Wadsworth/Thomson.

Ngara, C. (2006). INDIGENOUS CONCEPTIONS OF GIFTEDNESS IN ZIMBABWE: A COMPARISON OF SHONA AND NDEBELE CULTURES' CONCEPTIONS OF GIFTEDNESS. *International Education*, 36(1), 46.

Nussbaum, B. (2010). *Personal growth, African style*.

Ocheni, S., & Nwankwo, B. C. (2012). Analysis of colonialism and its impact in Africa. *Cross-cultural communication*, 8(3), 46–54.

Phillipson, S. N., & McCann, M. (2007). *Conceptions of giftedness: Sociocultural perspectives*. Lawrence Erlbaum Associates.

Pike, K. L. (2015). *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior* (Vol. 24). Walter de Gruyter GmbH & co KG.

Raina, M. K., & Srivastava, A. K. (2000). India's search for excellence: *A clash of ancient, colonial, and contemporary influences*. *Roeper Review*, 22(2), 102–108. <https://doi.org/10.1080/02783190009554011>

Ralushai, V. N. M. N. (1977). *Conflicting accounts of Venda history with particular reference to the role of Mutupo in social organisation*. Queen's University.

Recommendation 1248 on Education for gifted children (1994).

Serpell, R. (2014). Cultural models of childhood in indigenous socialization and formal schooling in Zambia. Em *Images of childhood* (p. 129–142). Psychology Press.

Settles, J. D. (1996). *The impact of colonialism on African economic development*.

Sternberg, R. J. (2007). Intelligence and culture. *Handbook of cultural psychology*, 547–568.

Taylor, C. A., & Kokot, S. J. (2000). The Status of Gifted Child Education in Africa. Em *International Handbook of Giftedness and Talent* (p. 799–815). Elsevier.  
<https://doi.org/10.1016/B978-008043796-5/50057-7>

Tourón, J., & Freeman, J. (2018). Gifted education in Europe: Implications for policymakers and educators. Em S. I. Pfeiffer, E. Shaunessy-Dedrick, & M. Foley-Nicpon (Orgs.), *APA handbook of giftedness and talent*. (p. 55–70). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/0000038-004>

VandenBos, G. R. (Org.). (2015). *APA dictionary of psychology (2nd ed.)*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14646-000>

Zhang, Z. (2017). Gifted education in China. *Cogent Education*, 4(1), 1364881.  
<https://doi.org/10.1080/2331186X.2017.1364881>

## **CAPÍTULO 7: CONFLITOS HUMANITÁRIOS, FLUXOS MIGRATÓRIOS E INTERCULTURALIDADE**

Gabriel Silva-Medeiros

Mara Medeiros

Cleia Zanatta

### **Introdução**

Este capítulo trata de um estudo subsidiado por revisão de literatura baseada em artigos científicos e livros, que visa propiciar análises e reflexões acerca do impacto dos conflitos humanitários que suscitam fluxos migratórios sobre a interculturalidade. A questão norteadora deste trabalho baseia-se na seguinte pergunta: que relações se pode estabelecer entre os conflitos humanitários e os fluxos migratórios, sob o prisma do conceito de interculturalidade?

O texto justifica-se em face do contexto planetário, cujas demandas, no campo das relações internacionais, mas também em âmbito interno, têm-se revelado um convite desafiador às lideranças estatais e às sociedades, no sentido de promover diálogos e abertura interna e externamente, para aceitar, compreender, integrar e conviver com o estrangeiro migrante – sobretudo quando os problemas basilares não se resolvem dentro da própria pátria, gerando nos povos desconfiança e mesmo aversão ao estranho expatriado.

O capítulo se organiza em torno dos seguintes objetivos: apresentar a concepção dos termos interculturalidade, multiculturalidade, transculturalidade, conforme Weissmann (2018) e reflexões de Levinas (2018) e de Han (2019), que os problematiza em paralelo à questão do hiperculturalismo; analisar, à luz das contribuições de Taylor (2011) e Lipovetsky (2005), o tema conflitos humanitários; caracterizar os fluxos migratórios como consequência das crises humanitárias e refletir os impactos dos conflitos humanitários que geram fluxos migratórios sobre a interculturalidade, nas perspectivas de Bauman (1998), Weissmann (2018) e Levinas (2018).

## **Interculturalidade, multiculturalidade, transculturalidade e hiperculturalidade**

O diálogo intercultural abre a discussão, como proposta-desafio, acerca das possíveis soluções aos conflitos humanitários ou, pelo menos, sobre como mitigá-los. Mas, em que consiste a interculturalidade? Pode ser que na literatura o termo apareça junto de outros dois, multiculturalidade e transculturalidade, sendo importante entender a diferenciação.

Segundo Weissmann (2018), a multiculturalidade é definida por um conjunto de culturas que estão em contato, mas não se misturam, e permanecem no mesmo patamar. As diferenças ficam restritas a cada cultura, “[...] possibilitando pensar no que os antropólogos chamam a lógica do Um, que só tem uma verdade a seguir e uma forma de pensar o mundo” (WEISSMANN, 2018, p. 24). A lógica do Um é binária e embasada na ideia de que uma ideia é correta e a outra é diferente, portanto, errada. Só há complementaridade das ideias similares, favoráveis ao pensamento dominante.

O conceito de multiculturalismo tem matiz colonialista, pois implica que um povo é conquistado por outro cuja cultura, desse modo, surge impositiva sobre as outras. “Isso acarreta ainda a generalização e a universalização dos conceitos culturais, porque intentam anular as culturas diferentes, para dar preponderância à cultura colonizadora que exerce o poder” (WEISSMANN, 2018, p. 24). Segundo a autora, as críticas endereçadas ao multiculturalismo, tipicamente, focam na prevalência de um sistema segregador e em visões etnocêntricas que obrigam a reconhecer apenas uma cultura.

A transculturalidade, por seu turno, enquanto conceito, sugere que as disciplinas não perdem sua especificidade

[...] e se permitem procurar nas bordas para achar o que lhes é comum e estabelecer encontros possíveis, ou respostas que deem conta de uma situação desde diversos pontos de vista. Propõe um trânsito pelo que é comum, ao mesmo tempo que estabelece um intercâmbio a partir das bordas, e não exige que nenhuma disciplina abandone sua perspectiva, nem sua posição. Para instaurar um diálogo, precisam-se de pontos de vista diferentes, porém, para entrar verdadeiramente em diálogo, precisamos sair de nosso ponto de vista e ser o suficientemente permeáveis para escutar o outro e permitir se modificar (WEISSMANN, 2018, p. 25)

A expressão “transcultural” é utilizada pela etnopsicanálise, corrente austro-húngaro-francesa de pensamento, que combina um olhar antropológico com o psicanalítico. Na análise de Weissmann (2018), o termo enfatiza mais a cultura e seus atravessamentos sociais que a intersubjetividade do caso a caso. Nota-se que a autora ressalva, na citação acima, a necessidade

de sair do ponto de vista próprio para escutar o outro, para entrar verdadeiramente em diálogo. É aí que entra o conceito de interculturalidade.

O prefixo “inter” sinaliza uma posição intermediária, de reciprocidade e interação, “interpondo uma forma de estabelecer uma ponte, uma intermediação, um encontro para formar uma rede na interculturalidade” (WEISSMANN, 2018, p. 26). Em seu dizer, o conceito de interculturalidade dá conta das culturas em conflito e em diálogo, sem a ambição de apagar as diferenças, mas fazer com que as mesmas “conversem”. Em que pese a visão psicanalítica, que não é o foco deste trabalho, os autores concordam que “a interculturalidade permite ampliar horizontes, dando lugar às diferenças e apontando ao enriquecimento e mudança contínuas (WEISSMANN, 2018, pp.27-28).

O filósofo Byung-Chul Han (2019) pensa esses três conceitos de modo distinto, comparando o Mundo Ocidental com o Extremo Oriente. Para ele, interculturalidade e multiculturalidade são um fenômeno ocidental. A seu ver, a ideia de uma interculturalidade põe na base da cultura uma essência, uma “alma”. Escreve:

Um inter deve, então, trazer as culturas essencializadas em uma relação “dialógica”. Por esse modo de compreender a cultura, essa troca cultural não é um processo pelo qual a cultura se deixa ser o que ela é, mas um ato especial, digno de exploração. **A interculturalidade funciona conforme o modelo de intersubjetividade ou interpessoalidade que prefigura os humanos como sujeito, ou seja, como pessoa**” (HAN, 2019, pp. 97-98) (grifo nosso).

A multiculturalidade não seria tão diferente, no sentido de que não compreende a cultura. Parece que, para Han (2019), se a interculturalidade faz a balança pesar demais para o indivíduo, com a multiculturalidade “pode-se aproximar as diferenças culturais de *agora* com ‘integração’ ou ‘tolerância’. A multiculturalidade estabelece, assim, pouco espaço para a penetração ou espelhamento mútuos” (Han, 2019, p. 98). Ambas as definições caminham para um conceito de cultura interiorizado, embasado em um *ser* dotado de substância e esta é uma forma de ver as coisas, perpetuada no pensamento ocidental. O Extremo Oriente, noutra via, não se norteia pela substância (essência), mas pela relação. Assim, o mundo é mais uma rede que um ser; o Extremo Oriente, segundo Han (2019), pensa de modo reticulado. Enquanto lhe falta multiculturalismo, manifesta-se cada vez mais a hiperculturalidade.

Aqui, entra em cena o termo transculturalidade: “diante do dialógico da interculturalidade, a transculturalidade acentua o aspecto do ultrapassamento de fronteiras e limites”. “Transculturalidade [...] quer indicar que [...] as formações culturais de hoje em dia [...] naturalmente *passam pelas* fronteiras clássicas, as atravessam” (WELSCH, 1994, p. 84

*apud* HAN, 2019, p. 102). A hiperculturalidade não oblitera tais fronteiras; é justaposição proxêmica de variadas formas culturais:

e no espaço hipercultural, no hipermercado de culturas, não se “passeia”. Formas, representações, sons e cheiros culturais diferentes que perderam seu lugar originário oferecem-se em um espaço sem fronteira e limites. [...] Onde tudo já está disponível no presente, desaparece também a ênfase na partida e na chegada. O turista hipercultural sempre já chegou. Não está de passeio como “caminhante”, nem é “trabalhador fronteiro”. A passagem e o trânsito não pertencem à espacialidade hipercultural (HAN, 2019, p. 103).

Vê-se que Han (2019) constata bem a ausência de qualquer alteridade na cena hipercultural, o que, por sua vez, impossibilita o diálogo, a troca. O filósofo continua: “não o trans, não o multi ou o inter, mas o hiper é que caracteriza a constituição cultural de hoje. As culturas, *entre* as quais haveria um inter ou trans, tornam-se des-limitadas, des-localizadas, distanciadas em hipercultura” (Han, 2019, pp. 104). A globalização traz o hiper (condensação, conectividade, acumulação, justaposição de signos, símbolos, imagens, sons e representações), sobrepujando o multi, o trans e o inter.

Han (2019) parece tomar uma posição favorável à transculturalidade, ao passo que Weissmann (2018) prefere a interculturalidade. O denominador comum a ambos é que surge a possibilidade do diálogo com a diferença, e é isso que se preconiza como algo importante ao humano neste trabalho. O século XXI, caracterizado pela globalização, exige uma Ética do diálogo com a alteridade, com a diferença, quiçá de maneira imperativa, já que a ausência de tal política de condutas criou favorável terreno a um dos capítulos mais tenebrosos da História. Nesse sentido, ressaltar-se-á o pensamento do filósofo judeu Emmanuel Levinas (1906-1925), para o qual há uma dissimetria radical entre “eu” e “outrem”. O outro humano me precede, está acima de mim, de tal modo que tomá-lo como um instrumento é inadmissível. Seu rosto, em sua nudez, é um apelo para a minha vocação, a saber, a da transcendência. Minha resposta a esse apelo consiste no substrato da relação ética (LEVINAS, 2021). Diz o pensador:

O rosto pede-me e ordena-me. A sua significação não é uma ordem significada. Permita-me dizer que, se o rosto significa uma ordem a meu respeito, não é da maneira como um signo qualquer significa o seu significado; esta ordem é a própria significância do rosto (LEVINAS, 2021, p. 81).

O Holocausto, somado às outras expiações e acontecimentos do século XX, exigia que o ser humano fosse tomado como coisa, ou seja, adotou uma radicalidade humanística, até mesmo imperativa. Diante disso, o pensamento levinasiano foi extremamente crítico, já que, para esse filósofo, quando o eu é alvo da mirada de outrem,



[...] sou por ele responsável, sem mesmo ter de assumir responsabilidades a seu respeito; a sua responsabilidade incumbe-me. É uma responsabilidade que vai além do que faço. Habitualmente, somos responsáveis por aquilo que pessoalmente fazemos. Digo, em *Autrement qu'être*, que a responsabilidade é inicialmente por um outrem. **Isso quer dizer que sou responsável pela sua própria responsabilidade** (LEVINAS, 2021, p. 80). (grifo nosso).

“Diálogo”, portanto, é uma palavra de peso, no que se refere a lidar saudavelmente com as diferenças entre culturas que se imiscuem, se confrontam e se transformam na contemporaneidade. Todavia, uma série de contingências pode ocorrer e engendrar fluxos migratórios, não raro compulsoriamente, feitos de um contingente populacional que, ao chegar nas “novas fronteiras”, encontra, justamente, hostilidade e indisposição ao diálogo. Essa gente, então, vê-se num limbo, pois, por diversos motivos, não pode voltar à terra natal, sendo então encaminhada a campos de refugiados, permanecendo ali à mercê da “boa vontade” de Organizações Não Governamentais. Analisar-se-á, a seguir, mais detalhadamente a questão.

### **Os conflitos humanitários**

O tema conflitos humanitários apresenta-se no panorama da ciência sob ângulos diferenciados, e neste capítulo, apoiou-se nas contribuições dialogadas entre Taylor (2011) e Lipovetsky (2005).

Taylor (2011), cientista político canadense, avalia que a sociedade e a cultura contemporâneas estão acometidas por três mal-estares: o individualismo, a razão instrumental e a perda da liberdade. Segundo o autor, esse contexto nivela e estreita as pessoas ao lançá-las à sua própria individualidade, de tal modo que, de um lado, desertifica-se o campo das grandes causas, da coletividade; de outro, insufla-se o Eu puro em sua interminável busca de si mesmo.

O individualismo, para Taylor (2011), representa uma grande conquista da era moderna. O ser humano libertou-se das determinações divinas e passou a escolher o modo de viver, de pensar e de ser por si mesmo, conquistando o direito a decidir sobre convicções e ideologias pelas quais se orientar. No entanto, segue o autor, a preocupação centrada na vida individual retirou das pessoas a mirada para os horizontes sociais. Valores e tradições que organizavam a existência comunitária e atribuíam significado ao mundo, oferecendo um propósito maior à vida, se perderam ensejando um certo desencanto – o primeiro mal-estar a que o autor se refere: “[...] o lado sombrio do individualismo é o centrar-se em si mesmo, que

tanto nivela quanto restringe nossa vida, tornando-a mais pobre em significado e menos preocupada com os outros ou com a sociedade” (TAYLOR, 2011, p.14).

A razão instrumental é concebida por Taylor (2011) como “o tipo de racionalidade em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de sucesso” (p.14). Guiada pela lanterna individualista, a razão instrumental decompõe os vínculos em resultados maximizados, coisificando as pessoas, que se tornam obsoletas quando sua utilidade já não existe. A superficialidade volatiliza e empobrece as relações, cada vez mais despersonalizadas, virtuais e passíveis de “cancelamento”. Esse estado de coisas implica um receio – segundo mal-estar – de que “coisas que deveriam ser determinadas por outros critérios serão decididas em termos de eficiência ou análises de ‘custo-benefício’, de que os fins independentes que deveriam guiar nossa vida serão eclipsados pela demanda para maximizar a produção” (TAYLOR, 2011, p.15).

Esse contexto desagua no que Taylor (2011) considera a perda da liberdade. Para o autor, há uma sensível alienação da esfera pública pela sociedade, com transferência do controle político para o Estado. O relativismo, pautado no princípio do respeito mútuo, sugere que cada um deve cuidar de si, e que não se deve contradizer os valores de outrem, e, aos poucos, afasta as pessoas do horizonte social, com o que não se engajam mais, deixando que o Estado delibere. Mas, quando é mais importante ocupar-se de si mesmo e não se deseja implicar com questões coletivas, o que se desvela é a desresponsabilização social e isso tem um preço. O terceiro mal-estar surge, na medida em que as agremiações perdem a força e a participação nas deliberações coletivas se abrandam: “o cidadão individual é abandonado sozinho perante um estado burocrático vasto e se sente, corretamente, impotente. Isso desmotiva o cidadão ainda mais, e o ciclo vicioso do despotismo suave está posto” (TAYLOR, 2011, p. 19).

O filósofo francês Lipovetsky (2005), por sua vez, parece dialogar bem com as conjecturas de Taylor (2011), ao apontar uma sociedade obcecada com a descoberta do eu, assinalada pela despolitização e por certa desafeição e apatia generalizadas. Findos os anos 1960, as esperanças revolucionárias e movimentos como a contracultura foram deixando a pauta político cultural da época, aos poucos substituída pelos interesses meramente pessoais, a despeito da crise econômica.

É o “fim do *homo politicus* e surgimento do *homo psychologicus*, à espreita do seu ser e do seu maior bem-estar.” (LIPOVETSKY, 2005, p. 33). A ênfase dada ao presente pulveriza o sentimento de uma continuidade histórica e a sociedade rumo despreocupada com a tradição ou a posteridade:

Ao mesmo tempo em que coloca o futuro entre parênteses, o sistema procede à ‘desvalorização do passado’, em razão de sua avidez de soltar-se das tradições e das limitações arcaicas, de instituir uma sociedade sem amarras e sem opacidade; com essa indiferença pelo tempo histórico instala-se o narcisismo coletivo, sintoma social da crise generalizada das sociedades burguesas, incapazes de enfrentar o futuro de outro modo, a não ser com desespero (LIPOVETSKY, 2005, p. 33).

Considerando o narcisismo como um registro constitutivo da personalidade pós-moderna, Lipovetsky (2005), em sintonia com as observações de Taylor (2011), afirma que este Narciso é a resultante de um processo universalizado que rege o funcionamento social, cujo cerne reside no abandono dos valores e finalidades sociais, decorrentes da personalização progressiva.

Crises humanitárias, nesse contexto, podem eclodir por conta de um progressivo desinteresse individual pela dimensão coletiva, de sorte que os vínculos entre sujeito e comunidade vão se tornando cada vez mais opacos. O reconhecimento ético de um humano pelo outro, aqui resvalado a segundo plano, perde força em detrimento dos interesses do eu, que se tornam restritos àquilo que lhe trará qualquer sorte de benefício consumível. A expressão “crise humanitária” surge quando outrem já não é mais visto como tal, e além disso, reduzido a estereótipos negativos mobilizados por preconceitos das mais diversas ordens.

### **Os conflitos humanitários e os fluxos migratórios**

A impossibilidade do diálogo intercultural (WEISSMANN, 2018) ou da ampliação de fronteiras (HAN, 2019) pode surgir conforme dão a ver certos *apartheids* no curso da História, que acontecem até hoje. A coletividade de um território se une formando um “nós” que se opõe ferrenhamente ao estrangeiro, ao ente que não pertence ao grupo. Um exemplo

desses casos é o Holocausto – ou Shoah, que, segundo Bauman (1998): “foi um acontecimento sem precedentes. Em praticamente cada um dos seus aspectos ele é único e não permite comparação com o passado, não importa quão sangrentos, praticados contra grupos previamente classificados como estranhos, hostis ou perigosos”. (p. 52)

O antissemitismo, dirá o sociólogo, difere de outros casos de hostilidade intergruppal duradora, no sentido de que as relações sociais, ideias e práticas antissemitas não geraram, na Alemanha nazi, conflito entre dois grupos estabelecidos territorialmente, que se confrontam em pé de igualdade (Bauman, 1998). Eram relações entre uma maioria e uma minoria: entre uma população hospedeira e um grupo menor que reside em seu meio. Ora, não haveria “fenômeno Hitler” sem uma população nativa que o apoiasse. Assim, entre maioria e minoria, entre mais fortes e mais fracos, cria-se uma identidade coletiva do tipo “nós” que se diferencia “deles” (Bauman, 1998). Sendo assim, conforme as reflexões do autor, acaba sendo criado o entendimento de que é preciso segregar:

Os alvos do antissemitismo ocupam, de regra, o status semanticamente confuso e psicologicamente debilitado de estrangeiros dentro de casa, dessa forma ultrapassando uma fronteira vital que deveria ser traçada com clareza e mantida intacta e inexpugnável; e é mais provável que a intensidade do antissemitismo continue proporcional à urgência e ferocidade da atitude de traçar e definir fronteiras. O mais comum é o antissemitismo ser uma manifestação da ânsia de preservação de fronteiras e das tensões emocionais e preocupações práticas que provoca (Bauman, 1998, p. 54).

Inicialmente, os guetos eram o destino da população-alvo do regime nacional-socialista (dentre os quais, destacam-se, majoritariamente, judeus). Esses lugares, de condições precárias e muito bem separados no perímetro urbano, foram se tornando superpopulosos. Paralelamente, contudo, surgiam e aperfeiçoavam-se as “fábricas da morte”, os *Lager* – campos de concentração – voltados para o trabalho escravo e o extermínio em massa, que recebiam tais pessoas e davam-lhes cabo.

A refratariedade à diferença, contida no projeto hitleriano – que unia motivações políticas e ódio ao povo judeu –, não acabou com o fim da Segunda Guerra Mundial. As estruturas daquela segregação ainda existem aí afora. No mínimo, reaparecem mais sofisticadas, insidiosas, travestidas de outras narrativas, de maneira velada. Mas que estruturas

seriam essas? Zygmunt Bauman (2009), na obra **Confiança e medo na cidade**, fala dos impasses entre a convivência com o estrangeiro. Racionalmente, o diálogo seria desejável, através da transculturalidade (Han, 2021) ou da interculturalidade (Weissman, 2018), **mas o ser humano procura as diferenças para estabelecer fronteiras** compulsivamente e por um outro motivo. A argumentação de Bauman (2009) consiste em dizer que “[...] porque se demarcam fronteiras é que, de repente, as diferenças emergem, que as percebemos e nos tornamos conscientes delas” (Bauman, 2009, p. 75). As fronteiras, são importantes, pois “[...] não importam quais sejam essas diferenças, o que as determina é a natureza das fronteiras que traçamos. Cada fronteira cria suas diferenças, que são fundamentadas e relevantes” (Bauman, 2009, p.76).

E ademais,

viver numa cidade significa viver junto – junto com estrangeiros. Jamais deixaremos de ser estrangeiros: permaneceremos assim, e não interessados em interagir, mas, justamente porque somos vizinhos uns dos outros, destinados a nos enriquecer reciprocamente (Bauman, 2009, pp. 74-75).

Mas toda a potencial riqueza dessa experiência (que poderia ser partilhada através do diálogo, do *logos*) é olvidada. Bauman (2009) fala de um paradoxo lógico: quanto mais o espaço e a distância se reduzem, maior é a importância que sua gente lhe atribui. Quanto mais depreciado é o espaço, “[...] menos protetora é a distância, e mais obsessivamente as pessoas traçam e deslocam fronteiras. É sobretudo nas cidades que se observa essa furiosa atividade de traçar e deslocar fronteiras entre as pessoas” (Bauman, 2009, p. 75).

### **Impactos da crise humanitária e do fluxo migratório sobre a interculturalidade**

Por qual motivo, então, na pólis, o cidadão tanto se ocupa com fronteiras? Na resposta de Bauman (2009), parece que as estruturas segregadoras pós-modernas carregam algumas marcas do século passado (como se haveria de esperar), ganhando, todavia, o aspecto líquido, célere, sem solidez que caracteriza o mundo globalizado. Pois se ao longo da História as fronteiras eram hirtas, resultantes de grandes tratados que dividiam o globo em “qual colônia

pertencia a quem”, hoje, o próprio sujeito, e não necessariamente o Estado-nação, estabelece e desfaz fronteiras a todo tempo, com critérios extremamente contingentes, tipo seus sentimentos. Assim, as relações interpessoais se tornam extremamente utilitárias. Na era do *Terceiro Reich*, encaminhava-se o indesejado ao gueto com admoestações e signos tornados, pelo regime, vexatórios (obrigava-se a pessoa a andar com a *Estrela de Davi* muito bem-marcada na roupa). Hoje, o indesejável talvez ainda mantenha seu status negativo, mas, com a diminuição das distâncias – um efeito globalizante – constitui o panorama urbanizado.

Retomando a pergunta inicial do parágrafo, Bauman (2009) responderá que a obsessão em estabelecer fronteiras

[...] deriva do desejo, consciente ou não, de recortar para nós mesmos um lugarzinho suficientemente confortável, acolhedor, seguro, num mundo que se mostra selvagem, imprevisível, ameaçador, de resistir à corrente, buscando proteção contra forças externas que parecem invencíveis e que não podemos controlar, nem deter, e menos ainda, impedir que cheguem perto de nossas casas, de nossas ruas. **Seja qual for a natureza dessas forças, todos as conhecemos pelo nome – esclarecedor, mas desviante – de globalização, ou [...] planetarização** (Bauman, 2009, pp. 76-77). (Grifo nosso).

Bauman (2009) reconhece dois pontos fundamentais: todos dependemos uns dos outros, mas ninguém assume a responsabilidade, “ninguém detém o controle do que chamamos “espaço global” (Bauman, 2009, p. 77). Aqui, dá-se a ver a potência do pensamento levinasiano, segundo o qual o homem é responsável pela responsabilidade de outro na relação ética. Todavia, o chamado espaço global mais se assemelha ao *Western* hollywoodiano; as pessoas são totalmente imprevisíveis e “[...] na verdade, os vencedores são os que escapam primeiro do campo de batalha, e não os que permanecem” (Bauman, 2009, p.77).

Cabe mencionar, nessa dialética do “nós versus os ‘estranhos’” o papel da Ética do consumo e seu peso no paradigma da descartabilidade dos homens. Pois no dizer do próprio Bauman (2009), as pessoas das quais se quer defender nas cidades advêm de verdadeiros “[...] depósitos onde se descarregam os problemas criados e não resolvidos no espaço global” (Bauman, 2009, p. 78). São grandes contingentes populacionais em jogo. O terrorismo internacional, p. ex., para Bauman (2009), é consequência da *no man’s land* global, só que foram bombeiros locais, vítimas locais, polícia local a ter de lidar com os efeitos do 11 de Setembro em NY, ou nos atentados em Madri contra a estação ferroviária. **“Tudo recai sobre**

**a população local, sobre a cidade, sobre o bairro”**, dirá Bauman (2009, p.79), com sua impecável precisão sociológica, trazendo ao leitor o modo como os problemas culturais da época se tornam, inevitavelmente, intrassubjetivos.

Ele escreve:

Definitivamente, ao impor a rápida modernização de lugares muito distantes, o grande mundo do livre mercado, da livre circulação financeira, criou uma enorme quantidade de **gente “supérflua”**, que perdeu todos os meios de sustento e não pode continuar a viver como seus antepassados. **São os indivíduos obrigados a deslocar-se, a deixar os lugares onde são refugiados para se transformar em imigrantes econômicos, imigrantes que, em seguida, vão para outra cidade.** Mais uma vez, são os recursos locais que têm de resolver como acomodá-los (Bauman, 2009, p. 79). (grifo nosso).

As tensões locais desses fluxos migratórios surgem, por sua vez, no ponto em que os emigrados trazem consigo as marcas dos horrores de guerras distantes, da fome, da escassez de recursos, levando os nativos a ocuparem-se de delimitar fronteiras patologicamente. O imigrante, o expatriado é uma figura que representa, para Bauman (2009), nosso pior pesadelo, “[...] de que nós mesmos, em virtude das pressões desse novo e misterioso equilíbrio econômico, possamos perder nossos meios de sobrevivência e nossa posição social” (Bauman, 2009, p. 79); ele rompe, abruptamente, aquele recorte seguro, traçado pela compulsão por fronteiras. A nudez de sua face, puro signo sem significação, fura a bolha num ato relâmpago, denunciando a verdade da frágil e precária constituição humana:

[...] ninguém quer se lembrar dessas coisas horríveis todos os dias, coisas que preferiríamos esquecer. Assim, por inúmeros motivos, os imigrantes tornaram-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteiras (Bauman, 2009, p. 80).

Resta a esse contingente populacional os campos de refugiados, a vida na informalidade, o subemprego, e outras formas de vida potencialmente nocivas a sua dignidade. Nos países que recebem tais fluxos, é bem provável que o diálogo não seja o primeiro movimento do povo. Bauman (2009) fala na “mixofobia”, que é a convivência com estrangeiros e os preconceitos tidos em relação aos mesmos.

Outrossim, Lipovetsky (2011) destaca que o fluxo migratório impõe ao mundo sociedades crescentemente multiculturais. As políticas estatais devem se orientar para a diversidade cultural como algo pertinente, vital e mutuamente enriquecedora e, assim, “assegurar uma melhor integração social das populações oriundas da imigração, lutando contra as discriminações de que elas são vítimas.” (p.187).

Taylor (2014), a seu turno, aponta duas vertentes políticas predominantes no globo, a política da dignidade igual e a política da diferença, que discutem os conflitos humanitários a partir do valor universal da potencialidade humana, mas que se distanciam por posicionamentos conflitantes. Com efeito, a política da dignidade igual, centrada na ideia de que “todos os seres humanos são igualmente dignos de respeito” (p. 252), exige para todos o reconhecimento de determinados direitos universais, com risco de homogeneizar as coletividades, na medida em que determina o tratamento igual, ao ponto de ofuscar o que é diferente. Já a política da diferença, que se baseia na potencialidade humana de “formar e definir a própria identidade, tanto como indivíduo quanto como cultura” (p. 253), defende que se reconheça e respeite a identidade particular de cada um. O risco é de ensejar visões unilaterais e preconceituosas acerca de outras culturas.

Deve haver um meio-termo entre a exigência inautêntica e homogeneizante de reconhecimento de igual valor, de um lado, e o autofechamento em padrões etnocêntricos do outro. Há outras culturas, e temos de viver juntos cada vez mais, tanto em escala mundial como na convivência no interior de cada sociedade (TAYLOR, 2014, p.273).

Em polos opostos, portanto, tais perspectivas políticas não encontram diálogo possível para equacionar a questão das crises humanitárias.

### **Considerações finais**

Se as pessoas, núcleos basilares das comunidades a que pertencem, não se dispõem a um posicionamento menos relativista diante dos seus pares, se prescindem solidariedade, senso de coletividade, abertura para o diálogo e o entendimento perante o diferente, dificilmente as democracias podem corresponder aos anseios sociais.



Outrossim, se as políticas governamentais não respondem ao ideal de dignidade e seus cidadãos sofrem o desemprego, a fome, a falta de segurança, como seus povos irão abrir-se a receber o estrangeiro – muitas vezes visto como um concorrente a lhe ameaçar o pouco que tem – sem rechaça-lo com indignação, preconceito e discriminação?

Em tempos de polarização, relativismo e indiferença, próprios do paradigma individualista que norteia a vida contemporânea, o grande desafio está, ao que parece, em favorecer o diálogo e o reconhecimento do outro, nos espaços socioeconômicos, educacionais, culturais. Investir no debate em prol de soluções conjuntas, no plano das relações internacionais, mas também dentro dos limites territoriais que desenham as culturas internas, no sentido de mitigar a miséria, a violência, a insegurança, a precariedade da saúde, a falta de educação para a ética, tudo isso parece ser o melhor caminho, embora, sim, bastante desafiador.

Assim, a justiça social pode operar sobre e com as sociedades no combate às desigualdades e discriminações enfrentadas pelos diferentes, inclusos aí os povos em seus fluxos migratórios, favorecendo que o diálogo intercultural rompa as fronteiras e abra caminho para um ser humano ético, que respeite o trânsito digno e livre do outro, porque, reconhecidamente, cidadão do mundo.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Jorge Zahar Editores, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HAN, Byung-Chul. **Hiperculturalidade: cultura e globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LEVINAS, Emmanuel **Ética e Infinito**. Florianópolis: Edições 70, 2021.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. Companhia das Letras, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Manole, 2005.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. 2. ed. Edições Loyola, 2014.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. É Realizações, 2011.

WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 16 abr. 2024.

## **CAPITULO 8 - MIGRAÇÕES, INTERCULTURALIDADE E CIDADANIA: ANÁLISE DO MOVIMENTO SOCIAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Catalina Revollo Pardo

Mohammed ElHajji

### **Introdução**

Com a intenção de aportar elementos para os estudos migratórios Sul-Sul, analisamos neste capítulo a configuração e ação de coletivos, grupo, associações e projetos sociais da população de imigrantes latino-americana da cidade do Rio de Janeiro. Por meio de uma estratégia metodológica qualitativa de análise crítica intercultural, articulando os dados do trabalho de campo realizado com 12 coletivos e os conceitos teóricos de cidadania ativa transnacional. Descata-se a configuração de processos de reivindicação de uma cidadania ativa transnacional para os imigrantes, por meio da prática intercultural ligada à reivindicação da América Latina no Brasil. Trazendo alguns resultados do projeto de pós-doutorado dos autores, realizado de 2017 a 2022, desenvolvido no grupo de pesquisa DIASPOTICS: migrações / diásporas / tics do programa de pós graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS – Instituto de Psicologia e o programa de pós-graduação Comunicação e Cultura-Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A tendência dos fluxos migratórios ao se dirigir prioritariamente para as cidades na atual conjuntura global, e a configuração de novos modos associativos, por parte dos sujeitos migrantes nos contextos urbanos acontece apoiada por redes locais, nacionais e globais de migrantes e instituições, que propiciam encontros entre migrantes; estes encontros têm gerado a configuração de movimentos sociais de migrantes na lógica de organização da sociedade civil e no enquadramento dos novos movimentos sociais, tais como coletivos sociais de migrantes e redes destes coletivos.

A crescente migração para as cidades traz consigo riscos e oportunidades para os imigrantes e refugiados, para as comunidades receptoras e governos. Os migrantes nas cidades geram novas estratégias para gerir a mobilidade, dão novas formas aos contextos urbanos e por sua vez a vida dos migrantes é modelada pela vida das cidades. Questões como habitação, emprego, educação e saúde, são alguns dos assuntos que a população migrante reivindica e ajuda a construir ou revitalizar nas cidades com os seus recursos e ideias. As novas parcerias entre grupos de migrantes, os governos municipais, estaduais e federal, a sociedade civil e o setor privado vêm desenvolvendo projetos políticos para atender a este desafio<sup>1</sup>, mas é prioritário destacar às iniciativas autônomas e independentes; ideadas e geridas pela população imigrante, apátrida e refugiada que mesmo sem parcerias (ou esporádicas parcerias) com o setores público, privado ou organizações da sociedade civil, estão há décadas trabalhando e lutando por políticas públicas para garantir os direitos da população migrante desde a perspectiva da cidadania intercultural.

Para este projeto há uma necessidade de analisar os movimentos dos migrantes na cidade do Rio de Janeiro, sendo que é o segundo local de acolhida e apresenta características urbanas particulares, como ser a cidade que acolhe a maior quantidade de turistas do continente sul-americano e, também, o polo que atrai a maior quantidade de migrantes ligados à cena cultural musical.

Na primeira parte do capítulo é preciso aprofundar a reflexão teórica metodológica sobre transnacionalismos e as globalizações. Num segundo momento se analisaram os processos de organização da sociedade civil no atual contexto político, econômico, social; na que vem se desenvolvendo propostas alternativas de organização, como o são os coletivos, no contexto dos novos movimentos sociais, e como a população migrante, inserida neste contexto vem configurando estratégias organizativas próprias. Na terceira e última parte do artigo apresentaram-se e analisaram alguns dos resultados da pesquisa com coletivos sociais da população de imigrantes latino-americanos da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> *Ibidem.*

## Globalizações e Transnacionalismos

Na atualidade, a migração não corresponde só ao fato de se deslocar de um lugar a outro, os sujeitos e coletivos diaspóricos na atualidade se configuram pelos deslocamentos territoriais ou/e midiáticos<sup>2</sup>, no sentido de que aprofunda a noção de espaço-temporal, onde a compressão do espaço tempo é um fenômeno histórico-tecnológico através do qual o espaço é aniquilado através do tempo, produzindo o “encolhimento do mundo”, fazendo com que a complexidade do tempo–espaço torne cada vez mais complexa a circulação de pessoas, coisas e informações<sup>3</sup>.

Depois da segunda guerra mundial, as potências européias acharam que poderiam simplesmente deixar suas colônias, abandonando as consequências do imperialismo, mas a interdependência global atua em vários sentidos no sistema capitalista neoliberal. Há movimentos para fora do centros urbanos do norte global de mercadorias, imagens, estilos ocidentais de vida consumista, e um enorme movimento de pessoas das periferias globais indo para estes centros, num dos períodos mais longos e sustentados de migração não planejada impulsionada pela não sustentabilidade da vida nos territórios; pela crise climática, pela insegurança alimentar, pela não distribuição da riqueza, pelos regímenes governamentais autoritários, pelas dívidas externas acumuladas e pelas guerras. Assim, as pessoas em situação de vulnerabilidade do planeta acabam por acreditar na “mensagem” do consumismo global e se mudam para os locais de onde vem os “bens” e onde as chances de sobrevivência são maiores.<sup>4</sup>

Depois dos anos 70, a globalização ainda está ligada ao esquema das desigualdades estruturais de riqueza e poder, mas suas formas de operação são irregulares e globais, o que prova que o sistema está passando por uma fase “transnacional”, onde seu “centro” cultural está em todo lugar e em lugar nenhum. Em outras palavras é “descentrado”. “A globalização é descentralizante em seus efeitos”, os espaços e tempos afetados pelas novas tecnologias afrouxam os laços entre a cultura e o “lugar”. Deste modo, a globalização tem incrementado o

---

<sup>2</sup> ELHAJJI, Mohammed, *Centralidade do Cultural na Cena Contemporânea: Evolução Conceitual e Mudanças Sociais*.

<sup>3</sup> HARVEY, David, *Condição pós-moderna; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*.

<sup>4</sup> HALL, Stuart, *Pensando a Diaspora Reflexões sobre a terra no exterior. In: Da Diaspora Identidades e Mediações Culturais*.

fluxo de pessoas entre diferentes territórios, provocando alterações no que antes se entendia por território e identidade. No mundo fragmentado de hoje, a territorialidade ganha relevância na produção de identidades culturais, abrindo caminhos para as ações de mobilização ao reconhecimento.<sup>5</sup>

Os coletivos da população migrantes geram processos de reconhecimento para colocar no cenário sociopolítico e cultural a conformação de identidades interculturais numa perspectiva transnacional. O referencial extra-estatal (do território ou da cultura de origem) serve como catalizador semântico simbólico para a ativação e a efetivação dos discursos de reconhecimento e identificação e diferenciação dessas comunidades, saindo do quadro comunitário local de pertencimento étnico-cultural. Esta mudança, foca o aspecto info-temporal e tecno-organizacional do processo de globalização, já que a particularidade da época contemporânea reside na rearticulação das redes sociais e de produção em torno das TICs. A especialidade dessas tecnologias, por sua vez, consiste no deslocamento das instâncias de mediação política, econômica e social da dimensão espacial para a temporal<sup>6</sup>.

Muitas pessoas têm dificuldade em se relacionar ou produzir uma localidade (viver e pensar, numa comunidade situada), assim a condição do transnacionalismo se caracteriza pela disjunção entre território e subjetividade. Na mesma linha, o conceito de transnacionalismo é utilizado para analisar: (a) a morfologia social das diásporas e comunidades transacionais; (b) o tipo de consciências, (conectadas em comum entre um aqui e um lá, que não só se limitam a uma questão espaço-temporal, destacando também o ciberespaço); (c) os modos de reprodução cultural, gerando a transformação de identidades por meio da mídia global e meios de comunicação, gerando novos espaços culturais e novas cartografias; (d) as vias para o capital (analisa as configurações transacionais da globalização do capital, o surgimento de uma classe capitalista transacional e o trânsito de envio de remessas), (e) o espaço de engajamento político, na dialética de que os assuntos globais e locais, não se encaixam nas políticas nacionais, materializados nas dinâmicas nas organizações internacionais, não governamentais e nos movimentos sociais transacionais; (f) a reconstrução do local, pela alta mobilidade e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's). A internet tem contribuído para a

---

<sup>5</sup> *Ibidem* p. 36.

<sup>6</sup> COGO, Denise, *Et alii, Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transacionais*.

compreensão da realidade translocal<sup>7</sup>, onde tem surgido novas “(trans)localidades”<sup>8</sup>.

A ideia de transnacionalidade diz respeito aos modos de organização e ação das comunidades humanas inseridas em mais de um quadro social nacional estatal, tendo referências culturais, territoriais e/ou linguísticas originais comuns, e conectadas através de redes sociais transversais que garantem algum grau de solidariedade ou identificação além das fronteiras formais de seus respectivos países de destino. Sendo um fenômeno próprio da realidade sociopolítica contemporânea, profundamente marcada por uma forte ruptura entre os níveis estatal e indentitário, pelos movimentos migratórios internacionais consequentes do conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais e humanos que vêm transformando de modo radical o nosso mundo e a nossa percepção do mundo há quase dois séculos. Esse fatores vão desde os movimentos de colonização, as guerras, a industrialização e urbanização, o aumento da pobreza em outras regiões, o boom midiático e o barateamento dos meios de transporte, passando por motivos e motivações de ordem subjetiva.<sup>9</sup>

As TICS, a articulação das redes sociais, ligada à interfase, vem reordenando as maneiras em que acontece o transnacionalíssimo migratório. Os meios de transporte e acesso à tecnologia de comunicação são fatores que articulam as experiências de multiterritoriais e revolucionam a dinâmica sócio espacial contemporânea. Este vínculo do transnacionalíssimo migratório e as experiências comunicacionais procura identificar outros modos de vivência da cidadania dos migrantes, não só no contexto macro político, mas também sobre instâncias micropolíticas do cotidiano. Sendo assim, as migrações do lado das culturas urbanas, dos processos simbólicos da juventude e do mercado informal são as principais dinâmicas socioculturais que geram e incrementam os processos interculturais<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> VERTOVEC, Steven, *Conceiving and Researching Transnationalism*.

<sup>8</sup> APPADURAI, Arjun, *apud*. VERTOVEC, Steven, *Conceiving and Researching Transnationalism*, p. 1118.

<sup>9</sup> ELHAJJI, Mohammed, *Rio de Janeiro-Montreal; conexões transnacionais ruidos interculturais*, p. 33

<sup>10</sup> COGO, Denise, *Et alii, Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*.

A proposta de realizar uma análise transaccional neste capitulo se fundamenta no interesse de compreender o contexto do engajamento político-cultural dos movimentos sociais transnacionais, que reivindicam assuntos globais e locais, problematizando as fronteiras, os estados-nação e categoria de cidadania.

### **Sociedade Civil e Movimentos Sociais**

A articulação e ação dos processos da sociedade civil nas cidades vêm gerando outros tipos de processos organizativos dos movimentos sociais. Os novos movimentos sociais são a maioria de base urbana os quais estavam afastados do caráter classistas dos movimentos sociais de base sindical e camponesa, atuando em muitos contextos alienados aos sistemas econômicos e aparelhagem políticas das instituições, com as transformações no cenário político internacional do fim da guerra fria, e a simbiose entre democracia ocidental e capitalismo, os movimentos sociais se posicionaram aos poucos como atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania<sup>11</sup>.

Nos movimentos sociais clássicos, a luta política está estruturada na dinâmica das classes no interior das sociedades capitalistas, ações de mobilização localizadas centradas e hierarquizadas. Os chamados novos movimentos sociais, é um segundo modo de estruturação das ações sociais na atualidade, estruturas mais fluidas descentralizadas e menos hierarquizadas. Estes movimentos se definem, não só como sociais, mas também como movimentos culturais, enfatizando agendas de gênero, etnia, juventude, religiosidade; reivindicando o reconhecimento da diversidade cultural. Processo intimamente ligado ao aprofundamento dos mecanismos e instituições democráticas nas sociedades ocidentais capitalistas. A configuração dos novos movimentos sociais acontece ancorado ao sistema capitalista, porém os cenários das cidades globais é um território de múltiplos territórios sobrepostos, fértil para a sua concepção e desenvolvimento. Sendo assim, os novos movimentos sociais conseguiram mais legitimidade em suas ações quando os governos e suas instituições assumiram práticas políticas cooperativas, em caminho a solucionar às demandas dos coletivos sociais. Estas mudanças nas interações políticas levaram ao reconhecimento legal do status jurídico e político de tais organizações, chegando a arranjos institucionais e políticos entre os

---

<sup>11</sup> MACHADO, Jorge Alberto. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*.



movimentos sociais e o Estado, como é o notório “boom” das organizações não-governamentais (ou do terceiro setor) nos anos noventa<sup>12</sup>.

Mesmo com as mudanças dos movimentos sociais com o passar do tempo e as mudanças dos cenários políticos, o objetivo primordial se mantém: a participação cidadã por meio da atuação de sujeitos ativos para assinalar e erigir propostas para as políticas públicas e assim promover uma nova realidade social construída participativamente. Na atualidade, as lutas dos movimentos sociais estão ligadas à procura da cidadania ampla, esta busca faz que novos conceitos passem a integrar a agenda da sociedade civil organizada, tais como: aceitação, convívio, diferença/igualdade, inclusão, compartilhamento, pertencimento, diálogo, comunicação<sup>13</sup>.

Partindo do consenso dos intelectuais contemporâneos<sup>14</sup>, estamos em um outro momento dos movimentos sociais e um novo modelo de associativismo civil dos jovens, ele é diferente das rebeliões dos anos sessenta e das ações coletivas dos movimentos altermundistas recentes. São diferentes nas temáticas, repertórios, estratégias de comunicação, configuração identitária, pertencimento sociocultural e de classe e participação política.

O essencialíssimo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas<sup>15</sup>; reivindicação de raça, gênero, étnica, economia solidária na luta contra a globalização; contando com sujeitos de diferentes idades e diferentes tipos de atividades laborais (rurais ou urbanas), inovando nas maneiras de manifestar e protestar<sup>16</sup>.

Após o final da primeira década do século XXI, os movimentos sociais mudaram novamente seus territórios e o eixo de seus repertórios discursivos. A luta antiglobalização, característica dos movimentos altermundialistas, passa a ser uma luta para a negação da globalização e seus efeitos sobre a economia e o social. Os indignados da globalização, especialmente após a crise financeira de 2008; contestando uma sociedade precária com aguda desigualdade sócio-econômica, perda de direitos sócio-políticos, exclusão de migrantes, entre outros. As formas de comunicação entre estes movimentos também mudaram, a comunicação online transformou-se na arma de luta com o ciberativismo. Os movimentos dos anos noventa

---

<sup>12</sup> *Ibidem.*

<sup>13</sup> PAIVA, Raquel. *Política de minorias: comunidades e cidadania.*

<sup>14</sup> HARVEY, David, *et al.* Occupy. ; GOHN, Mara da Gloria. *Sociologia dos Movimentos Sociais.*

<sup>15</sup> *Ibidem.*

<sup>16</sup> GOHN, Mara da Gloria. *Sociologia dos Movimentos Sociais.*

são diferentes dos atuais, são produtos da conjuntura e estrutura dos movimentos sociais deste tempo, na que se reconhece a globalização como produtora de excluídos. Novas dinâmicas associativas de ação coletiva são geradas por estes movimentos alterglobalizantes, suportadas na interfase das TICs articuladas às marchas, ocupações e manifestações, que voltam com maior intensidade na cena política<sup>17</sup>. No livro *Cidades Rebeldes*<sup>18</sup>, destaca-se que o uso do espaço público na cena destes movimentos é até mais relevante do que o fluxo de informação pela internet.

Os coletivos de migrantes, agindo em sintonia com o ambiente midiático, podem produzir um jogo de aparecimento/ocultamento que determinam suas ações sociais com caráter flutuante, gerando o conceito de minoria flutuante com o qual se pretende reconhecer o existir e agir de alguns coletivos presentes na atualidade. Trata-se de processos associativos diferentes aos que até então tipificados por um movimento contundente e permanente. Estes coletivos de migrantes atuam nos quotidianos locais, nacional e mundial, fazendo uso de métodos tradicionais e inovadores, reivindicando a luta por uma cidadania intercultural e digna<sup>19</sup>.

### **Coletivos, associações, grupos e projetos da população migrante latino-americana na cidade do Rio de Janeiro entre 2012 e 2017.**

Neste estudo a interculturalidade é assumida como método de análise das dinâmicas dos coletivos de migrantes. Com o ângulo da interculturalidade, o contexto social é compreendido na sua diversidade, com múltiplos significados e pluralidade de suas manifestações existenciais, marcados pelas camadas constitutivas de seu imaginário do que pelas fronteiras temporárias e artificiais que os definem oficial e formalmente<sup>20</sup>.

Aderindo à proposta do grupo de pesquisa *Dispotics*, a proposta metodológica está organizada em três frentes: a observação, conversação e interpretação. A nossa condição como

---

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> HARVEY, David, *et al.* *Occupy*.

<sup>19</sup> PAIVA, Raquel. *Política de minorias: comunidades e cidadania*.

<sup>20</sup> A partir da perspectiva de ELHAJJI (2007)

pesquisadores imigrantes constitui uma vantagem considerável para esta aproximação e concede grande sensibilidade para a pesquisa.

Nesta fase da pesquisa, escolheram-se 12 coletivos, dos quais apresentam-se características de (a) composição, (b) ideias e ações, (c) tipo de atividades e (d) ideias e ações que reivindicam suas condições de migrantes. Os critérios para selecionar estes 12 coletivos foram: (a) estar compostos por 3 ou mais pessoas imigrantes, podendo o coletivo contar com membros brasileiros, (b) se as ideias e ações que realizam reivindicam suas condições de migrantes e (c) que a periodicidade das atividades de ocupação do espaço público na cidade do Rio de Janeiro aconteça, pelo menos, duas vezes ao ano.

A continuação apresenta-se as características dos coletivos, associações, grupos e projetos:

<b>Tabela – 1</b>	
<b>Nome / índole</b>	<b>Composição</b>
Banda Musical Songorocosongo / Grupo musical	<p><b>Integrantes; 8;</b> 4 imigrantes da américa latina e 4 brasileiros.</p> <p>Gênero masculino</p> <p><b>Período:</b> 2005 a 2015</p> <p><b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Principalmente no centro e zona sul do Rio de Janeiro, outras cidades do Brasil e algumas cidades da américa latina.</p>

A Banda Musical Songorocosongo foi um coletivo que desenvolveu atividades culturais com e sem finalidade lucrativa. Esta banda conta com composições musicais próprias, com a proposta de ressaltar o portunhol e misturar os ritmos de raiz da américa hispano falante e o Brasil. Suas ações estão compostas por: composição de músicas híbridas com referências brasileiras, latinas e balcânicas; realização de festas; configuração do bloco songorocosongo para o carnaval carioca. Reivindicam por meio da cultura a integração da América Latina e a presença de imigrantes no cenário carioca.

<b>Tabela –2</b>	
<b>Nome / índole</b>	<b>Composição</b>
Grupo Sayari / Grupo de danças	<p><b>Integrantes:</b> 12 Inicialmente 10 integrantes, todos peruanos. Posteriormente entraram uma mulher italiana e algumas brasileiras.</p> <p>Gênero: feminino e masculino.</p> <p><b>Período:</b> 2007 até 2017</p> <p><b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Principalmente centro, zona norte e zona sul do Rio de Janeiro.</p>

O Grupo de danças Sayari realizou atividades culturais sem fins lucrativos. Este coletivo cultural tem como objetivo dar visibilidade para as danças folclóricas peruanas no Rio de Janeiro, suas ações são ensaios e apresentações em festas, teatros e espaço público, sendo reconhecidos pelo consulado peruano no Rio de Janeiro.

<b>Tabela – 3</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
Associação Mawon / Organização Social	<p><b>Integrantes:</b> Integrantes pessoas refugiadas e imigrantes de diversos países e brasileiros.</p> <p>Gênero: feminino e masculino.</p> <p><b>Período:</b> 2012 até hoje</p> <p><b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Diferentes regiões da cidade e outras cidades do Brasil e da região da América Latina.</p>

A Associação Mawon é uma organização sem fins lucrativos que trabalha na integração de imigrantes, refugiados e apátridas com ações voluntárias. Faz diversas atividades: assessoria para os migrantes sociojurídica, inserção laboral e social; atendimento psicológico, atividades culturais, culinária, atividades recreativas, cursos e oficinas, entre outras. Esta associação reivindica a integração dos migrantes e refugiados na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil e na América Latina.

Tabela – 4	
Nome/ índole	Composição
Banda Musical Kumbiamba / Grupo Musical	<b>Integrantes:</b> 6 Imigrantes da América Latina e brasileiros. Gênero: feminino e masculino <b>Período:</b> 2008 até 2015 <b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Maioritariamente centro e zona Sul do Rio de Janeiro.

Kumbiamba foi um grupo de música colombiana, formado por músicos de diversos países latino-americanos e brasileiros que moraram no Rio de Janeiro e fizeram de seu show uma grande mistura cultural, realizou atividades culturais/ musicais com e sem fins lucrativos. Reivindicaram a presença de legados culturais colombianos no Rio de Janeiro, através da difusão da música especificamente do caribe (cumbia de raiz e seus derivados), com interpretações que misturam toques e sons de outras músicas como a música brasileira e a afro-peruana.

Tabela –5	
Nome/ índole	Composição
Movimento social e político Marcha Patriótica capítulo Brasil-Rio de Janeiro/Movimento social e político	<b>Integrantes:</b> 10 integrantes imigrantes colombianos. Gênero feminino e masculino <b>Período:</b> 2011 até 2017 <b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro.

O Movimento social e político Marcha Patriótica – capítulo Brasil, foi considerado um coletivo social e político sem finalidade lucrativa, que desenvolveu principalmente dois objetivos: (a) dar visibilidade à situação político colombiana dentro da agenda política brasileira e (b) inserir a população de pessoas colombianas migrantes no Rio de

Janeiro na discussão deste processo político. Reivindicaram a participação política a partir das ações do movimento social internacionalista.

<b>Tabela 6</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
Coletivo de Djs Balkumbia / Projeto de DJs.	<b>Integrantes:</b> Três integrantes: imigrantes argentinos e brasileiros.  Gênero feminino e masculino <b>Período:</b> 2016 até 2017 <b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Centro.

O coletivo cultural Balkumbia realizou atividades com finalidade lucrativa. O também chamado Balkumbia Sounds, apresenta ritmos surgidos da mistura entre o Balkan e a cumbia, junção dos projetos Festa Balkanica (da cidade do Rio de Janeiro) e o projeto da Dj argentina Pity Vicari intitulado: Kumbia Nena. Promoveu festas na rua, que ressaltam a hibridização dos ritmos de várias latitudes sendo um ponto de encontro para a noitada dos migrantes e turistas da cena carioca alternativa.

<b>Tabela 7</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
Coletivo Colombianxs por la paz / Coletivo politico e social	<b>Integrantes:</b> Número flutuante (entre 20 e 8 integrantes) de colombianos e colombianas residentes na cidade do Rio de Janeiro.  Gênero feminino e masculino <b>Período:</b> 2016 até 2018 <b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Principalmente centro e zona sul e zona norte.

O coletivo *Coletivo Colombianxs por la paz* desenvolveu atividades acadêmicas, culturais e políticas; sem fins lucrativos. O coletivo nasceu com os objetivos de: (a) coletar

assinaturas e mobilizar ações de exigibilidade do direito ao sufrágio no processo de plebiscito pela assinatura do acordo de paz entre FARC-EP e o governo colombiano em 2016, exigindo garantias suficientes para o exercício deste direito perante o Consulado Geral da Colômbia em São Paulo e outras autoridades colombianas. (b) Acrescentar e somar às ações de outros coletivos de migrantes de caráter cultural e político, já existentes na cidade do Rio de Janeiro. A partir do Brasil, reivindicaram a mobilização cidadã pelas ações em relação ao tema da paz na Colômbia, acompanhando a implementação do acordo de paz e desenvolve diferentes ações transnacionais para construir práticas de paz em períodos e conjunturas políticas de crise na América Latina.

<b>Tabela – 8</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
Grupo de Dança Aguasalá / Grupo de Dança	<p><b>Integrantes:</b> 11 Mulheres de: Argentina, Uruguai, Estados Unidos, República Dominicana, Peru, México, Chile, Brasil, Colômbia e Itália. Algumas com dupla nacionalidade, além de outros integrantes ancorados a oficinas ou projetos específicos.</p> <p>Gênero feminino</p> <p><b>Período:</b> 2012 até hoje.</p> <p><b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> centro, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, México, Colômbia, Chile e espaço virtual.</p>

O grupo Aguasalá é um grupo de danças folclóricas afro-latino-americanas (norte, centro e sul-americanas), realiza atividades culturais sem fins lucrativos, procurando a integração latino-americana através da dança e música dos povos negros da nossa América.

<b>Tabela – 9</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
La Clandestina/ Coletivo de Djs e artistas.	<p><b>Integrantes:</b> 7 integrantes imigrantes da América Latina.</p> <p>Gênero feminino e masculino</p> <p><b>Período:</b> 2012 até 2020</p>

	<b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> centro e zona sul do rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Salvador.
--	--

La Clandestina foi um coletivo de amigos migrantes que adoram proporcionar música para as pessoas dançarem nas ruas. Desenvolvem mixtapes inspirados nas produções tradicionais, experimentais, independentes e alternativas dos cantos de *Nuestra América*. Foram atividades culturais com e sem fins lucrativos. A reivindicação em relação a sua condição como migrantes era promover nas cidades espaços contra hegemônicos de encontro entre as diferentes culturas. Realizaram intervenções urbanas alternativas com música, gastronomia e dança em praças e parques, acreditam na livre expressão cultural da população migrante no Brasil. Link vídeo sobre o coletivo: <https://www.youtube.com/watch?v=Eba-Wv2bBWQ>

<b>Tabela – 10</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
Resto-Bar Estrelas de Babilônia / Resto-bar-pousada-espaço cultural	<b>Integrantes:</b> 4 Integrantes: Imigrantes da América Latina e Europa. Gênero feminino e masculino <b>Período:</b> 2013 até hoje  <b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b> Zona Sul na comunidade Babilônia e alguns eventos específicos em diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro.

O empreendimento Estrelas da Babilônia é um projeto que surge a partir de um restô-bar, pousada e espaço cultural que desenvolve atividades de turismo, ecoturismo e culturais com e sem fins lucrativos. Reivindica ser uma referência sociocultural, ecológica e turística na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, onde moradores da Babilônia e turistas nacionais e estrangeiros, possam desfrutar de um lugar onde a beleza, a paz e a harmonia, permitam gerar uma relação com amor e respeito em harmonia com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável. O projeto desenvolve atividades culturais e com movimentos sociais promovendo uma cultura de paz e não violência na favela.



<b>Tabela – 11</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
Ocupação Vito Gianoti / Ocupação política de moradia	<p><b>Integrantes:</b> Integrantes: Central dos Movimentos Populares, CMP, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, Movimento Sem Terra - MST e a União Nacional de Moradia Popular - UNMP.</p> <p>População flutuante, aproximadamente. 20 pessoas, entre os quais dois são imigrantes chilenos.</p> <p>Gênero feminino e masculino.</p> <p><b>Período:</b> 2016 até hoje</p> <p><b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b></p> <p>Não foi autorizado divulgar a zona de ação da ocupação.</p>

A Ocupação Vito Gianoti é um coletivo que realiza atividades políticas, acadêmicas, culturais sem fins lucrativos, nas quais reivindica a luta pelo direito à moradia digna.

<b>Tabela – 12</b>	
<b>Nome/ índole</b>	<b>Composição</b>
Mulheres Latinoamericanas #VivasNosQueremos / Coletivo Feminista	<p><b>Integrantes:</b> 9 Integrantes da América Latina e Europa.</p> <p>Gênero feminino</p> <p><b>Período:</b> 2016 até 2019</p> <p><b>Zona da cidade onde realizam a maioria de suas atividades:</b></p> <p>Diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro.</p>

O coletivo social Mulheres Latinoamericanas #VivasNosQueremos nasceu com o objetivo de acompanhar e apoiar os processos feministas latino-americanos na cidade do Rio de Janeiro, realizando atividades acadêmicas e culturais sem fins lucrativos. Elas reivindicaram a presença de migrantes feministas latinas (não necessariamente latino-americanas) residentes

no Rio que desejavam articular-se ao processo da luta feminista a partir de seu lugar de migrantes diversas.

Os coletivos, grupos, projeto e associação apresentados, são e foram formados por migrantes de diferentes latitudes, com destaque à presença dos migrantes latino-americanos e caribenhos. Como podemos observar são coletivos em sua maioria mistos, que desenvolvem atividades culturais sociais e política com e sem fins lucrativos. Um item interessante para ser analisado é como as estratégias político econômicas e culturais transnacionais estão intimamente relacionadas com a sobrevivência e reivindicação da população migrante. Também é importante ressaltar que a localização geográfica do desenvolvimento das atividades da maior parte dos coletivos que integraram a pesquisa está na região central e sul da cidade. A utilização da web se apresentou ativa e diversa em narrativas e imagens, destacando o valor das fotografias dos eventos e a produção gráfica em torno dos mesmos, como elementos de identificação para a população imigrante. Também vale destacar a opção de trabalhar com a denominação coletivos para diversos processos associativos que se enunciam de maneira diferente e que em sua descrição foram especificados. Decidimos apresentar coletivos de um recorte temporal anterior e por isso alguns deles já não estão mais em atividade, mas suas ações e ideias foram referências para outros coletivos que surgiram posteriormente, considerando a importância de construir a memória dos processos de articulação da comunidade refugiada, imigrante e apátrida na região.

### **Conclusões abertas – Cidadania Ativa Transnacional num Contexto Intercultural**

Cabe questionar, como estes processos da recente configuração dos movimentos sociais da última crise do capitalismo global, tem atravessado a configuração da cena política das lutas dos sujeitos migrantes. Tentando compreender esta dinâmica, a hipótese que propomos é quem perante os movimentos sociais, que reivindicam recuperação da cidadania digna (em oposição às precárias condições do atual sistema-mundo globalizado); ocorre a integração dos sujeitos migrantes a esta reivindicação.

O local das pessoas em situação de migração parte da dupla ausência, sendo o não-

nacional<sup>21</sup> e as iniciativas associativistas dos migrantes reivindica uma cidadania ativa.

A noção de cidadania ativa, torna-se útil, nessa perspectiva para nos deslocar da percepção de uma cidadania atribuída e distribuída pelos Estados, e nos situamos em outra ótica relacional que deixa Estado e sociedade na disputa e negociação de recursos e direitos cidadãos.<sup>22</sup>

Os sujeitos migrantes vão se configurando como cidadãos interculturais ocupantes de cidades, que reconhecem e lutam pelo reconhecimento das múltiplas identidades que vão se configurando com seus deslocamentos. Eles desafiam os paradigmas que sustentam as políticas migratórias de assimilação cultural.

Os movimentos migratórios têm se empenhado em diferentes contextos, na articulação de uma cidadania ativa, na luta por espaços de exercício da cidadania universal, entendida como uma instância de cidadania social que se pauta pela criação de princípios universais capazes de regerem, incluírem ou se combinarem com a diferença presente no espaço público para além da exclusividade de pertencimentos, locais, regionais e nacionais. Nenhum migrante seria considerado ‘ilegal’, ‘irregular’ ou ‘clandestino’, fora de seu país e não enfrentaria restrições jurídicas ao acesso de trabalho, educação, saúde, etc.<sup>23</sup>

No marco da cidadania ativa surgem as demandas relacionadas à cidadania intercultural dos migrantes, já que não só demandam o direito à igualdade de condições como cidadãos, mas também demandam o reconhecimento na diferença<sup>24</sup>, na que misturam-se dimensões universais e particulares das identidades culturais ligadas ao contexto de origem e de destino, caminho

---

<sup>21</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*.

<sup>22</sup> CORTINA, Adela, *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*, p.46

<sup>23</sup> *Ibidem*, p.46.

<sup>24</sup> DE SOUZA SANTOS, Boaventura, *Nuestra America: reinventando um paradigma*. In: *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*.

possível para lidar e construir uma cidadania universal reconhecida na diferença<sup>25</sup>.

O foco está nos coletivos, grupos, associações e projetos latino-americanos, com uma perspectiva crítica, considerando o diferencial dos processos migratórios com uma lente interseccional de gênero-raça-classe diferenciada nas migrações sul-sul, destacando a configuração de processos indentitários na construção da América Latina, região dentro da qual o Brasil está inserido enquanto parte da América do Sul. Os migrantes com estas intervenções urbanas desafiam os paradigmas que sustentam a cidadania moderna, sendo conscientes de que são a metáfora cotidiana que materializa a configuração do momento pós Estado-Nação.

Os coletivos políticos trabalham em articulação com os coletivos culturais, reivindicando por meio de diversas estratégias a prática de uma cidadania transnacional, construindo articulações políticas ligadas à cidade e ao país (fazendo vínculos políticos com: instituições do Estado e município, partidos políticos e movimentos sociais) para reivindicar na agenda política local, as consignas e necessidades das problemáticas dos movimentos sociais dos países que representam, como é o caso dos pedidos de solidariedade para com as vítimas do conflito social político econômico e armado colombiano ou as demandas por justiça nos contextos de extrema violência no México. Estes coletivos também articulam estratégias e demandam de sua participação nos processos políticos dos seus países de origem além das fronteiras. Assim como no contexto brasileiro se involucram no debate das políticas públicas para construir uma cidadania intercultural digna plena de direitos.

### Referências

COGO, Denise.; ELHAJJI, Mohammed.; HUERTAS, Amparo (eds). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Bellaterra : Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona. 2012.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

---

<sup>25</sup>COGO, Denise, *Et alii, Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*.

ELHAJJI, M. Papel da Comunicação Comunitária Cultural na Construção de Espaços Identitários Transnacionais. In: Bruno Fuser. (Org.). *Comunicação para a Cidadania*. Rio de Janeiro: E-paperes, 2008.

\_\_\_\_\_. Papel da Comunicação Comunitária Cultural; na construção de espaços identitários transnacionais. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação* [SEPP]. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 2007.

\_\_\_\_\_; ZANFORLIN, Sofia. A Centralidade do Cultural na Cena Contemporânea: Evolução Conceitual e Mudanças Sociais. Porto Alegre: *Revista FAMECOS*, 2009.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro-Montreal; conexões transnacionais ruídos interculturais. In COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (eds). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Bellaterra : Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona. 2012.

GOHN, Mara da Gloria. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed. Cortez. 2014.

HALL, Stuart. Pensando a Diaspora Refleções sobre a terra no exterior. In HALL, Stuart, *Da Diaspora Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade?. In por SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), *Identidade diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petropolis: Vozes, 2003, 103-133.

HARVEY, David. et al. *Occupy*. São Paulo: Ed. Bom Tempo; Carta Maior. 2012.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna*; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

\_\_\_\_\_. *Cidades Rebeldes*: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Ed. Carta Maior, Ed. Bom Tempo. 2014.

MACHADO, Jorge Alberto. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano. 9. nº.18, jul-dez 2007, 248-285.

PAIVA, Raquel. Política de minorias: comunidades e cidadania. *AgoraNet*, nº 3, 2007.  
Em: <http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/03/paiva-raquel-politica-de-minorias.pdf>

DE SOUZA SANTOS, Boaventura. Nuestra America: reinventando um paradigma. In DE SOUZA SANTOS, Boaventura. *A Gramatica do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008,191–223.

SAYAD. Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

VERTOVEC, Steven. Conceiving and Researching Transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 22, No. 2, University of Oxford, 1999.

## ÍNDICE REMISSIVO

- ANSIEDADE, 7, 59  
Associação Psicológica Americana, 81  
CIDADANIA, 21  
Colonialismo, 84  
Comportamento Social, 40  
Cultura, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 46, 47, 48, 52, 53, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 95, 96, 98, 104, 106, 110, 116, 121, 124, 126, 131, 134  
Cultura Negra, 27  
CULTURAS POPULARES, 7, 22, 24, 28  
Desenvolvimento De Talentos, 82  
Dimensão Humana De Cultura, 24  
Dotação, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89  
EDUCAÇÃO, 7, 50  
Etnias Antigas, 37  
Fatores Sociais, 11  
Gênero, 17, 22, 23, 28, 29, 31, 35, 67, 81, 86, 112, 113, 124  
IMIGRANTES SÍRIOS, 7, 37  
Interculturalidade, 3, 8, 135  
INTERCULTURALIDADE, 2, 7, 10, 50, 107  
INTERSECCIONALIDADE, 28  
Luta Pelo Poder, 39  
MOBILIDADE TRANSCULTURAL, 7, 81  
MULHERES, 28  
Participação Feminina Negra, 22  
Perspectiva Transcultural, 61, 66, 72  
PESSOAS DOTADAS, 7, 81  
Pessoas Vhavenda, 85  
População, 10, 17, 19, 20, 44, 50, 67, 85, 101, 103, 107, 108, 110, 114, 118, 120, 122  
Refugiados, 37, 38, 42, 43, 44, 47, 98, 103, 104, 108, 117  
Relações De Poder, 22, 24, 26, 32, 40  
Representações Sociais, 10, 11, 19, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 49  
RESIGNIFICAÇÃO, 7, 37  
Saúde Global, 63  
Síria, 37, 38, 43, 45  
Sociedades, 11  
Talentos, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91  
Velhice, 10, 11, 13, 16, 21

## **DOS AUTORES**

### **Alberto Abad**

Possui graduações em Administração de Empresas Turísticas (1991) e Psicologia (2007). Concluiu a pós-graduação em Hipnoterapia Ericksoniana pela Universidad Autónoma de Nuevo Leon (UANL - 2006). Fundou e desempenhou o papel de primeiro tesoureiro no Colegio de Psicólogos de Baja California Sur A.C. (2008). Alcançou o título de Mestre em Estudos de Fronteira (PPGEF-UNIFAP - 2018). Recentemente, lecionou disciplinas e módulos em Psicologia na Universidade de Tijuana (CUT - México), na Universidad del Desarrollo Profesional (UNIDEP - México) e no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM - Rio de Janeiro). É doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com especialização em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Psicologia da Mobilidade Transcultural. Participou ativamente do Projeto de Extensão "Talento Plural" do Departamento de Psicologia da UFJF e atuou como docente no projeto "Talentos e (Super)doações: Desenvolvimento e Educação". Ademais, é membro fundador do Laboratório Virtual de Neuropsicometria Afetiva, Cognitiva e Comportamental (LAVINACC).

### **Adriana Pires Arezzo**

Cursando o Doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF); possui Mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas (IUPERJ), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Ciências Biológicas pela Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE). Cursou pós-graduação em Planejamento Ambiental e Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é professora no Centro Universitário La Salle/RJ, nos cursos de Pedagogia e Direito; e professora de Sociologia da Secretaria Estadual de Educação (SEE/RJ). Desenvolve pesquisas nas áreas de sociologia da educação; sociologia jurídica; metodologias de ensino em ciências naturais; educação ambiental; formação de professores e pesquisa narrativa (auto)biográfica. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Processos de Formação Institucionais (GEPPROFI/UFF), coordenado pela professora Dra. Eda Maria de Oliveira Henriques.



### **Angelina Accetta Rojas**

Doutora em Ciências da Educação pela UDELMAR, Chile, Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em Ciência da Arte pela Universidade Federal Fluminense; Arte-Educadora, com especialização em História da Arte, Educação Infantil e Musicalização. Professora do Unilasalle/RJ; Membro do Conselho Editorial da Revista Conhecimento & Diversidade, Arte-Educadora do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho. Coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura do Unilasalle/RJ, Curadora da Galeria de Arte La Salle. Pesquisadora e curadora de exposições e eventos artísticos e acadêmicos; Gestão de Acervos de Arte; Criação e montagem de exposições com mediações interdisciplinares.

### **Ana Claudia Ferreira Cezario**

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Docente no Curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira no campus de Juiz de Fora - MG. Experiência nas áreas de Psicologia Clínica, Social, Jurídica e acadêmica. Projetos de Extensão e Pesquisa na área de Violência Doméstica e da Psicologia Jurídica. Psicóloga e Proprietária da SENS: Psicologia e Saúde com abordagem na Terapia Cognitivo Comportamental.

### **Alberto Mesaque Martins**

Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNA, Licenciando em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Especialista em Psicologia em Saúde pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutor em Psicologia por esta mesma universidade (UFMG). Professor Adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), onde também atua como Docente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Saúde da Família do Instituto de Saúde (INISA) da UFMS.

### **Ana Lucia Mendes Teixeira**

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (1986), com doutorado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2017) e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2006). Possui especialização em psicodrama, dinâmica de grupo e marketing. É coordenadora e docente do

Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ). Atua no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNIVERSO/RJ.

### **Ana Tereza Andrade**

Doutora em Ciência da Literatura (UFRJ), com atuação em ensino e pesquisa. Experiência em ensino a distância, elaboração de material didático, treinamentos, metodologia de pesquisa e orientação acadêmica. Áreas de interesse: educação; ensino de português, português para estrangeiros; surdez; literatura; teatro; EaD.

### **Alissandra Braga**

Psicóloga e Neuropsicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia – UFRRJ, Neuropsicóloga – Santa Casa de misericórdia do RJ, Docente na UNIGRANRIO

### **Armando Araújo Silvestre**

Docente no IFSP, campus Bragança Paulista. Licenciado em Filosofia (Unicamp) e em Pedagogia (Anhembi Morumbi), bacharel em Teologia (SPS), Especialista em Gestão estratégica da EAD (Senac), Mestre e Doutor em Ciências da Religião (Unesp). Atuou como coordenador geral na SEB/MEC e como consultor especialista da OEI na SERES/MEC.

### **Bernardo Santos Amaral**

Atualmente é bacharelando em Direito na Universidade Católica de Petrópolis, participa do grupo de pesquisa denominado "GIPAC" e bolsista como pesquisador de IC pela FAPERJ.

### **Catalina Revollo Pardo**

Professora visitantes do Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS do Instituto de Psicologia e do Programa de Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Endereço: Av. Pasteur 250, Pavilhão Nilton Campos, Campus Praia Vermelha, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: [carevollo@gmail.com](mailto:carevollo@gmail.com)

Cleia Zanatta Pós-Doutorado em Psicologia na Escola de Psicologia da Universidade do Minho - Braga/Portugal (2019); Doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio

de Janeiro (2007); Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1986); Especialista em Psicologia Escolar/Educacional e Psicopedagogia (2002); Graduação pela Universidade Católica de Petrópolis em Pedagogia (1973), em Psicologia (1981) e em Direito (1999). Pesquisadora e Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu e da Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis/RJ. Atualmente tem interesse por estudos e pesquisas nas áreas de cognição social; processos psíquicos e construção da moralidade; crenças na espiritualidade e saúde psíquica; crenças e valores; crenças e sentido de vida; desenvolvimento cognitivo; autorregulação; aprendizagem.

### **Eduardo Godoy da Rocha**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007). Atualmente é psicólogo da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Pós-graduação Lato Sensu Psicologia do Trabalho: Gestão em Qualidade pela Universidade Católica Dom Bosco. Curso em Psicologia da Família em Abordagem Narrativa pelo Instituto Kenneth Martins Coelho. Curso Apoio Matricial na Atenção Básica com Ênfase nos NASF -AB pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Pós Graduação em Lato Sensu em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública do Governo de Estado do Mato Grosso do Sul. Pós Graduado em Stricto Sensu em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

### **Elis Crokidakis Castro**

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991), graduação em Letras - Português-Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), Mestrado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) com bolsa sanduiche na Faculdade de Roma- Italia - La Sapienza. Pós Doutora em Literatura Brasileira pela UFRJ e cursando Pós-doutoramento em Cinema no PPG Cine da UFF- "Cidades reais e cidades imaginárias". Atualmente é professor e desenvolve pesquisas sociais e antropológicas na área de violência contra a mulher e a criança, assim como vem trabalhando em projetos que visam o estudo das cidades sob uma abordagem multidisciplinar pensando sempre a sociedade, a cultura, o direito e a arte. Tem experiência na área de direitos humanos e sociais, Letras e Cinema, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, cinema, cultura, cidade, literatura e artes. Atua lecionando na Unilasalle, e FACHA .

### **Gabriel Silva Medeiros**

Graduou-se em psicologia pelo Centro Universitário FIPMoc em 2018. Atua como psicólogo clínico no setor privado. É coordenador e psicólogo clínico no Núcleo de Experiência Discente do Centro Universitário UNIFIPMoc. Especializou-se em Saúde Mental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Especializou-se em Terapia Cognitivo-Comportamental de Alto Rendimento para Sessões Breves pela Faculdade Unyleya. É mestrando em Cognição Social pela Universidade Católica de Petrópolis. Participou do programa de iniciação científica da FAPEMIG (PROIC-FIPMoc) desenvolvendo o trabalho de base fenomenológica "SER PESSOA, SER HOMEM E SER PSICÓLOGO: COMPREENDENDO AS DIMENSÕES DO MASCULINO NA VIDA PROFISSIONAL". Possui artigos publicados em psicanálise e diversas comunicações e banners em eventos. Ministra cursos em temas diversos da psicologia clínica pelo Instituto Existir Saudável. Interessa-se nos seguintes temas de pesquisa: Psicanálise, Logoterapia, Terapias Cognitivas, Cognição, Cognição Social, Psicopatologia e Saúde Mental.

### **Gabrielle Espósito Cavalcanti**

Mestranda em Psicologia pela UCP (Bolsista CAPES 2024), especialista em Psicologia Humanista Existencial pela UNESA (2022), especialista em Gestão de Pessoas pela AVM (2020) e graduada em Psicologia pela UNESA (2019). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela AVM (2012), Complementação Pedagógica pela AVM (2012) e graduada em Direito pela UCAM (2010). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Clínica, Psicologia Organizacional, Psicologia Escolar, Psicologia Jurídica e Cognição Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Violência Doméstica, Alienação Parental, Drogas, Transtornos Mentais, Gêneros, Burnout, Educação, Gestão de Pessoas, Planejamento de Carreira e Desenvolvimento de Networking. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Processo Penal, Contratos e Negociações Comerciais. Psicóloga na modalidade online. Contato: [psi.gesposito@gmail.com](mailto:psi.gesposito@gmail.com) / Instagram: [@psi.esposito](https://www.instagram.com/psi.esposito)

### **Iracema Abranchese**

Psicóloga, universidade Federal de Juiz de Fora

### **José Aparecido da Silva**

Mestre e Doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP e Pós-doutorado em Percepção e Psicofísica pela Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, USA. Livre Docente e Professor Titular Sênior em Psicometria e Medidas em Psicologia do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP. Atualmente é professor na Universidade Católica de Petrópolis e Universidade de Brasília e da USP. **E-mail:** [cienciausp@usp.br](mailto:cienciausp@usp.br)

### **Juliana Monteiro Mansur**

Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UCP e professora licenciada da UNESA

### **Júlia Teixeira Hirschle**

Doutoranda em ciência política no IESP-UERJ (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) e mestra em ciência política pela mesma instituição. Estuda democracia, representação política, minorias políticas, diversidade e ações afirmativas. Atualmente, pesquisa mandatos coletivos para a tese de doutorado. É pesquisadora do GEMAA-IESP (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa).Endereço eletrônico: [juliathr@gmail.com](mailto:juliathr@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/9171500486941465>

### **Julia Toneli Loretta Cunha**

Graduada no curso de Direito pela Universidade Católica de Petrópolis em 2022. Minha jornada acadêmica começou no ensino médio quando fui contemplada com a bolsa de pré iniciação científica do programa Jovens Talentos da Faperj em 2014. Na Universidade fui participante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Empírica (GIPAC-UCP) liderado pelo Prof. Dr. Klever Filpo e fui bolsista de iniciação científica nos projetos "Estudo de Casos de Judicialização e Mediação de Conflitos Escolares no município de Petrópolis" com orientação do prof. Dr. Klever Filpo (2018-2020); "Análise de Casos de Conflitos Escolares nas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais no Município de Petrópolis" com orientação do Prof. Dr. Flávio Mirza (2020-2021) e "Estudo de Casos de Mediação de Conflitos Escolares no Município de Petrópolis no contexto do Programa Municipal de Pacificação Restaurativa Petrópolis da Paz" com orientação do prof. Dr. Klever Filpo (2021-2022). Atualmente estou concorrendo a bolsa de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj.

### **José Carlos Tavares da Silva – Unilasalle e UNIGAMA**

Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (2004), mestrado em Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (1985) e doutorado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004). Atualmente é professor nos cursos de graduação em Psicologia da UNILASALLE, do UNIGAMA e da UNESA. É coordenador do curso graduação em Psicologia do UNIGAMA e coordenador de especialização em TCC do UNIGAMA.

### **Kleber Paulo Leal Filho**

Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ. Doutor em Direito. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Professor da Graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Administração de Conflitos (GIPAC/UCP-CNPq) e do Grupo de Pesquisa sobre Formas Consensuais de Administração de Conflitos em Perspectiva Empírica (FOCA/ITR-UFRRJ-CNPq).

### **Lélio Moura Lourenço**

Pós Doutor em Estudos da Criança pelo Instituto da Criança da Universidade do Minho - Braga, Portugal. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Possui Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho (1993). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Membro da APICSA - Asociación Psicológica Iberoamericana de Clínica y Salud. Coordenador/ (Líder) do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social -NEVAS. Membro da Comissão de política editorial da Revista Psicologia em Pesquisa UFJF. Membro da Sociedade Brasileira de Psicologia SBP. Membro da Asociación Científica Internacional de Psicopedagogía - ASOCIP. Conselheiro PROEX /CONEXC - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Relações Interpessoais, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia clínica, violência, crenças, trabalho, ansiedade social e saúde.

### **Luana Foroni Andrade**

Docente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Terapia Ocupacional do Campus Lagarto. Graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade de Uberaba. Especialista em Neurologia com ênfase em Neuropediatria pelo Instituto Brasileiro de Therapias e Ensino. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Física pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - Bolsista CAPES na linha de pesquisa Esporte, Condições de Vida e Saúde. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Atenção à Saúde pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade, Corpo e Cultura (GEPACC). Membro docente permanente pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares - PPGCult/UFS. Possui ações de ensino, pesquisa e extensão em saúde, educação e cultura com temas ligados à pessoa com deficiência, reabilitação, acessibilidade, inclusão, arte, corpo, corporeidade, cotidiano, território e comunidade.

### **Luciana Xavier Senra**

Psicóloga Doutora e Mestra em Psicologia e Professora dos cursos de graduação e mestrado da Universidade Católica de Petrópolis-UCP. E-mail: [senra.lx@gmail.com](mailto:senra.lx@gmail.com)

### **Luís Antônio Monteiro Campos**

Psicóloga Doutor e Mestra em Psicologia e Professora dos cursos de graduação e Coordenador do Mestrado em Psicologia e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidade da Universidade Católica de Petrópolis-UCP.

### **Mara Medeiros**

Graduada em Psicologia, pelas Faculdades Integradas Pitágoras - UNIFIPMoc; e em Direito, pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Está cursando Mestrado em Psicologia, com área de concentração em Cognição Social, campo de estudos em Psicologia Social, pela Universidade Católica de Petrópolis - UCP. Possui especialização lato sensu em: Psicologia positiva, ciência do bem-estar e autorrealização, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC-RS; em Logoterapia e Análise Existencial, pela Associação de Logoterapia Viktor Emil Frankl (ALVEF); e Faculdade Vicentina; Psicogerontologia, pela Faculdade UNIYLEYA; Didática: O Ensino e a Pesquisa na Educação, pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Direito, pela Universidade

Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Possui especialização em Logoterapia Clínica, pela ALVEF; MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Possui Formação em práticas clínicas mediadas por tecnologias, pela Casa dos Insights SP. Foi membro da comissão organizadora do Centro de Estudos em Logoterapia e Análise Existencial CELAE (2019) membro fundador e da comissão organizadora do Grupo de Estudos em Logoterapia e Análise Existencial de Montes Claros-MG LogoAtitude (2015-2019), membro no Grupo de Estudos Fenomenologia e Processos Subjetivos (2011-2014). Atua como psicóloga clínica e psicoterapeuta, em consultório próprio, com atendimento presencial e online. É professora no curso de psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc (Montes Claros, MG), onde leciona as disciplinas: Teorias e Sistemas Psicológicos, Psicossomática e Psicologia Hospitalar. É proprietária e diretora do Instituto Existir Saudável. IES (Montes Claros, MG), onde desenvolve projetos e ações em educação para a saúde, e atividades de consultoria e apoio à gestão de saúde, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Coordena o grupo de estudos "PsicoLogos", voltado para estudos em Logoterapia e Análise Existencial, Fenomenologia e Psicologia Clínica, desde 2020. É associada à Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial - ABLAE. Interessa-se nos seguintes temas de pesquisa: logoterapia, análise existencial, fenomenologia, psicologia positiva, cognição, cognição social, terapias cognitivas, psicopatologia e saúde mental, psicoterapia. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2233-184X>

### **Mariane Andrea Rocha**

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas (2021), mestrado em Culturas Populares pela Universidade Federal de Sergipe (2023) e atualmente finaliza a especialização em Educação Ambiental e Cultural no Instituto Federal de Alagoas (2023). É pesquisadora no Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo (2023), e colabora com o GETUC - Grupo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares em Turismo Criativo (2019) e do GEPACC - Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade, Corpo e Cultura (2021). Tem interesse nos Estudos Culturais com ênfase nas Culturas Populares, Identidades Culturais, Imaginários e Representações Sociais, além de se interessar também pelo estudo do Feminismo e de Relações Étnico-raciais de maneira transdisciplinar.

### **Maria Cristina Figueira Louro**

Dra. Pelo Programa de Pós- Graduação em Teoria Psicanalítica- UFRJ, Psicanalista, Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos - RJ desde 2001 e Professora adjunta da UNESA



### **Marcos Aguiar de Souza**

Possui graduação (UGF - 1993), mestrado (UGF - 1995) e doutorado em Psicologia (UFRJ - 2003), e pós-doutorado em gestão, com ênfase em métodos quantitativos, pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Lisboa - 2013). É Professor Titular do Departamento de Psicometria da UFRJ. Atua como professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Participa do GT da ANPEPP Cultura e Saúde nas Organizações. Tem interesse em técnicas de coleta e análise de dados, Construção e validação de instrumentos de medida e em Psicologia Positiva aplicada às Organizações, particularmente no que se refere a investigações envolvendo psicologia em contextos de atuação militar e de segurança pública. É coordenador, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia - ANPEPP, do Grupo de Trabalho PSICOLOGIA E SEGURANÇA (Código 6379281). Bolsita de produtividade PQ2 do CNPq. Contato: marcos.aguiar@pq.cnpq.br.

### **Mariane Andrea Rocha**

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas (2021), mestrado em Culturas Populares pela Universidade Federal de Sergipe (2023) e atualmente finaliza a especialização em Educação Ambiental e Cultural no Instituto Federal de Alagoas (2023). É pesquisadora no Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo (2023), e colabora com o GETUC - Grupo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares em Turismo Criativo (2019) e do GEPACC - Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade, Corpo e Cultura (2021). Tem interesse nos Estudos Culturais com ênfase nas Culturas Populares, Identidades Culturais, Imaginários e Representações Sociais, além de se interessar também pelo estudo do Feminismo e de Relações Étnico-raciais de maneira transdisciplinar.

### **Maxwell Aleixo Damásio**

Psicólogo Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e Técnico Trabalhador da Política Nacional de Assistência Social - SUAS na cidade de São - Paulo/SP. E-mail: [psicologodamasio@gmail.com](mailto:psicologodamasio@gmail.com)

## **Mirel Legrá Fleitas**

Bolsista de Pós-doutorado no Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil 2022 (FAPERJ/CNPq/UCP) na Universidade Católica de Petrópolis. Mediadora Extrajudicial formada pelo Cs Views Mediação e Arbitragem (2021). Mediadora Familiar formada pelo Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP) (2021). Doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2020). Mestrado em Direito Civil (2014) e graduada em Bacharelado em Direito pela Universidad de La Habana (2005). Forma parte do claustro de professores do Curso de formação de Mediadores de ODR-Ecuador. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM) da UFRJ. Pesquisadora no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de solução de conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora (Local Researcher - Cuba) no projeto de pesquisa mundial sobre Acesso a Justiça (Global Access to Justice Project - <http://globalaccesstojustice.com/>). Anteriormente em Cuba, atuou como Advogada-Chefe na Organización Nacionales de Bufettes Colectivos, (ONBC) (2012-2014). Atuou como Juiz Profissional Permanente do Tribunal Municipal de Arroyo Naranjo (2005-2012), sendo Juiz-Chefe do Tribunal Civil e da Família (2010-2012). Também foi professora assistente na Faculdade de Direito da Universidad de La Habana e na Facultad de Tecnología de la Salud (ISCMH). Como professora lecionou as disciplinas Direito Processual Civil I e II, Direito Notarial, Direito Financeiro, Direito do Trabalho Cubano, Introdução ao Estudo do Direito Civil, Obrigações e Contratos.

## **Mohammed ElHajji**

Professor titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro vinculado ao Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS do Instituto de Psicologia e do Programa de Comunicação e Cultura. Endereço: Av. Pasteur 250, Pavilhão Nilton Campos, Campus Praia Vermelha, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: mohahajji@gmail.com

### **Nathany Oliveira Leite**

Psicóloga pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), colaboradora técnica do grupo de pesquisa NEICOS pela CNPq e professora de inglês da Educação Básica. E-mail: [psi.nathanyleite@gmail.com](mailto:psi.nathanyleite@gmail.com)

### **Raphaela Schiassi Hernandes**

Professora do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Salesiano Auxilium de Lins (2003), Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010) e Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015). Tem experiência na Terapia Ocupacional, com ênfase nos seguintes temas: Terapia Ocupacional; Saúde Mental; Relações Sociais; Saúde Coletiva; Culturas Populares e Cuidado; Corpo/ Identidade; Espiritualidade; Comunidades Tradicionais e Bem Viver; Emoções e Afetos.

### **Rosaura Baião**

Doutora e Mestre em Lingüística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, e graduada em Letras, pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques. Professora adjunta do Departamento de Letras da UERJ/FFP, desde 2015. Coordenadora Pedagógica Nacional do Centro de Conhecimento em Licenciaturas, na Diretoria de Ensino da Estácio entre fev/2009 e dez/2014. Professora de Língua Portuguesa da Universidade Estácio de Sá (modalidades presencial e EAD) entre 2001 e 2012, nos cursos de Letras, Direito, Administração e Pedagogia. Professora de Língua Portuguesa dos cursos presenciais (Pedagogia e Administração) da Sociedade Universitária Madeira de Lei, entre 1994 e 2001. Professora conteudista da disciplina Aspectos da Linguagem e Produção Textual (Pós-graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá) e Análise Textual - online (Graduação tradicional e tecnológica de todos os cursos da Estácio de Sá no Brasil). Membro integrante do Conselho Editorial para elaboração de livros didáticos para a disciplina Análise Textual. Membro integrante da banca examinadora para professor adjunto de Estudos Lingüísticos do departamento de LIBRAS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: [rosauraling@uol.com.br](mailto:rosauraling@uol.com.br)

### **Rosemary Conceição dos Santos**

Pós-Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (2019). Pós-Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC (2017). Pós-Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela USP (2013). Pós-Doutorado em Cognição, Leitura e Literatura pela USP (2009). Doutorado em Literatura Portuguesa pela USP (2006). Mestrado em Estudos Literários pela UNESP (2003). Especialização em Tecnologias e Educação à Distância (2013). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília (2023). Integra o Grupo de Pesquisa Laboratório Virtual de Cognição e Leitura (LAVCOGL) da USP-RP. É Professora Visitante da Universidade Federal de Pelotas (2023). É Professora Colaboradora da Universidade de Brasília (2023) e da Universidade de São Paulo (2023). E-mail: [cienciausp@usp.br](mailto:cienciausp@usp.br)

### **Rodolfo de Castro Ribas Júnior**

Psicólogo, Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ribas é Professor Titular Aposentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Realizou pesquisas em colaboração com a Universidade Johns Hopkins e com a Universidade de Maryland. Foi Investigador Colaborador do National Institute of Child Health and Human Development (todas nos Estados Unidos da América). Atualmente coordena projetos e programas de pesquisa com foco na Psicologia Positiva e na Inteligência Emocional.

### **Rui Carlos Stockinger**

Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis. Training em Focusing pelo New York Focusing Institute -USA (2017). MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Veiga de Almeida (2012), Especialista em Psicossomática Contemporânea pela Universidade Gama Filho (2003). Formação em Abordagem Centrada na Pessoa (1995), Especialização em Comunidade Terapêutica no Centro Psicológico do Rio de Janeiro, (1990), Formação em Análise Transacional pela UNAT-Brasil (1990), Graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (1988), Psicoterapeuta individual e de grupos em Consultório particular, Psicólogo Concursado da Prefeitura Municipal de Petrópolis-RJ desde 1991. Coordenador de Saúde Mental do Município de Petrópolis, de 2001 a 2015, Atual Diretor da Saúde do Trabalhador do Município de Petrópolis.

### **Thais Marluce Marques Abad**

Possui Curso de Extensão - Serviço de Atendimento Educacional Especializado em Contexto de Pandemia COVID- 19 pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2020), Pós - Graduação em nível de Especialização Latu-Sensu em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas do Amapá - FATECH (2019); Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades/ Superdotação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2018), Pós Graduação em nível de Especialização Lato- Sensu em Novas Linguagens e Novas Abordagens para o Ensino da Língua Portuguesa pela Faculdade Atual - Macapá/ Amapá (2011), Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Pará (1997). Atuou como professora das disciplinas Língua Portuguesa, Literatura e Redação nos Ensinos Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA, como funcionária pública, dos Governos Estaduais do Amapá e Pará (1997 à 2021);

### **Vinícius Santos Amaral**

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Pós-graduado em Direito Negocial e Imobiliário pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Pós-graduado em Advocacia Cível pela Escola Superior da Advocacia (ESA Nacional), em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), na condição de bolsista pela ESA Nacional. Mestrando em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (PPGD/UCP). Bolsista de Mestrado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Membro do grupo Interdisciplinar de Administração de Conflitos da Universidade Católica de Petrópolis. Atualmente realiza pesquisas no campo dos processos coletivos e processos estruturais. Estagiário de Docência na UCP, sob a supervisão do Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida. Possui experiência jurídica nas áreas de Direito Civil e Direito Processual Civil.

### **Walfrido Meneses**

Possui graduação em Licenciatura Plena Em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1981), graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1982), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Especialista em Educação pela Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru. Tem três livros autorais

publicado, e vários artigos em livros e periódicos. Foi Gestor de setor e de diretoria da Secretaria de Educação de Pernambuco. Foi professor de psicologia, psicólogo, coordenador da Regional Norte do serviço de psicologia e coordenador do programa de educação sexual para a comunidade escolar da Secretaria de Educação de Pernambuco (aposentado). Foi coordenador do curso da pós-graduação em saúde mental e psicossocial e Gestor da seleção de professores de psicologia do Centro Universitário Estácio do Recife.

### **Zeimara de Almeida Santos**

Pós-doutorado, Doutorado e Mestrado em Psicologia Social na linha de pesquisa Desenvolvimento Sociocognitivo, Relações Interpessoais e Educação pela Universidade Salgado de Oliveira. Graduação de Psicologia pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Educação pela Faculdade Paraíso. Especialista em Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes. Graduada em Administração de Empresas e Psicologia. Atua como professora desde o ano de 2008, nos cursos de Graduação, com disciplinas (presencial e a distância), na área de Administração, Educação e Psicologia. Possui experiência de pesquisa qualitativa e quantitativa na área de ciências sociais aplicadas e humanas. Atua também como psicóloga hospitalar em instituição pública da região metropolitana do Rio de Janeiro.

